



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Paulo Barata Gondim

A economia política do conflito Israelense- Palestino: uma análise crítica sobre as causas e consequências do processo da paz de Oslo

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na
especialidade de Economia Política Internacional, apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção
do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Pureza
Coorientador: Prof. Doutor Reginaldo Mattar Nasser

Coimbra, 2015

Today I have come bearing an olive branch and a freedom-fighter's gun. Do not let the olive branch fall from my hand. I repeat: do not let the olive branch fall from my hand.

Yasser Arafat, Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, 1974.

Resumo

O conflito Israelense-Palestino é analisado de forma crítica nessa dissertação, com destaque para o contexto político e econômico do processo de paz de Oslo. No plano conceitual, o aspecto crítico é utilizado como uma forma de desconstrução teórica do modelo da paz liberal e do discurso da paz pelo comércio como um meio de resolução do conflito Israelense-Palestino. O objetivo dessa dissertação é, portanto, demonstrar que o processo de paz instaurado pelos Acordos de Oslo de 1993 está associado a um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino, e que teve origem nas reformas neoliberais ocorridas em Israel a partir de 1985. Desta forma, destacados empresários israelenses e palestinos passaram a formar um *lobby* privatista pela paz no conflito Israelense-Palestino. Pretende-se também demonstrar que o processo da paz de Oslo resultou em uma intensificação da dependência econômica palestina em relação a Israel, gerando uma situação de deterioração econômica nos territórios palestinos. Essa agenda negativa gerou uma crescente insatisfação palestina contra a dominação colonialista israelense, o que levou à eclosão da primeira intifada em 1987 e ao surgimento do Hamas em 1988, gerando um processo de fragmentação política nos territórios palestinos entre o partido tradicional Fatah e o grupo de resistência islâmica Hamas. A disputa pela hegemonia na política palestina se deu, entre outros fatores, por conta da má gestão do Fatah no comando da Autoridade Nacional Palestina (ANP), envolvendo casos de corrupção em torno de uma elite política e econômica disposta a reproduzir o neoliberalismo como modelo de desenvolvimento econômico nos territórios palestinos. Desta forma, o Hamas passou a promover um intenso ativismo social perante os palestinos e a resistir de forma violenta à dominação colonialista israelense nos territórios palestinos.

Portanto, o processo de paz de Oslo está associado nesta dissertação a um contexto de deterioração econômica e de fragmentação política palestina, e ao processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino.

Palavras-chave: Conflito Israelense-Palestino; Acordos de Oslo; paz liberal; Hamas; privatização da paz.

Abstract

The purpose of this dissertation is to analyze the Israeli-Palestinian conflict and the Oslo peace process. On the conceptual level, the critical aspect is utilized as a way of deconstructing the liberal discourse of peace through trade with means of solving the conflict between Israelis and Palestinians. It is also demonstrated that the liberal peace process established by the Oslo Accords of 1993 was the result of a peace privatization process in the context of the Israeli-Palestinian conflict, a process with its origins in the neoliberal reforms that took place in Israel in the 1980s. The liberal peace agenda embedded in the Oslo Accords resulted in an intensification of the Palestinian dependence on the Israeli economy, creating a scenario of economic deterioration in the Palestinian occupied territories. This negative situation has generated a growing Palestinian discontent against the Israeli colonialist domination, which led to the outbreak of the first intifada in 1987 and the second intifada in 2000 and the emergence of Hamas in 1988. From that moment on, it began a process of political fragmentation in the Palestinian occupied territories between the traditional political party Fatah and the Islamic resistance group Hamas. The struggle for hegemony in the Palestinian politics was given, among other factors, due to the Fatah political mismanagement in the Palestinian National Authority (PNA), with cases of corruption within political and economic elite that embraced neoliberal policies in the Palestinian occupied territories. On the other hand, Hamas began to promote a relevant social activism in the Palestinians territories, especially in Gaza Strip, and also to resist violently against the Israeli colonialist domination of the Palestinian territories. The peace privatization process remains present in the Israeli-

Palestinian conflict and the liberal peace agenda has revived since 2012 through business and private coalitions such as Breaking the Impasse (BTI).

Keywords: Israeli-Palestinian conflict; Oslo Accords; liberal peace; Hamas; privatization of peace.

Lista de Siglas

ANP – Autoridade Nacional Palestina

APIC - *Arab Palestinian Investment Company*

BTI – *Breaking the Impasse*

EUA - Estados Unidos da América

FEM - Fórum Econômico Mundial

FMI – Fundo Monetário Internacional

IMA - *Israel Manufacturers Association*

MENA – *Middle East and North Africa*

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA - *North American Free Trade Agreement*

OLP – Organização para Libertação da Palestina

ONG - Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PADICO - *The Palestine Development and Investment Company*

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*

Sumário

INTRODUÇÃO	1
Aspectos estruturais e metodológicos	5
Abordagens teóricas e conceituais	7
1. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O CONFLITO ISRAELENSE-PALESTINO	11
1.1 A teoria da paz liberal	13
1.2 Neoliberalismo e privatização da paz	20
1.3 O sionismo	26
1.4 Dependência e hegemonia	33
2. O PROCESSO DA PAZ DE OSLO	39
2.1 Os Acordos de Oslo I (1993)	40
2.2 O Protocolo Econômico de Paris (1994)	43
2.3 Os Acordos de Oslo II (1995)	47
2.4 O processo de liberalização econômica israelense	48
2.5 A dependência econômica palestina	59
3. O PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO NA POLÍTICA PALESTINA	67
3.1 A primeira intifada e o surgimento do Hamas	69
3.2 O contexto da segunda intifada	79
3.3 O Hamas como um ator socio-político	87
3.4 O Hamas no âmbito do islã político	96
3.5 O Fatah, a OLP e a ANP	100
4. A PRIVATIZAÇÃO DA PAZ NO CONFLITO ISRAELENSE-PALESTINO	107
4.1 As conferências econômicas MENA	108
4.2 A coalizão empresarial <i>Breaking the Impasse</i>	112
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
Anexo 1. Mudanças estruturais na economia Palestina nos anos de 1995 e 2008	123
Anexo 2. Percentual do número de pessoas empregadas por atividade econômica nos territórios palestinos entre 1995 e 2008	133
Anexo 3. Percentual do nível de pobreza nos territórios palestinos ocupados entre 1995 e 2007	134

Anexo 4. Percentagem dos níveis de renda, comércio, emprego e produtividade nos territórios palestinos ocupados	135
Anexo 5. Total da ajuda externa aos territórios palestinos ocupados	136

INTRODUÇÃO

O conflito Israelense-Palestino é um dos temas que tem recebido grande destaque no campo das relações internacionais.¹ É uma questão que ultrapassa as fronteiras territoriais e que envolve atores geopolíticos em uma escala global, pois, trata-se de um conflito que extrapola a órbita do Oriente-Médio. Diferentemente de uma corrente da literatura que trata o conflito Israelense-Palestino especificamente como um conflito armado, essa dissertação tem o foco voltado para questões políticas e econômicas inseridas no processo da paz de Oslo. Pretende-se, desta forma, demonstrar como as relações entre israelenses e palestinos foram alteradas, a partir da década de 1980, pelo processo de globalização e pela hegemonia do modelo neoliberal no Oriente-Médio.

O objetivo desta dissertação é analisar o conflito Israelense-Palestino com uma ênfase sobre as causas e as consequências dos Acordos de Oslo de 1993 no âmbito político e econômico. Nesse sentido, são destacados, dentro do enfoque da economia política, os desdobramentos do processo de paz instituído em Oslo tanto para os israelenses quanto para os palestinos. A partir de uma visão crítica sobre os estudos da paz e dos conflitos, pretende-se demonstrar como os processos internos da economia israelense estiveram associados à construção do modelo da paz liberal de Oslo.^{2 3}

¹ Para uma análise histórica sobre o conflito Israelense-Palestino, consultar os trabalhos de Shlaim (2001); Morris (2014); Pappé (2007).

² A agenda da paz liberal é analisada de forma crítica por Pugh (2005); Richmond (2008); Chandler (2010); Turner (2012); Selby (2013).

³ O conflito Israelense-Palestino é analisado no âmbito da economia política por Shafir e Peled (2000); Shalev (2000); Nitzan e Bichler (2002); Bouillon (2004a); Bouillon (2004b); Hever (2010).

Pretende-se também demonstrar nesta dissertação como os Acordos de Oslo estiveram condicionados por forças privatistas interessadas em lucrar com um discurso pela paz no Oriente Médio. Entendemos que, para a melhor compreensão desse processo, é, portanto, importante destacar o seguinte questionamento: quais foram as causas e as consequências políticas e econômicas do processo de paz de Oslo? O principal contributo desta dissertação é oferecer uma resposta a esse questionamento, com base em uma sólida revisão teórica e empírica sobre os Acordos de Oslo no âmbito do conflito Israelense-Palestino.

Entendemos que para além das questões diplomáticas, o processo de paz instaurado em Oslo envolveu também um processo de liberalização econômica promovido em Israel a partir de 1985. Com isso, o discurso da paz com os palestinos foi utilizado como uma ferramenta essencial pelo Estado de Israel para a abertura de mercados e para o fim do boicote dos países árabes à economia israelense. Desta forma, importantes setores empresariais israelenses passaram a exercer pressão política junto ao Estado de Israel e formar uma espécie de *lobby* privatista pela paz, o que culminou no estabelecimento da paz liberal de Oslo a partir de 1993.⁴

O período pós-Oslo foi marcado por uma deterioração da economia palestina, gerando resultados sociais desastrosos para uma população que já se encontrava privada de vários recursos básicos de sobrevivência. Ressalta-se que houve um ciclo de desenvolvimento econômico nos territórios palestinos nos anos 1990, porém, foi determinado pelos interesses econômicos de Israel, em um processo intitulado por Roy

⁴ Sobre a influência do setor privado israelense no processo de paz de Oslo, são relevantes os trabalhos de Shafir e Peled (2000); Bouillon (2004a); Bouillon (2004b); Hever (2010).

(1999) de “*economic de-development*”. Desta forma, a economia palestina tornou-se cada vez mais dependente da economia israelense por meio de uma integração econômica bilateral em um eixo demasiado assimétrico.

A fase de expansão de assentamentos israelenses e de fechamento de postos de trabalho aos trabalhadores palestinos nos anos 1990 exacerbaram as condições de dominação e ocupação sob as quais se encontrava grande parte do povo palestino. Os Acordos de Oslo, em vez de estabelecerem uma paz justa e democrática, intensificaram a ocupação israelense nos territórios palestinos durante a década de 1990. Por conta de escassas oportunidades de trabalho, a população palestina, sobretudo em Gaza, passou por um novo ciclo de violências econômicas, transformadas em ações de violência política pelo movimento de resistência islâmica, Hamas. Em nossa perspectiva, a análise da violência política se dá, portanto, nesta dissertação, em um contexto amplo, com destaque para as ações de resistência utilizadas pelo Hamas contra a ocupação israelense nos territórios palestinos.

Com a erupção da primeira intifada em 1987, houve um processo de fragmentação na política palestina, entre o Fatah e o Hamas. Destaca-se que esse contexto de cisão na política palestina serviu à dominação colonialista israelense, contrária a uma unidade na política palestina. Os fatores econômicos foram umas das principais causas da primeira e segunda intifada, por conta do desemprego e da piora do nível de renda nos territórios palestinos na década de 1980 e 1990. Por causa das reformas neoliberais promovidas por Israel no mesmo período, diversas firmas israelenses, em uma política de redução de

custos, passaram a substituir trabalhadores palestinos por trabalhadores de outras localidades, afetando negativamente a economia palestina.⁵

No contexto institucional criado pela agenda da paz de Oslo, o Hamas passara a exercer funções estatais em contraposição ao modelo corrupto e elitista da Autoridade Nacional Palestina (ANP), sob o comando do tradicional partido político Fatah. A solidariedade islâmica, oriunda da Irmandade Muçulmana, conferiu ao Hamas uma crescente legitimidade perante os palestinos, principalmente na Faixa de Gaza. A vitória nas eleições legislativas palestinas de 2006 foi um sintoma da popularidade do Hamas como um grupo sociopolítico que luta pela descolonização da Palestina frente ao Estado de Israel. Já o Fatah, no comando da ANP, passara a reproduzir o discurso neoliberal como uma forma de desenvolvimento e pacificação nos territórios palestinos.

Na agenda liberal estabelecida em Oslo, houve um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino. Nos anos 1990, foram realizadas as Conferências *Middle East and North Africa* (MENA), com o intuito de oferecer soluções privatistas para a promoção da paz no Oriente Médio. Em 2012, essas iniciativas em torno de uma agenda privatista da paz foram retomadas pela coalizão empresarial *Breaking the Impasse* (BTI). Desta forma, o discurso da paz pelo comércio defendido por Shimon Peres em 1993, foi relançado em 2012 como um meio de resolução do conflito Israelense-Palestino.

⁵ Esses dados são destacados nos capítulos 2 e 3, tendo como referência os trabalhos de Roy (1987); Roy (1999); Kleiman (2002); Bouillon (2004a); Bouillon (2004b); UNCTAD (2010).

Aspectos estruturais e metodológicos

Esta dissertação está estruturada de acordo com o objetivo proposto nesta investigação: analisar de uma forma crítica as causas e as consequências do processo de paz de Oslo. A ordem dos capítulos está organizada de forma que se possa compreender como o modelo da paz liberal foi estabelecido na agenda do conflito Israelense-Palestino ao longo da década de 1990. Portanto, por meio de uma abordagem crítica, é possível destacar as causas e consequências do processo de paz de Oslo para israelenses e palestinos.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo serão analisados conceitos relevantes sobre a paz liberal, o neoliberalismo, a ideologia sionista, a dependência e hegemonia. Esses conceitos são fundamentais para compreender as alterações ocorridas no conflito Israelense-Palestino no âmbito do processo de paz de Oslo. No segundo capítulo, serão destacadas, respectivamente, as causas e consequências econômicas dos Acordos de Oslo de 1993: o paradigma neoliberal adotado por Israel a partir de 1985 e a intensificação da dependência econômica palestina em relação a Israel durante os anos 1990. No terceiro capítulo, será realizada uma análise sobre o processo de fragmentação da política palestina, em que é destacada a disputa pela hegemonia na política palestina entre o Hamas e o Fatah. No quarto capítulo, será abordado o processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino, por meio da realização das conferências econômicas MENA nos anos 1990 e do surgimento da coalizão empresarial *Breaking the Impasse* (BTI) em 2012.

O método de investigação desta dissertação está estruturado em um eixo qualitativo e um eixo quantitativo. No eixo qualitativo, destaca-se uma revisão bibliográfica sobre relevantes abordagens conceituais e teóricas por meio de livros e artigos científicos. Já no eixo quantitativo, foi realizada uma revisão empírica a fim de corroborar os conceitos com os dados apresentados nesta investigação. Os dados empíricos foram obtidos por meio de estudos e relatórios de organizações internacionais e também pelas informações obtidas por meio das referências de autores ao longo desta dissertação. Desta forma, busca-se confrontar os conceitos utilizados na revisão de literatura com os dados disponíveis, a fim de se propor um modelo de análise útil para os objetivos de investigação propostos nesta dissertação.

Abordagens teóricas e conceituais

Esta dissertação tem um enfoque crítico, no sentido de se analisar o processo de paz de Oslo e verificar quais foram as reais motivações para a emergência do processo de pacificação no conflito Israelense-Palestino. O método crítico se faz necessário por conta de uma variedade de conceitos referentes à paz liberal e ao conflito Israelense-Palestino. Portanto, neste caso, a crítica é utilizada como uma ferramenta teórica a fim de analisar como a paz liberal tem sido difundida como um modelo de resolução de conflitos internacionais, como no caso do conflito Israelense-Palestino.

No plano teórico, Chandler (2010) estabelece uma importante distinção sobre como a crítica à paz liberal tem sido formulada e que pode ser dividida esquematicamente em três categorias de análise: (1) abordagem crítica baseada em uma espécie de neo-marxismo estrutural, desenvolvida por Michael Pugh; (2) enfoque estruturalista com base no conceito de Foucault sobre biopolítica, destacado por Mark Duffield; e (3) abordagem da teoria crítica e da segurança humana, desenvolvida por Alex Bellamy e Oliver Richmond.⁶ Ressalta-se que nesta dissertação são utilizados conceitos pertencentes a essas três categorias de análise, não havendo uma única forma de se pensar criticamente a paz liberal no conflito Israelense-Palestino.

A paz liberal é analisada nesta dissertação como um modelo hegemônico que serve aos interesses de determinados grupos que agem dentro e fora do âmbito estatal. O discurso liberal de pacificação, portanto, reflete a posição relevante em que se encontra a

⁶ Sobre as diferentes abordagens críticas a cerca da paz liberal, consultar os trabalhos de Bellamy (2004); Pugh (2005); Richmond (2008); Chandler (2010).

teoria da paz liberal nos estudos da paz e dos conflitos. De acordo com Cox, *“Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space”* (Cox, 1981: 128). Portanto, é dentro desse contexto teórico e crítico, que a teoria da paz liberal será analisada nesta dissertação.

Pretende-se posicionar essa ideia desenvolvida por Cox ao modelo da paz liberal instituído pelos Acordos de Oslo de 1993. Com base nos argumentos de Shafir e Peled (2000), entende-se que a paz de Oslo é o resultado de um amplo processo de liberalização da economia israelense iniciado em 1985. Bouillon (2004b) defende a tese de que determinados grupos políticos e econômicos ligados ao setor privado israelense passaram a pressionar o Estado de Israel a promover a paz com os palestinos, com o intuito de por fim ao boicote econômico promovido por países árabes à economia israelense. Esse discurso pela paz, portanto, gerou uma maior credibilidade e legitimidade política a Israel no cenário econômico internacional.

Tendo como base a associação conceitual sobre processos de descolonização e violência desenvolvida por Fanon (2004), destaca-se a emergência do Hamas como um ator sociopolítico que resiste contra a dominação colonialista israelense nos territórios palestinos.⁷ O conceito de violência política é importante para se compreender a resistência violenta do Hamas frente à ocupação colonialista israelense e a disputa do Hamas pela hegemonia na política palestina com outros grupos como o Fatah e a Jihad Islâmica. Essa

⁷ A relação entre violência e processos de descolonização é destacada por Fanon (2004). Sobre o movimento de resistência e de descolonização representado pelo Hamas, pode-se consultar os trabalhos de Robinson (2004); Hroub (2009).

fragmentação tanto no plano territorial quanto no plano político tem servido à dominação colonialista israelense sobre os palestinos, em uma estratégia de dividir para conquistar (*divide and rule*).⁸

O conflito Israelense-Palestino é, portanto, abordado de uma forma crítica nesta dissertação, com o intuito de se destacar os fatores políticos e econômicos que condicionaram a agenda da paz de Oslo. Desta forma, pretende-se demonstrar que os Acordos de Oslo geraram um ciclo de deterioração econômica, afetando a vida de israelenses por conta das ações de violência política do Hamas e, sobretudo, intensificaram a dominação israelense sobre os territórios palestinos.

⁸ Essa ideia é baseada na comparação feita por Farsakh (2005) entre o regime colonialista de apartheid na África do Sul e a ocupação israelense sobre os territórios palestinos.

1. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O CONFLITO ISRAELENSE-PALESTINO

Neste capítulo são destacadas abordagens críticas sobre quatro temas relevantes para o plano conceitual dessa dissertação: (1) a teoria da paz liberal, (2) o neoliberalismo e a privatização da paz, (3) o sionismo e (4) dependência e hegemonia. Desta forma, é importante compreender como esses conceitos estão associados em um modelo hegemônico de resolução de conflitos internacionais, como no caso do conflito Israelense-Palestino. Ter uma abordagem crítica sobre a paz liberal é interpretar este modelo teórico de uma forma abrangente e histórica, conforme é destacado por Cox, “*Critical theory is theory of history in the sense of being concerned not just with the past but with a continuing process of historical change*” (Cox, 1981: 129).

Trata-se de uma tarefa necessária a compreensão do processo de hegemonização da paz liberal nos estudos da paz e dos conflitos, sendo a crítica utilizada com base na perspectiva de Foucault, “*I will say that critique is the movement by which the subject gives himself the right to question truth on its effects of power and question power on its discourses of truth*” (Foucault, 1997: 47). Torna-se necessário, portanto, situar a crítica não apenas no plano teórico da paz liberal, mas na forma como ela tem sido implementada em cenários conflituosos. De acordo com Richmond, “*Most of the critical focus, therefore, tends to be on the methods used to construct the liberal peace most effectively, efficiently, and as quickly as possible*” (Richmond, 2006: 299). A crítica deve ser compreendida neste capítulo como uma forma de análise da paz liberal por representar um modelo teórico hegemônico. Foucault posicionou a noção de crítica nos movimentos intelectuais e

religiosos de insubordinação representados pelo Iluminismo e pela Reforma Protestante contra as formas de governo nos séculos XV e XVI, “*How to govern was, I believe, one of the fundamental questions about what was happening in the 15th or 16th questions*” (Foucault, 1997: 44). E mais, a crítica poderia ser conceitualizada como uma forma de libertação contra a imposição de verdades absolutas, “*Critique would essentially insure the desubjugation of the subject in the context of what we could call, in a word, the politics of truth*” (Foucault, 1997: 47).

Tendo como base essa ideia crítica desenvolvida por Foucault, são destacados neste capítulo teórico, questionamentos críticos a cerca da paz liberal no âmbito dos estudos da paz e dos conflitos. Portanto, torna-se necessário destacar como essa análise crítica tem sido utilizada para conceituar a paz no campo das relações internacionais, conforme destaca Richmond:

The process of ‘critique’ has taken two main forms: a discussion of formal critical theory and its attempt to move beyond problem-solving approaches inherent in orthodox IR theory, derived from the Frankfurt School, and thinkers such as Gramsci, as well as post-structuralism (Richmond, 2008: 122).

A abordagem crítica se faz necessária, por conta da amplitude teórica da paz liberal, que engloba uma série de postulados, desde o liberalismo clássico do século XVIII até os receituários neoliberais propagados no âmbito do Consenso de Washington no fim dos anos 1980. A paz liberal deve ser analisada de forma abrangente, sem perder a objetividade e a capacidade crítica de interpretação dos fatos, sendo relevante, portanto, assinalar o seguinte argumento de Richmond:

Critical contributions to IR theory offer a more sophisticated conceptualization of peace as well as a powerful critique of the liberal orthodoxy and the neo-liberal overtones that it increasingly has adopted, particularly in the form of hyper-liberal state regulation, economic rationalism, individualism and, of course, its truth claims to represent objective fact (Richmond, 2008: 121).

1.1 A teoria da paz liberal

Nessa dissertação, não há o intuito de estabelecer um conceito específico sobre a paz liberal e sim destacar relevantes debates teóricos sobre a teoria da paz liberal. É possível identificar certos elementos que integram o modelo teórico da paz liberal, que são estruturados em torno de um pensamento liberal sobre a paz, em que há a perspectiva kantiana⁹ de que determinados valores são tidos como universais, e, que, portanto, devem ser disseminados no sistema internacional. O liberalismo é uma ideologia universalista e é disseminado como um conjunto teórico uniforme para distintas realidades políticas e econômicas. Para Doyle, “*Liberalism is a distinct ideology and set of institutions that has shaped the perceptions of and capacities for foreign relations of political societies that range from social welfare or social democratic to laissez faire*” (Doyle, 1983: 206). A posição conceptual do liberalismo no campo das relações internacionais e dos estudos da paz é destacada por Richmond, “*‘Embedded liberalism’ became a core assumption of the varieties of liberal thinking that now moved to the forefront of IR’s offerings for a concept and theory of peace*” (Richmond, 2008: 35).

O atual modelo da paz liberal tem sido implementado como o *modus operandi* na resolução de diversos conflitos internacionais e na reconstrução de estados e sociedades em situações pós-conflitos, como por exemplo, nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). A matriz teórica da paz liberal apoia-se em três clássicas vertentes: a paz pelo comércio, a paz pelo direito e a paz pela democracia. Essa perspectiva liberal é, por exemplo, abordada por Wolf:

⁹ Kant, Immanuel (1795) “A Paz perpétua e outros opúsculos” Lisboa: 70.

The bedrock of a liberal society is, as John Locke argued in the seventeenth century, the right of all individuals to own and use property freely, subject to well-defined, law-governed constraints. A liberal society is therefore a commercial society (Wolf, 2004: 25).

Doyle destaca que, “*Liberal economic theory holds that these cosmopolitan ties derive from a cooperative international division of labor and free trade according to comparative advantage*” (Doyle, 1983: 231). A vertente da paz pelo direito tem como base uma espécie de universalismo jurídico em que as nações estariam em igualdade de condições, conforme destaca Wolf, “*A law-governed state is the only sort of state that can be securely bound by international treaties, because those affected can appeal to the courts against their government*” (Wolf, 2004: 35). De acordo com esta perspectiva, o direito internacional é fundamental para que haja um equilíbrio jurídico e uma relação pacífica entre os estados, conforme assinalam Nogueira e Messari:

Autores como Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) defenderam o estabelecimento de tribunais internacionais capazes de interpretar a lei e, eventualmente, proferir decisões como um passo indispensável para se alcançar uma ordem internacional pacífica e estável (Nogueira e Messari, 2005: 72).

Na visão kantiana, a paz liberal é construída a partir da ideia de que os estados compartilham valores comuns e que passam a integrar uma comunidade pacífica internacional. No entanto, os atores não democráticos e que não compartilham dos atributos liberais, ou seja, os que se encontram fora dessa comunidade de nações, estão mais propensos a agir de forma conflituosa. Desta forma, Turner analisa a questão das democracias representativas em “A Paz Perpétua” de Immanuel Kant:

In his 1795 essay, ‘Perpetual Peace: a Philosophical Essay’, Kant argued that countries with representative governments were likely to behave more peacefully than those with authoritarian ones because: ‘if the consent of the citizens is required in order to decide that war should be declared, nothing is more natural than that they would be very cautious in commencing such a poor game’ (Turner, 2006: 741).

De acordo com a perspectiva liberal, as democracias representativas são pacíficas, uma justiça universal impede a ocorrência de conflitos e estados comerciantes não fazem a guerra. As distintas realidades conflituosas são postos à margem, em nome de um discurso universalista e pacificador. As ideias sobre democracia, direito e comércio pertencem a uma trilogia liberal e ocidental em torno de um conjunto de nações que compartilham valores comuns baseados na noção kantiana de paz, conforme é destacado por Doyle:

Kant argues that Perpetual Peace will be guaranteed by the ever-widening acceptance of three "definitive articles" of peace. When all nations have accepted the definitive articles in a metaphorical "treaty" of perpetual peace he asks them to sign, perpetual peace will have been established (Doyle, 1983: 225).

A paz pela democracia, portanto, está alicerçada em uma perspectiva kantiana de que nações democráticas não entram em guerra, por conta do sistema representativo que possuem e pela responsabilidade de seus políticos eleitos prestarem contas junto a seus eleitores, que em tese, não tenderiam a apoiar a guerra. Nesse contexto, Wolf faz uma análise sobre a perspectiva de Kant sobre as democracias liberais:

Liberal democracy does not only have domestic virtues. It is also the only system of governance for which harmonious and co-operative inter-state relations are a natural outcome. This important proposition was put forward by the German philosopher Immanuel Kant in his tract *Perpetual Peace* (Wolf, 2004: 33).

A perspectiva kantiana sobre a paz democrática também é destacada por Richmond, “*Kant argued that war was brought about by the absence of an international rule of law and democracy, and that trade enabled peaceful relations*” (Richmond, 2008: 24). A evolução do pensamento sobre a paz liberal se dá, portanto, dentro de um paradigma formado por: democracia, direito e comércio. Juntos, esses três elementos conformam uma convivência pacífica, estável e duradoura entre as nações. A perspectiva de uma paz democrática assenta-se sobre a ideia desenvolvida por Kant de que há um conjunto de

valores compartilhados pelos estados e que são elementos essenciais para que haja uma paz estável no sistema internacional, conforme destaca Richmond:

It was through liberal and idealist contributions to thinking about peace that three conceptualisations arose of a liberal peace. The most important of these was the constitutional peace, derived from Kantian thought, and based on democracy, cosmopolitanism and free trade (Richmond, 2008: 37).

Com o fim da Guerra Fria e o advento dos processos de globalização neoliberal, essa ideia de uma comunidade kantiana de nações passaria por uma reconfiguração teórica. Dentro desse contexto, os estados e as organizações internacionais deveriam incorporar os preceitos da paz liberal e disseminá-los no sistema internacional em cenários conflituosos, conforme é demonstrado por Selby:

Indeed, together with the goal of creating functioning political institutions, the ambition of creating the foundations for sustainable economic development, and thereby peace, is the central stated aim of the contemporary liberal peacebuilding agenda (Selby, 2008: 17).

A década de 1990 foi marcada pelo prisma hegemônico da paz liberal e que serviu de justificativa teórica para operações de natureza humanitária no âmbito de organizações internacionais como a ONU, apoiadas por potências internacionais como Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE). A paz liberal, uma teoria associada ao contexto europeu do século XVIII, foi transformada em uma construção hegemônica da contemporaneidade, conforme é destacado por Pureza:

O ideário da paz liberal – radicado na convicção kantiana de que a natureza republicana da constituição civil de cada estado constituiria uma condição essencial para a paz ganhou novo alento no quadro das teses do fim da História, passando a assumir – se como uma das grandes narrativas, senão mesmo a grande narrativa, do nosso tempo para a organização social e econômica (Pureza, 2011: 15).

O discurso da paz liberal não está apenas voltado para a resolução de conflitos, mas sim para a edificação de estados e sociedades de acordo com os parâmetros liberais. Vende-se a ideia de que uma reconstrução institucional sob o paradigma liberal é a melhor

forma de solucionar situações conflituosas. Selby (2013), por exemplo, destaca como os Acordos de Oslo de 1993 levaram a criação de uma estrutura política, a ANP, dentro dos parâmetros da paz liberal. Chandler analisa de forma crítica essa dimensão da paz liberal como uma construção teórica que se expande em várias direções:

In essence, the ‘liberal peace’ is held to go beyond traditional approaches of conflict prevention, or ‘negative peace’; towards the external engineering of post-conflict societies through the export of liberal frameworks of ‘good governance’, democratic elections, human rights, the rule of law and market relations (Chandler, 2010: 1).

Tendo como base o conceito desenvolvido por Cox (1981), Selby destaca que, *“But second, discursively, both ‘globalisation’ and ‘peace processes’ need to be understood as narrative constructs which, to borrow from Robert Cox, are ‘always for someone and for some purpose’”* (Selby, 2008: 21). Portanto, a paz liberal é um modelo teórico desenvolvido por um determinado grupo de atores com fins específicos, que podem ter resultados pacíficos ou não.

De acordo com a perspectiva da paz pelo comércio, países que praticam comércio entre si, têm uma tendência a não participar de conflitos, pois neste caso, os custos dos conflitos superariam os ganhos obtidos por meio das trocas comerciais. Segundo Doyle, *“Others still, such as Montesquieu, claim that ‘commerce is the cure for the most destructive prejudices’, and ‘Peace is the natural effect of trade’”* (Doyle 1983: 225). Paz e comércio seriam, portanto, elementos indissociáveis em sociedades democráticas.

A perspectiva da paz pelo comércio tem como ponto de partida as teorias clássicas do comércio internacional. De acordo com Willett, *“Modern trade theory is built upon Ricardo’s theory of comparative advantage, which contends that if countries with different*

advantages in products and services trade with each other, both will become better off” (Willett, 2008: 68). O comércio, segundo os liberais, é um instrumento a serviço da paz, pois todos os estados estariam condicionados a defender os ganhos obtidos por meio do comércio internacional. Essa construção teórica seria readaptada pelos movimentos de integração e de globalização econômica a partir da década de 1990, dentro da emergência do modelo neoliberal:

Although its modern version derives from the 1989 Washington Consensus (to which Kofi Annan subsequently acceded on behalf of the United Nations) the project has not been revolutionary. Its antecedents can be traced to Cobdenite teachings concerning the peaceful benefits of free trade, though it was not so much “free” as imposed by the hegemon, the UK and its powerful navy (Pugh, 2005: 24).

A questão da assimetria econômica entre os estados não é um elemento prioritário para os liberais, pois os estados são incentivados a cooperar por conta dos benefícios mútuos gerados pelo comércio internacional. Sobre o ponto de vista liberal da economia política internacional, Gilpin destaca que:

In essence, liberals believe that trade and economic intercourse are a source of peaceful relations among nations because the mutual benefits of trade and expanding interdependence among national economies will tend to foster cooperative relations (Gilpin, 1987: 31).

É interessante abordar a relação entre a ideia de paz liberal e os sistemas econômicos que a alicerçaram durante determinados períodos históricos. A própria construção teórica da paz está associada a uma determinada estrutura política e econômica que a sustente. Desta forma, o conceito de paz é reformulado sistematicamente por conta das necessidades imperativas dos sistemas econômicos vigentes e de suas regras de funcionamento em determinadas frações da história. De acordo com Polanyi, “A pax britannica manteve por vezes a sua supremacia graças à ameaça dos canhões dos seus

navios de guerra, mas, frequentemente ainda, pôde-se afirmar-se manobrando atempadamente os fios da rede monetária internacional” (Polanyi, 2012: 134).

Um dos principais elementos discursivos da paz liberal é o universalismo. A paz é um atributo inerente da humanidade, onde o resultado natural seria a comunidade internacional caminhar em direção ao pacifismo. De acordo com este paradigma universal, a paz liberal deve representar um único modelo teórico para distintos cenários conflituosos, ou seja, a adoção do mesmo remédio para diferentes enfermidades. As especificidades e particularidades locais, seja no âmbito político, econômico, social, étnico, etc, são ignoradas em nome de um projeto universalizante, conforme destaca Chandler:

The critical discourse of the liberal peace flags up the problem that – under the guise of universalising Western liberal frameworks of democracy and the market – the needs and interests of those subject to intervention are often ignored, resulting in the maintenance of inequalities and conflicts and undermining the asserted goals of external interveners (Chandler, 2010: 2).

A paz liberal serve, portanto, aos interesses de um determinado grupo de atores interessados no discurso pela paz, sendo necessário compreender quem são os atores que estão por trás do grande guarda-chuva hegemônico da paz liberal. E, nesse contexto, é importante destacar a análise de Richmond, “*Cox, in particular, realised that theory is always socially and politically biased in favour of one set of interests or another, rather than neutral and eternal, as realism or liberalism implied*” (Richmond, 2008: 123).

A crítica se impõe, portanto, como uma necessidade teórica para interpretar e desconstruir o modelo hegemônico da paz liberal. Com base na perspectiva crítica e histórica, é possível estabelecer uma abordagem ampla sobre a paz liberal nos estudos da paz e dos conflitos. E essa abordagem torna-se relevante para o contexto do conflito entre

Israel e Palestina, a fim de se compreender as causas e consequências geradas pelo processo de paz estabelecido pelos Acordos de Oslo de 1993.

1.2 Neoliberalismo e privatização da paz

O modelo da paz liberal foi sendo reconfigurado de acordo com preceitos neoliberais dentro do contexto da globalização na década de 1980. Desta forma, para se compreender a agenda da paz liberal, deve-se ter em conta o modelo hegemônico neoliberal e os processos de globalização. Wolf assinala que, *“For many of its proponents it is an irresistible and desirable force sweeping away frontiers, overturning despotic governments, undermining taxation, liberating individuals and enriching all it touches”* (Wolf, 2004: 13). Sobre o neoliberalismo, é interessante notar o argumento de Harvey:

Neoliberalism has, in short, become hegemonic as a mode of discourse and has pervasive effects on ways of thought and political-economic practices to the point where it has become incorporated into the commonsense way we interpret, live in, and understand the world (Harvey, 2007: 23).

A globalização dos mercados e o neoliberalismo moldaram os novos parâmetros da agenda da paz liberal, modificando suas formulações teóricas e estratégias de efetivação. Pugh destaca que, *“In its most modern manifestation, the liberal project has gained enormous strength, less perhaps from the economics of profiteering and driving down costs of production than from the rationale of globalisation”* (Pugh, 2005: 25).

O neoliberalismo encrustou-se na agenda da paz liberal como um modelo hegemônico de resolução de conflitos e de reconstrução dos chamados “estados falidos”. Para Cerny, *“Neoliberalism is increasingly what actors make of it”* (Cerny, 2008: 4). Com base nos argumentos de Pugh, Selby assinala que, *“[...] and in Pugh’s reading, neo-liberal*

Washington Consensus doctrines promoted under the banner of peace-building have had the predictable effects of aggravating poverty and inequality, whilst facilitating criminalisation” (Selby, 2013: 63).

O paradigma da paz liberal, portanto, deve ser analisado como um modelo teórico enrustado no modelo hegemônico neoliberal. De acordo com Taylor, *“Neoliberalism has, over the past three decades, emerged as the hegemonic political and economic project, with a transnational elite class increasingly important in the attempted reordering of the global political economy”* (Taylor, 2010: 154). Já Selby destaca que, *“[...] peace-building has been critiqued as part of a transnational neo-liberal project, ‘reflecting the hegemony of liberal values that reigns in global politics”* (Selby, 2013: 65).

Harvey argumenta que, *“For any system of thought to become dominant, it requires the articulation of fundamental concepts that become so deeply embedded in commonsense understandings that they are taken for granted and beyond question”* (Harvey, 2007: 24). O modelo neoliberal tornou-se o ponto de partida para a implementação de mecanismos da agenda da paz liberal, não mais circunscrita à ideia de paz pela democracia, paz pelo direito e paz pelo comércio. A paz liberal seria inserida em um processo de redução do papel do estado e de privatização da paz, sendo relevante destacar o argumento de Selby:

The belief that economic liberalism promotes peace is hardly new; indeed the idea has a powerful intellectual heritage, with Montesquieu, Kant, Cobden and Angell amongst its most celebrated advocates. But since the 1980s, it has been espoused with renewed vigour – as a plethora of policymakers and intellectuals have sought to examine, and by and large argue for, neo-liberal economic reforms (Selby, 2008: 14).

A problematização conceptual a cerca da paz liberal deve ser compreendida dentro de um amplo processo de hegemonização do modelo neoliberal no quadro teórico das relações internacionais. O conceito de paz liberal seria rearticulado e integrado ao discurso hegemônico neoliberal, conforme destacado por Heathershaw:

Peacebuilding is overworked and under-theorised. Despite being used to mobilise significant political and economic resources for increasingly intrusive third-party interventions, peacebuilding is apparently little more than a composite of neoliberal problem-solving strategies – a form of praxis rather than a theory or concept (Heathershaw, 2008: 599).

O neoliberalismo é uma das principais narrativas teóricas da atualidade, tendo suas origens na arquitetura econômica liberal edificada com o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação do sistema de Bretton Woods. A partir da década de 1980, o discurso neoliberal seria lançado por meio dos programas de ajuste fiscal de Ronald Reagan nos EUA e de Margaret Thatcher na Inglaterra. O modelo neoliberal seria instrumentalizado como um discurso hegemônico a ser reproduzido nas relações internacionais, conforme é destacado por Cerny:

Neoliberalism has increasingly come to frame intellectual and political debates in recent years as economic doctrine, public policy agenda, descriptive framework, analytical paradigm and social discourse. It has become deeply embedded in 21st century institutional behavior, political processes and understandings of socio economic “realities” (Cerny, 2008: 2).

Dentro do contexto neoliberal e dos processos de globalização, há um processo de redução do papel do estado e do fortalecimento do setor privado como um ator de peso no sistema internacional. De acordo com Tripathi, “*Corporate unwillingness to play the role of the state has been accompanied by states ceding their role in micromanaging the economy*” (Tripathi, 2008: 87). Já Doyle assinala que, “*When states respect each other's rights, individuals are free to establish private international ties without state interference*” (Doyle, 1983: 21).

O discurso neoliberal esteve escrutado nos processos de paz dos Acordos de Oslo de 1993, em que foram delineadas as bases de negociação futuras entre israelenses e palestinos. A partir dos anos 1990, a paz liberal e o neoliberalismo passariam a fazer parte de um mesmo discurso hegemônico privatista em situações conflituosas. Taylor aponta que, *“The whole point of the liberal peace is to construct the institutional framework that will allow the private sector to ‘deliver’ and work its magic in post-conflict spaces”* (Taylor, 2010: 258).

A vertente liberal da paz pelo comércio insere-se nessa agenda privatista, em que o livre comércio é fundamental dentro do discurso neoliberal, conforme demonstra Willett, *“Trade liberalisation is a critical building block of the neoliberal development model”* (Willett, 2008: 68). Nesse contexto, o modelo da paz liberal tem sido associado a uma agenda neoliberal e privatista, conforme destaca Pugh:

The liberal peace has promoted transformation through macro-economic stability, reduction of the role of the state, the squeezing of collective and public space, a quest for private affluence, and a reliance on privatization and on exports and foreign investment to stimulate economic growth (Pugh, 2005: 25).

Portanto, esse processo de redução do papel do estado nas relações internacionais tem gerado um empoderamento de atores privados que passam a agir em nome do estado, oferecendo soluções privatistas, voltadas para a lógica dos mercados. Essa lógica inseriu-se na agenda da paz liberal, como um meio de resolução de conflitos, conforme é demonstrado abaixo:

Increased foreign and domestic private sector investment is vital, it is assumed, for societies emerging from conflict, helping those societies to reap the material rewards of peace, as well as to strengthen constituencies opposed to a return to war. Business ties are also viewed as crucial to functionalist ‘spill-over’, since business interactions are amongst those low-level forms of cooperation which slowly help to consolidate shared interests and understanding between erstwhile enemies (Selby, 2008: 17).

Nesse sentido, ganha cada vez mais força a ideia de que o setor privado tem mecanismos mais eficazes de resolução de conflitos em comparação com o setor público. São sob as leis do mercado e das práticas corporativas da boa governança, que a agenda da paz liberal tem sido implementada em situações conflituosas. Por meio de estratégias neoliberais, os atores privados assumem um papel central na prevenção e resolução de conflitos, conforme é demonstrado abaixo:

Evolution in ideas about the relationship between the public and private sector facilitated the emergence of corporate conflict prevention on the international agenda. The dominant motif of the globalization debate has been the power of corporations and declining capacity of the state (Strange, 1996 *apud* Haufler, 2004: 159).

Os executivos corporativos são considerados, dentro dessa lógica privatista, os *peacemakers* do século XXI, por meio de uma integração entre responsabilidade social e responsabilidade corporativa como um meio de promover a paz. O setor privado passa a ser responsável pelo que acontece em sua volta, o aspecto social passa a ser levado em conta pelos acionistas corporativos como um elemento essencial para a geração de lucros. De acordo com Haufler, “*Partly in response, there has emerged a corporate accountability movement that has become increasingly influential in putting forward the idea of “corporate social responsibility”* (Haufler, 2004: 159).

O interesse do setor privado israelense no discurso de pacificação é, na verdade, o resultado de um amplo processo de privatização da paz no âmbito do conflito Israelense-Palestino.¹⁰ De acordo com esta perspectiva, o setor público não possuiria todos os mecanismos necessários para resolver os conflitos internacionais e, caberia, portanto, ao setor privado promover uma paz sustentável com base em regras corporativas. Para

¹⁰ Essa perspectiva é retomada no terceiro capítulo, ao se analisar o Fatah, as conferências econômicas MENA e a coalizão empresarial *Breaking the Impasse*.

Haufler, *“Liberal policymakers have promoted a minimal role for governments, spurring extensive deregulation and privatization throughout the world”* (Haufler, 2004: 159). Portanto, com base na ideia liberal da paz pelo comércio, cria-se uma paz corporativa, em que os princípios universalistas e cosmopolitas de Kant dão lugar aos valores mercadológicos e privatistas dentro de um grande guarda-chuva denominado responsabilidade social corporativa.

É um processo que está em curso, em que há transferências de competências do estado para o mercado e em que a diplomacia pública perde espaço para a diplomacia empresarial. De acordo com Haufler, *“International diplomacy itself has evolved, and a number of contentious issues are now negotiated among a wide range of actors and not just by states”* (Haufler, 2004: 160). Já Tripathi destaca que, *“The private sector is not designed to be a peacebuilder, and has different incentives from those that governments may seek to establish”* (Tripathi, 2008: 88).

Portanto, a agenda da paz liberal tem sido reconfigurada de acordo com postulados neoliberais e que tem levado à redução do papel do estado e a um processo de privatização da paz em cenários conflituosos. E a perspectiva liberal da paz pelo comércio é retomada como um discurso em prol de uma maior atuação do setor privado na resolução de conflitos internacionais.

1.3 O sionismo

A ideia da paz liberal e da paz pelo comércio no conflito Israelense-Palestino não é nova e pode ser associada ao movimento sionista de colonização da Palestina. O sionismo foi um movimento colonialista surgido no contexto liberal europeu do século XIX e um de seus principais líderes foi Theodor Herzl, que tinha entre seus principais objetivos criar um estado para os judeus oprimidos e perseguidos na Europa. De acordo com Morris, “O sionismo político surgiu no leste da Europa no início dos anos 1880, sob o impacto da onda *pogroms* desencadeada pelo assassinato do czar russo Alexandre II” (Morris, 2014: 55). Portanto, o sionismo deve ser analisado como um movimento nacionalista com características que transpõem a região do Oriente-Médio, conforme informa Halliday:

The ideologies of the Middle East are not on their own an explanation for its international relations. They are shaped by, even as they serve to reinforce and to mobilise, international powers and by the political and social forces that seek to maintain power in this region (Halliday, 2005: 228).

A ideologia liberal europeia teve bastante ressonância entre os líderes sionistas, havendo uma convergência entre o sionismo e o *staff* político israelense de 1948 em diante. Beinart (2012) argumenta que líderes sionistas de destaque como Theodor Herzl tinham a intenção de fundar um estado judaico, mas em bases liberais e essa ideia sobre um estado para os judeus tinha o apoio da Inglaterra, por conta de seus interesses colonialistas no Oriente-Médio. De acordo com Pappé, “*The British allowed the Zionist movement to establish not only an economic enclave but also a separate administrative infrastructure for a future state*” (Pappé, 2008: 629).

O movimento sionista esteve inserido no movimento das nacionalidades e do colonialismo europeu do século XIX. Uma visão orientalista sobre o sionismo levaria a crer que as dinâmicas desse determinado movimento estivessem confinadas a uma região específica, ao Oriente-Médio, ou a um povo específico, aos judeus. De acordo com Collins, *“Zionism illustrates how settler colonial projects turn the colonized space into a laboratory for working out displaced European contradictions”* (Collins, 2011: 40). Uma das principais teses sionistas está centrada no discurso da diáspora, da volta dos judeus ao lar sagrado, ao retorno à Palestina. Fromkin destaca que, “O futuro retorno a Sião permaneceu uma visão messiânica até que a ideologia da Europa do século XIX o converteu em um programa político contemporâneo” (Fromkin, 2008: 296). E esse discurso passou a ser utilizado como uma forma de justificar a emigração e colonização sionista na Palestina.

Havia, portanto, essa instrumentalização de um discurso que unisse os judeus europeus em torno de uma causa comum, em busca da criação de um estado para o povo judaico. Foi nesse contexto que a ideia do sionismo foi disseminada como um instrumento ideológico a serviço do Estado de Israel a partir da sua fundação em 1948. Shlaim destaca que, *“Zionism was in essence an answer to the Jewish problem that derived from two basic facts: the Jews were dispersed in various countries around the world, and in each country they constituted a minority”* (Shlaim, 2001: 2). De acordo com o discurso sionista, os judeus oprimidos pelo antissemitismo europeu seriam acolhidos por meio da criação de um lar judaico na Palestina. E a forma encontrada pelos sionistas para atrair novos adeptos à sua causa foi o nacionalismo, conforme assinala Fromkin, “Como o nacionalismo era então

considerado a cura para todos os males, era inevitável que alguém o propusesse como resposta para o problema judaico” (Fromkin, 2008: 297).

Portanto, o sionismo insere-se no movimento das nacionalidades europeias do século XIX e que fora transportado para a colonização da Palestina. De acordo com Halliday, “*If 1789 introduced nationalist ideology for the region, World War I ushered in the epoch of nationalist movements in the Middle East*” (Halliday, 2005: 204). Desta forma, o nacionalismo sionista representava um projeto mais amplo e que tinha como objetivo expandir-se no plano das ideias, como também em aspectos territoriais. Conforme desmonstra Said, “O sionismo nunca se afirmou explicitamente como um movimento de libertação judaica, mas sim como um movimento colonial de assentamento no Oriente” (Said, 2012: 78).

A ideologia sionista foi um reflexo do contexto europeu do século XIX, onde uma grande quantidade de adeptos sionistas foi recrutada. De acordo com Halliday, “*A foreign idea undoubtedly, this value-system had no difficulty at all in finding support in the Middle East – not much evidence for incompatible value-systems here*” (Halliday, 2005: 202). Morris destaca que, “O sionismo emergiu em meio a um clima social e intelectual tanto de nacionalismos florescentes e, em alguns aspectos, de um *ethos* de compensação caracterizado pela ascensão do liberalismo, democracia, socialismo e modernização” (Morris, 2014: 57).

Essa conexão entre o sionismo e a Europa se deu, entre outros fatores, por conta de uma convergência ideológica e estratégica entre o movimento sionista e o *staff* liberal

britânico. Para Pappé, *“The British government encouraged the heads of the Zionist project to be selfsufficient economically and entrusted to them the natural resources of the land”* (Pappé, 2008: 629). Já Lewis informa que, “O governo britânico concedeu à ideia sionista reconhecimento formal com a Declaração Balfour, de novembro de 1917, manifestando o apoio do governo ao projeto de estabelecimento de um não definido “Lar Nacional para os Judeus”” (Lewis, 1996: 307).

A Declaração Balfour representa, portanto, a formalização perante o Ocidente da convergência entre o imperialismo britânico e o movimento de colonização sionista na Palestina.¹¹ De acordo com Said, “As afirmações de Balfour tomam por irrefutável o direito soberano de um poder colonial de dispor de um território como achar mais apropriado” (Said, 2012: 18-19). O sionismo foi, portanto, um movimento nacionalista associado a um povo específico, ao povo judeu, e que ao longo do tempo associou-se aos desígnios do colonialismo britânico no Oriente-Médio.

Sand destaca que, “A colonização sionista foi um processo singular de colonização por ter sido executada por um movimento nacional que de início não dependia política e economicamente de um país materno imperialista” (Sand, 2014: 281). O sionismo foi moldado pela ideia imperialista e colonialista europeia, baseada em uma espécie de moral e de civilização superior, sendo essa carga ideológica transportada com a imigração e colonização sionista para a Palestina. Sobre essa conexão entre o sionismo e o imperialismo do século XIX, Said destaca que:

¹¹ A versão completa da Declaração Balfour de 1917 pode ser consultada em <http://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Peace/Guide/Pages/The%20Balfour%20Declaration.aspx>.

Embora tenha coincidido com uma época de virulento antissemitismo no Ocidente, o sionismo também coincidiu com um período em que os europeus mais adquiriram terras na África e na Ásia, e foi como parte desse movimento geral de aquisição e ocupação que o sionismo foi lançado por Theodor Herzl (Said, 2012: 77).

O movimento do sionismo político utilizou-se de ideologias, liberais e nacionalistas, para justificar um amplo processo de colonização na Palestina. Esse projeto imperialista foi levado à frente com a criação do Estado de Israel em 1948, conforme destaca Lewis, “Dessa perspectiva, Israel foi criado para servir como cabeça-de-ponte da influência, penetração, e dominação ocidental; o sionismo era simplesmente a ferramenta do imperialismo, e Israel, o instrumento do poder ocidental” (Lewis, 1996: 328).

Os líderes sionistas, em sua grande maioria, foram educados em instituições de ensino europeias e levaram essa bagagem ocidentalizada para o projeto de colonização da Palestina. O movimento sionista, influenciado pelas ideias em voga na Europa do século XIX, defendia uma série de valores baseados na superioridade de uma civilização mais avançada e que representava um modelo ideal de sociedade para um futuro estado judaico. Segundo Beinart, “*Zionism’s founding fathers – men like Herzl, Moses Hess, and Leon Pinsker – were children of the Enlightenment*” (Beinart, 2012: 3). O liberalismo foi, portanto, uma ideologia bastante difundida entre o movimento sionista e essa influência ideológica foi marcante na construção do Estado de Israel. O imaginário da paz liberal, sobretudo da ideia da paz pelo comércio, advogado por Shimon Peres em 1993, pode ser associada ao modelo liberal inserido no movimento sionista e posteriormente no estado de Israel.¹²

¹² A ideia da paz pelo comércio foi defendida por Shimon Peres em *The New Middle East* (1993).

O movimento sionista também foi influenciado por uma ideia de colonização pelo trabalho, uma espécie de ideologia trabalhista a serviço do colonialismo.¹³ Desta forma, os imigrantes e os colonizadores sionistas formariam organizações voltadas para a coletivização das formas de trabalho na Palestina, por meio de um discurso socializante em torno da nova terra a ser ocupada, conforme é destacado por Collins:

At the center of this liberal nationalist narrative lies the kibutz, which served historically as a focus for social organization in the Yishuv and, later, as a magnet for idealistic visitors who imagined Israel to be a semi-utopian socialist experiment (Collins, 2011: 147).

Dois discursos antagônicos podem ser associados ao sionismo, um discurso reproduzido por palestinos e outro por israelenses:

According to the Palestinian explanation, Zionism was a colonialist movement that penetrated the Palestinian homeland by force, with the wish to colonize the country and with possible expansionist ambitions to penetrate the heart of the Arab world (Pappe, 2008: 612).

Já pelo lado israelense, Pappe assinala que:

According to the Israeli interpretation, Zionism was a national liberation movement with a strong socialist past and more recent liberal tendencies that entered its ancient homeland, derelict and empty since the exile of the Jews in Roman time, waiting to be resettled (Pappe, 2008: 612).

O sionismo político, disseminado no contexto europeu, de certa forma, representou a emergência de uma nova forma de colonização. Os judeus sionistas foram influenciados pelas ideias em voga na Europa do século XIX, em um processo de assimilação de ideologias nacionalistas e liberais. Ao transportarem esse conjunto ideológico para a colonização da Palestina, os sionistas passaram a representar os incursores do colonialismo europeu em outro continente. Após serem perseguidos na Europa por conta da ideologia anti-semita, os judeus sionistas passaram a ser colonizadores

¹³ Hever (2012) estabelece uma conexão histórica entre a exploração do trabalho palestino no movimento sionista de colonização da Palestina e a exploração do trabalho palestino por empresas israelenses no processo de paz de Oslo.

de um povo que nada tinha que ver com esse contexto, os Palestinos. De acordo com Collins, *“Zionism is the political and ideological glue that cemented these individuals into the settler project, initially by transforming them from a victimized minority into a colonizing minority”* (Collins, 2011: 38). Após serem oprimidos pelo antisemitismo europeu os judeus sionistas tornar-se-iam colonizadores e opressores dos Palestinos.

O sionismo representa um discurso de dominação, tanto no nível teórico quanto prático, a serviço de um projeto colonialista. A construção de uma narrativa histórica conformada por elementos religiosos e nacionalistas seria o grande elemento legitimizador da dominação que os sionistas iriam interpretar na Palestina. A ponte intelectual edificada entre o sionismo e o Ocidente seria o liberalismo, uma ideologia hegemônica na Europa no final do século XIX, período inicial da colonização sionista na Palestina. Dentro desse contexto, Edward Said analisa o sionismo com base no conceito de hegemonia gramsciana:

Trata-se de uma visão hegemônica total entre a visão liberal ocidental e a visão sionista-israelense. Emprego a palavra “hegemônica” deliberadamente, com todas as suas ressonâncias em Antonio Gramsci, o grande marxista italiano que analisou a importância da cultura e dos intelectuais para a política. Ao elaborar um de seus pensamentos, Gramsci atribuiu a noção de consentimento à hegemonia; em outras palavras, a hegemonia existe não por mera dominação, mas por mero consentimento, aquiescência (Said, 2012: 43).

Portanto, é de fundamental importância compreender como o movimento sionista surgiu e quais foram as suas motivações políticas e ideológicas. E essa análise torna-se necessária por conta da influência que o liberalismo teve na construção do Estado de Israel. Da mesma forma que os britânicos e os líderes sionistas estiveram alinhados no projeto de colonização da Palestina, os liberais norte-americanos e israelenses estiveram por trás da arquitetura liberal dos Acordos de Oslo de 1993.

1.4 Dependência e hegemonia

A integração econômica entre Israel e Palestina se dá em um plano assimétrico, em que a economia palestina é dependente da economia israelense.¹⁴ Tendo em vista as relações de dependência entre essas duas economias e a posição hegemônica do partido político Likud em Israel e o partido Fatah nos territórios palestinos, torna-se necessário debruçar-se um pouco sobre os conceitos de dependência e hegemonia.

A teoria da dependência está relacionada aos estudos sobre o desenvolvimento na América Latina na década de 1940, através dos estudos de Raúl Prebisch. Em 1949 Prebisch publicou um importante estudo sobre os problemas econômicos latino-americanos, em uma obra clássica sobre os estudos do desenvolvimento, intitulada “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”.¹⁵ Com base na teoria desenvolvimentista, vários estados latino-americanos deveriam promover uma política de industrialização via substituição de importações, ou seja, passariam a produzir no plano interno produtos que antes eram importados.

Na década de 1960, surgiria a teoria da dependência com base em estudos econômicos e sociológicos do desenvolvimento latino-americano, em uma relação dialética entre centro e periferia. Dentro dessa ótica, os estados da periferia estariam sendo explorados pelos estados centrais, em uma lógica de desenvolvimento central e subdesenvolvimento periférico. É importante ressaltar que a teoria da dependência apresenta variações e perspectivas distintas. Mantega (1997) assinala que não há um rol

¹⁴ Os dados sobre a dependência econômica palestina em relação a Israel são destacados no segundo capítulo.

¹⁵ Prebisch, Raúl (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.

exclusivo de análise sobre os estudos da dependência e sim um conjunto amplo e variado de interpretações.

Partindo de uma perspectiva sociológica, Cardoso e Falleto argumentam que, “A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo” (Cardoso e Falleto, 2004: 40). Nesse sentido, a análise sobre a teoria da dependência é realizada sob a perspectiva da economia política, ou seja, fatores econômicos e políticos integram um mesmo modelo teórico.

Por meio de uma análise marxista da dependência, Theotonio dos Santos assinala que, “Dependência significa uma situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, em que uma economia está sujeita à outra” (Dos Santos, 1970: 232). Já Marini destaca que, “[...] *entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia*” (Marini, 1973: 111).

A dialética da dependência associa-se ao plano internacional e ao plano nacional. Weffort (1971) *apud* Mantega (1997) destaca que o conceito de dependência se refere à dependência externa quando indica às relações de determinado país periférico com países centrais e se refere à dependência estrutural quando as relações externas e seus efeitos estruturais internos influem sobre as classes sociais e as relações de produção. Já

Friedmann e Wayne argumentam que, “[...] o cerne da teoria da dependência reside na análise do subdesenvolvimento como um produto da dominação de uma economia por outra” (Friedmann e Wayne, 1977: 401).

Portanto, para os teóricos da dependência, a ordem econômica internacional está estruturada de uma forma a beneficiar os estados centrais em detrimento dos estados periféricos, como é destacado por Barbieri, “*Dependency theorists, in particular, explain how asymmetrical dependence affords the more independent state a position of power over the dependent state, such that the latter becomes vulnerable to political and economic manipulation*” (Barbieri, 2002: 13).

Destaca-se, que de acordo com a teoria da dependência, o livre comércio não é necessariamente um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Os estados periféricos devem adotar uma política protecionista a fim de proteger seus setores estratégicos e vitais ao processo de industrialização e ao desenvolvimento econômico. Dentro dessa perspectiva, os estágios históricos da evolução econômica entre centro e periferia devem ser levados em conta na análise das relações de dependência. No que concerne à dependência econômica palestina em relação à Israel, é importante destacar o conceito desenvolvido por Roy:

De-development is defined as process which undermines or weakens the ability of an economy to grow and expand by preventing it from accessing and utilizing critical inputs needed to promote internal growth beyond a specific structural level (Roy, 1987: 56).

É relevante assinalar como as relações de dependência e de assimetria são destacadas por parte da literatura como fatores que podem gerar conflitos entre os estados. De acordo com Barbieri e Schneider, “*The argument, advanced by neo-Marxists and some*

neorealists, that symmetrical ties may promote peace, while asymmetrical trade leads to conflict” (Barbieri e Schneider, 1999: 388). Portanto, de acordo com essa linha de interpretação, as relações assimétricas tendem a gerar situações conflituosas, enquanto as relações de simetria tendem a gerar situações de maior equilíbrio entre os estados. Barbieri e Schneider informam que, “*Symmetrical ties may promote peace, but asymmetrical dependence creates tensions that may manifest themselves in conflict*” (Barbieri e Schneider, 1999: 390).

No contexto de dependência existente entre centro e periferia, as elites das áreas periféricas passam a reproduzir o discurso hegemônico das áreas centrais, em uma definida estratégia de dominação colonialista. Essa dinâmica pode ser encontrada em várias situações conflituosas, como no caso do conflito Israelense-Palestino, sobre a estreita relação entre o governo israelense e a elite palestina representada pelo partido político Fatah e a ANP. Nesse contexto, a relação estrutural de dependência torna-se um instrumento eficaz de dominação e que é utilizada pelos atores centrais sobre os atores periféricos, conforme nota-se no argumento abaixo:

A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior (Falleto; Cardoso, 2004: 44).

É importante destacar que não é apenas a relação de dependência que deve ser levada em conta, mas sim que grupos dominantes se beneficiam das relações políticas e econômicas estabelecidas entre centro e periferia. São justamente esses atores hegemônicos que estabelecem relações de dominação e de dependência, sendo os estados

periféricos reconfigurados pelas elites dominantes, que se associam às elites dos estados centrais, conforme destaca Cox:

The movement towards hegemony, Gramsci says, is a ‘passage from the structure to the sphere of the complex superstructures’, by which he means passing from the specific interests of a group or class to the building of institutions and elaboration of ideologies (Cox, 1983: 57).

Partindo de uma perspectiva gramsciana sobre o estado, Cox destaca que, “*To be meaningful, the notion of the state would also have to include the underpinnings of the political structure in civil society*” (Cox, 1983: 51). Bouillon vai nessa mesma direção ao assinalar que, “*The state and civil society, Gramsci had argued, were not distinct entities, but were bound in a dialectical relationship, determined by the social relations of production*” (Bouillon, 2004b: 19).

Portanto, há uma estreita relação entre o conceito de dependência e o conceito de hegemonia, pois a hegemonia está associada a uma relação de dominação entre centro e periferia. De acordo com Cox, “*While peripheral countries may adopt some economic and cultural aspects of the hegemonic core, they are less well able to adopt its political model*” (Cox, 1983: 61). O modelo da paz liberal pode ser analisado dentro de uma relação de dependência entre centro e periferia, como é destacado por Taylor (2010), em que a paz liberal e o neoliberalismo têm sido difundidos, como produtos de um senso comum, pelas elites políticas de um sul periférico e subdesenvolvido.

Desta forma, é necessário abordar o conceito de hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci. Para Bouillon, “*Hegemony, thus, is not simply a matter of existence. It intrinsically entails a historical process, which in itself involves a wide range of factor*” (Bouillon, 2004b: 21). Já Cox argumenta que, “*Gramsci, in effect, took over an idea that*

was current in the circles of the Third International: the workers exercised hegemony over the allied classes and dictatorship over enemy classes” (Cox, 1983: 50).

Portanto, as relações de dependência geram uma posição hegemônica de determinados grupos políticos e econômicos. As elites periféricas passam a reproduzir o discurso das áreas centrais da economia mundo e a internalizar um modelo de desenvolvimento dominado de fora para dentro, sendo a noção de dependência um atributo presente nos sistemas de dominação colonialista, ao se expandirem para áreas consideradas periféricas. Os Acordos de Oslo de 1993 se inserem nesse contexto, por conta da intensificação da dependência econômica palestina em relação a Israel e pela emergência de atores hegemônicos no conflito Israelense-Palestino, como a ANP em 1994.

2. O PROCESSO DA PAZ DE OSLO

Neste capítulo será feita uma análise em que pretende-se abordar as causas e consequências dos Acordos de Oslo de 1993, levando em consideração os fatores políticos e econômicos. Os Acordos de Oslo foram arquitetados em uma lógica de integração regional no Oriente-Médio dentro de um processo de reformas neoliberais iniciado em Israel em 1985. Dentro desse contexto, a paz entre israelenses e palestinos seria gerada por meio de uma integração econômica bilateral, sendo essa perspectiva defendida por políticos israelenses como Shimon Peres, conforme é observado por Bouillon:

In this sense, the involvement of Israeli entrepreneurs in the peace process demonstrated that Shimon Peres' four pillars of the 'new Middle East' – democratization, political stability, regional security, and regional economic development – were indeed interrelated, while it also illuminated the shortcomings of the Oslo process in all four spheres (Bouillon, 2004b: 128-129).

É interessante notar a influência de Shimon Peres no processo de paz de Oslo, atuando à frente dos interesses do governo trabalhista israelense nas negociações com a Organização para Libertação da Palestina (OLP). Para Senor e Singer (2011), Shimon Peres passara a ser considerado um dos principais arquitetos da agenda liberal dos Acordos de Oslo. Os Acordos de Oslo devem ser analisados como um processo de integração econômica regional que esteve associado a um discurso da paz pelo comércio no conflito Israelense-Palestino. Os elementos que motivaram outros processos de integração regional podem ser comparados com o contexto dos Acordos de Oslo, conforme é destacado por Levine, *“Indeed, the motivations of the Israeli political and economic elite in supporting Oslo were quite similar to those of their American counterparts in supporting NAFTA”* (Levine, 2009: 125).

Pelos Acordos de Oslo I e pelo Protocolo Econômico de Paris, foi delineado um projeto de integração econômica bilateral com base em um discurso da paz pelo comércio e pela cooperação. Os parâmetros estabelecidos pelos Acordos de Oslo II intensificaram o processo de fragmentação dos territórios palestinos, em um processo de divisão territorial e que remonta ao movimento de colonização sionista na Palestina. De acordo com Levine, “*In essence, Oslo was built on an irresolvable paradox: both increased physical separation and increased economic integration*” (Levine, 2009: 124). Desta forma, Israel pôde, por meio do processo de paz de Oslo, formalizar os métodos e estratégias de ocupação e de dominação econômica sobre a economia palestina.

2.1 Os Acordos de Oslo I (1993)

No intuito de compreender os aspectos econômicos envolvidos no processo de paz entre israelenses e palestinos, torna-se necessário analisar os principais mecanismos estipulados pelo texto dos Acordos de Oslo I.¹⁶ Dentro desse contexto, são destacados a seguir os principais pontos introduzidos pelos Acordos de Oslo I:

It contained several noteworthy features: the removal of international law as the basis for resolving the Palestinian–Israeli conflict, the redeployment of Israeli forces from within circumscribed areas of the Gaza Strip and West Bank (beginning with the West Bank town of Jericho), the delinking of interim and final status issues (whose linkage was a major obstacle for both sides at the 1991 Madrid peace talks), the establishment of the PA, and mutual recognition (Roy, 2002: 14).

Do ponto de vista político, os Acordos de Oslo I representaram um processo de estabilização e de reconhecimento mútuo para que futuras negociações fossem estabelecidas entre israelenses e palestinos. Para Shlaim, “*The Declaration of Principles on*

¹⁶ Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements September (1993). <http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/declaration%20of%20principles.aspx>.

Interim Self-Government Arrangements was essentially an agenda for negotiations, governed by a tight timetable, rather than a full-blown agreement” (Shlaim, 2005: 246). Jones e Murphy seguem com o mesmo argumento, *“The Accords themselves were not a formal peace treaty, but laid down principles and confidence-building measures designed to facilitate agreement towards such a treaty”* (Jones; Murphy, 2002: 112). Em 1993, o que realmente havia sido negociado não era um acordo definitivo, mas sim um acordo-quadro provisório para futuros entendimentos bilaterais entre Israel e Palestina, baseado em uma lógica cooperativa-institucionalista. De acordo com Selby, *“In conflict resolution accounts, peace processes are understood as phased processes for negotiating and nurturing peace”* (Selby, 2008: 12).

O processo diplomático iniciado em Oslo deveria representar uma nova era nas relações entre israelenses e palestinos. O discurso pela paz seria voltado para uma nova era, repleta de otimismo, em que seria gerada uma grande expectativa em torno de um entendimento conjunto, por meio do qual haveria um reconhecimento por ambas partes sobre a importância da paz para o Oriente-Médio. Portanto, torna-se necessário ter em conta em que contexto ocorreram as negociações diplomáticas dos Acordos de Oslo I.

Com o fim da Guerra Fria, houve a emergência de novos temas, novas agendas e novos atores na arena internacional sob a hegemonia norte-americana. De acordo com Ben-Ami, *“Oslo was the result of a unique combination of local and global changes; it was almost the by-product of an emergent new world”* (Ben-Ami, 2006: 206). O texto dos Acordos de Oslo I demonstra o que realmente estava em jogo no processo de paz para o Oriente-Médio. De acordo com o disposto no artigo 11 dos Acordos de Oslo I, haveria uma

concertação diplomática voltada para o âmbito da cooperação econômica entre israelenses e palestinos, como pode ser observado abaixo:

Recognising the mutual benefit of co-operation in promoting the development of the West Bank, the Gaza Strip and Israel, upon the entry into force of this Declaration of Principles, an Israeli-Palestinian Economic Co-operation Committee will be established in order to develop and implement in a cooperative manner the programmes identified in the protocols attached as Annex III and Annex IV (Declaration of Principles on Interim and Self-Government Arrangements, 1993: 4).

Já no artigo 16, pode-se notar que o desenvolvimento econômico palestino deveria ser promovido por uma série de investimentos internacionais e de programas de assistência regional inspirados no modelo inicial de integração funcionalista europeia da década de 1950:

Both parties view the multilateral working groups as an appropriate instrument for promoting a "Marshall Plan", the regional programmes and other programmes, including special programmes for the West Bank and Gaza Strip, as indicated in the protocol attached as Annex IV (Declaration of Principles on Interim and Self-Government Arrangements, 1993: 5).

O Anexo 3 dos Acordos de Oslo I estabelece uma série de setores que fariam parte do projeto de cooperação entre israelenses e palestinos, como por exemplo: água, eletricidade, energia, finanças, transportes, comunicações, comércio e indústria. Com base no que dispõe o Anexo 3, nota-se que essa cooperação setorial ocorreria sob a perspectiva do livre comércio:

Co-operation in the field of trade, including studies, and trade promotion programmes, which will encourage local, regional and interregional trade, as well as a feasibility study of creating free trade zones in the Gaza Strip and in Israel, mutual access to these zones and co-operation in other areas related to trade and commerce (Declaration of Principles on Interim and Self-Government Arrangements, 1993: 8).

Os Acordos de Oslo I representaram, portanto, uma espécie de acordo base para futuras negociações entre Israel e Palestina, por conta da impossibilidade de se implementar o que fora negociado no curto prazo. O que estava em jogo, na verdade, era a

necessidade de se criar um ambiente propício para o desenvolvimento de negócios e que gerasse uma estabilidade política para a criação de uma área de integração econômica no Oriente-Médio, com base em um discurso da paz pelo comércio. A integração econômica seria realizada por Israel, um estado existente desde 1948 com todo seu aparato institucional e uma organização política, a ANP, criada em 1994, no contexto dos Acordos de Oslo de 1993, com o propósito de servir como uma base para a edificação de um Estado Palestino.

2.2 O Protocolo Econômico de Paris (1994)

O Protocolo Econômico de Paris de 1994 é considerado a versão econômica dos Acordos de Oslo de 1993.¹⁷ É dentro desse marco legal que foram estabelecidas as diretrizes que norteariam as relações econômicas entre israelenses e palestinos na década de 1990. As relações econômicas entre Israel e os territórios palestinos seriam reguladas pelos parâmetros estabelecidos pelos Acordos de Oslo I e pelo Protocolo Econômico de Paris, conforme é destacado a seguir:

It is important to note that the economic reality of the West Bank and Gaza after 1993 was shaped by the policy parameters of the Oslo accords and the Paris Economic Protocol, which collectively defined a legal framework for Palestinian economic activity and Palestine's economic relations with Israel (Roy, 1999: 68).

O protocolo delineou as principais questões econômicas no processo de paz de Oslo, em que a cooperação bilateral seria uma saída pragmática para o fim do impasse entre israelenses e palestinos. Esse discurso cooperativo esteve voltado para o reconhecimento da fragilidade econômica palestina e da importância de emponderar a

¹⁷ Protocol on Economic Relations (1994) between the government of the State of Israel and the PLO representing the Palestinian people, <http://www.nad-plo.org/userfiles/file/Document/ParisPro.pdf>

ANP como um embrião de um futuro estado palestino. A seguir, são destacados os principais temas negociados e estabelecidos pelo Protocolo Econômico de Paris:

The Paris Protocol is the annex of the Oslo Accords that regulates economic relations between the two parties. Its main distinguishing components are as follows: (a) it implicitly recognized the need to rectify the Palestinian economy's skewed relationship with Israel; (b) it was intended to equip the Palestinian Authority with the legal, institutional and procedural means to manage and develop Palestinian external trade within a Palestinian development vision; and (c) the Preamble included a mutual recognition of each party's distinct economic interest (UNCTAD, 2012: 11).

A dimensão econômica foi fundamental para o processo de paz, conforme é destacado no texto do Protocolo Econômico de Paris, *“The two parties view the economic domain as one of the cornerstone in their mutual relations with a view to enhance their interest in the achievement of a just, lasting and comprehensive peace”* (Paris Protocol, 1994: 1). O texto delineado pelo protocolo não deixara dúvidas quanto ao contexto em que fora elaborado. As medidas econômicas faziam parte de um processo de integração regional e que estariam subordinadas às regras do comércio internacional vigentes naquele período, como pode ser observado no artigo 3 do protocolo:

The valuation of custom purposes will be based upon the GATT 1994 agreement as of the date it will be introduced in Israel, and until then – on the Brussels Definition of Valuation (BDV) system. The classification of goods will be based on the principles of the “Harmonized Commodity Description and Coding System” (Protocol on Economic Relations between the Government of Israel and the PLO, 1994: 3).

Outro ponto do Protocolo Econômico de Paris que merece ser destacado é o que fora estabelecido na área de tributação. Sendo a economia palestina bastante dependente da economia israelense, havia a necessidade de se criar um sistema em que houvesse um fluxo de renda dos impostos cobrados em Israel em direção aos territórios palestinos. Essa cooperação na área tributária demonstra, na verdade, como o Estado de Israel exercia o controle direto sobre os recursos gerados pela economia Palestina, conforme é destacado a seguir sobre o que fora estabelecido pelo artigo 5 do Protocolo Econômico de Paris:

Israel will transfer to the Palestinian Authority a sum equal to:

- a. 75% of the income taxes collected from Palestinians from the Gaza Strip and the Jericho Area employed in Israel.
- b. The full amount of income taxes collected from Palestinians from the Gaza Strip and Jericho Area employed in the settlements (Protocol on Economic Relations between the Government of Israel and the PLO, 1994: 14).

Na prática, a economia palestina não fora beneficiada por essa política de redistribuição de impostos via Israel. Isso se deu, entre outros fatores, por conta das inúmeras restrições impostas por Israel sobre a tributação comercial nos territórios palestinos, como pode ser verificado abaixo:

Under the Paris Protocol, the Palestinian Authority was made dependent on Israeli rebates of customs and import taxes. Israel interpreted “imports from the rest of the world” into Palestine in a peculiarly restrictive manner: Imports were only those goods directly imposed by Palestinian companies via Israel and clearly labelled as destined for clearance by the Palestinian Authority (UNCTAD, 2012: 11).

Cabe destacar que o Protocolo Econômico de Paris refletia em muito a visão liberal-institucionalista e que fora defendida por um dos principais articuladores do processo de paz de Oslo, o político israelense Shimon Peres. Nesse contexto, Israel seria beneficiada com os ganhos originados por meio da abertura do comércio regional e os repassaria para os territórios palestinos na forma de impostos e a economia palestina continuaria na condição de mera extensão da economia israelense. Entretanto, tendo como base o período compreendido entre 1970 e 1987, Hever demonstra que:

It has been estimated that the loss of revenue to the Palestinian economy during the years from 1970 to 1987 as a result of the one-sided customs envelope totaled US \$6-11 billion, or about 13 percent of the Palestinians’ GDP (Hever, 2010:12).

O Protocolo Econômico de Paris estabeleceu um parâmetro cooperativo em que israelenses e palestinos seriam beneficiados por meio da lógica funcionalista inspirada no modelo europeu de integração. Tendo como base o conceito de *spill over effects* (efeitos de transbordamento), determinadas áreas seriam priorizadas na integração econômica entre

israelenses e palestinos. Uma questão fundamental, no entanto, não seria levada em conta, sobre as assimetrias existentes entre a economia israelense e a economia palestina.

Cabe ressaltar que já havia uma crescente e forçada integração econômica entre Israel e Palestina desde a ocupação israelense dos territórios palestinos em 1967. Segundo a UNCTAD, “*The Protocol advocated free trade between Israel and the areas under the Palestinian Authority’s control, with the exception of quantitative restrictions on six agricultural products to be phased out based on an agreed timetable*” (UNCTAD, 2012: 11). O que estava, portanto, a ser delineado pelo processo de paz de Oslo era a formalização de um acordo de integração regional, com base no discurso da paz pelo comércio e que refletia os crescentes interesses econômicos israelenses na promoção da paz no Oriente-Médio, conforme é destacado por Bouillon:

Peace negotiations were a precondition for Israel’s acceptance as a legitimate business partner and a destination for foreign investments. The political discourse of the Oslo process disguised these considerations as a concern for ‘regional economic development’ (Bouillon, 2004b: 129).

E o período em destaque, a década de 1990 foi marcada por uma proliferação de acordos de integração regional no sistema internacional, como por exemplo, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) estabelecido em 1991 e o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) criado em 1994. Desta forma, os Acordos de Oslo e a sua versão econômica, o Protocolo Econômico de Paris, estiveram inseridos dentro do processo de globalização e integração econômica regional.

2.3 Os Acordos de Oslo II (1995)

Os Acordos de Oslo II deram prosseguimento à agenda estabelecida pelos Acordos de Oslo I e pelo Protocolo Econômico de Paris. Oslo II envolveu questões territoriais, securitárias e políticas nos territórios palestinos.¹⁸ Shlaim informa sobre os Acordos de Oslo II que, “*It provided for elections to a Palestinian Council, the transfer of legislative authority to this Council, the withdrawal of Israeli forces from the Palestinian centres of population, and the division of territories into three areas – A, B and C*” (Shlaim, 2005: 253). A área A estaria sob controle palestino, a área B sob controle israelense e a área C sob controle palestino na área civil e sob o controle israelense na área de segurança.¹⁹

Os Acordos de Oslo II representaram uma segunda fase na implementação de medidas dentro do processo de paz no Oriente-Médio.²⁰ A lógica continuou sendo a mesma, de prover os palestinos de uma paz imposta pelos interesses de Israel e dos EUA no Oriente-Médio. Os territórios palestinos foram fragmentados em áreas estratégicas, de acordo com os interesses de Israel, que procuraram, por meio dos Acordos de Oslo II, criar obstáculos à unidade Palestina no aspecto territorial.

A contínua fragmentação do território palestino em áreas específicas é um sintoma de que o processo colonialista israelense encontrava-se em pleno vigor quando foram

¹⁸ The Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip (1995).

¹⁹ Dados específicos sobre a Área C podem ser consultados em: World Bank (2013) West Bank and Gaza – Area C and the Future of the Palestinian Economy.

²⁰ “On 28 September 1995, the Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip was signed in Washington by Yitzhak Rabin and Yasser Arafat in the presence of Bill Clinton, Hosni Mubarak and King Hussein of Jordan. It became popularly known as Oslo II” (Shlaim, 2005: 253).

delineados os Acordos de Oslo II.²¹ Tendo como base o contexto político e econômico palestino no período pós-Oslo II, nota-se que a dominação e ocupação israelense sobre o povo palestino não foi reduzida, e sim intensificada. Para Shlaim, “*Oslo II marked the point of no return in the process of ending Israel’s coercive control over the Palestinian people*” (Shlaim, 2005: 253).

2.4 O processo de liberalização econômica israelense

A partir da década de 1980, Israel passou por um amplo processo de reformas econômicas visando a uma maior abertura comercial e a uma maior inserção econômica no plano internacional. Para Levine, esse processo teve início ainda na década de 1970, “*The roots of the political economy of Oslo can be traced to the late 1970s when, after almost three decades of state-led, quasi-socialist economic policies, Israel began a transition towards a neoliberal economy with the election of the Likud*” (Levine, 2009: 104). Já Jones e Murphy assinalam que, “*The liberalisation of trade has made more systematic and comprehensive progress since 1985, when it was decided to progressively eliminate all trade barriers, export subsidies and import licences*” (Jones e Murphy, 2002: 74). Os acordos de livre comércio assinados entre Israel e outros países, como os Estados Unidos, ocorreram, portanto, dentro desse processo de abertura da economia israelense.

O processo de abertura econômica israelense também está associado ao movimento político da colonização sionista na Palestina, que foi influenciado pelo

²¹ A divisão territorial palestina estabelecida pelos Acordos de Oslo II pode ser consultada em: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (2011) West Bank: Area C Map, disponível em: http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_area_c_map_2011_02_22.pdf.

liberalismo econômico britânico do século XIX. Conforme assinalam Nitzan e Bichler, “*To begin with, Israel’s transition toward a market economy was not all new. It began not in the 1990s, but a century earlier, with the very first steps of Jewish colonisation in Palestine*” (Nitzan e Bichler, 2002: 275). Da mesma forma que o movimento sionista havia sido influenciado pelo liberalismo britânico no processo de colonização da Palestina, o Estado de Israel foi impulsionado pelas dinâmicas neoliberais a partir da segunda metade da década de 1980 e ao negociar os Acordos de Oslo em 1993.

Em 1985, um amplo programa neoliberal de ajuste e de estabilização econômica foi implementado em Israel, em que o eixo da economia foi direcionado para a expansão do comércio externo, em um processo de desregulamentação econômica. De acordo com Levine, “*The goal of the plan was to bring down crippling triple-digit inflation, while taking a page from Reagan and Thatcher by using the crisis to weaken the organized labor movement in Israel*” (Levine, 2009: 105). O discurso neoliberal seria, portanto, reproduzido amplamente em Israel ao longo da década de 1980, conforme é destacado por Hellinger e Londin:

Since 1985 the Israeli economy has moved away from a social democratic policy towards the liberal capitalist pole. The neo-liberal economic paradigm—especially due to the strengthening of the global economy and the American liberal influence on the judicial and public discourses—became the major paradigm in Israeli economic discourse (Hellinger e Londin, 2012: 92).

O projeto israelense em torno de um desenvolvimento econômico centrado no âmbito estatal havia chegado ao fim. Bouillon (2004b) observa que não havia mais espaço para o desenvolvimento econômico baseado no sionismo trabalhista, a partir de uma aliança entre trabalhadores e a elite empresarial e industrial israelense. Uma nova forma de hegemonia seria alcançada por meio de uma classe de empresários interessada na obtenção

de ganhos econômicos por meio de um discurso da paz estável e equilibrada com os palestinos.

O contexto geopolítico da década de 1980 foi marcado pela reafirmação dos EUA como potência hegemônica e do neoliberalismo como o paradigma de desenvolvimento a ser seguido pelos estados, e Israel esteve inserido nesse processo. Nota-se, que o estreitamento político e econômico israelense com os EUA, antecede a década de 1980, conforme é destacado por Halliday:

From the 1960s onwards the key alliance was with the USA, from which Israel received unique levels of political, financial and diplomatic support; yet here was a clear example of the twosided, international and internal, balancing act of states” (Halliday, 2005: 239).

O processo de abertura econômica israelense tornou-se mais visível nos anos 1990, quando houve uma percepção da elite dirigente israelense de que o neoliberalismo e a liberalização comercial eram realmente os caminhos a serem seguidos, conforme é destacado por Bouillon “*From 1991 on, Israel gradually dismantled its protectionist trade regime and began exposing the domestic market to foreign imports*” (Bouillon, 2004b: 27). Havia então essa ideia de que a modernização e abertura da economia israelense seriam realizadas no âmbito do paradigma neoliberal. O desenvolvimento econômico israelense seria deslocado de um eixo centrado no dirigismo estatal para o modelo neoliberal voltado para uma crescente participação de Israel no comércio internacional, assinalando-se que:

The global order of the 1990s, argue the neoliberals, has altered the face of Israeli capitalism, and all for the better. The first and most important change was the county’s increasing exposure to the vagaries of the world economy. Import duties, which averaged 13 per cent in the 1970s, dropped to 1 per cent in the 1990s, while import penetration, expressed as a share of GDP, rose from 37 per cent to more than 50 per cent over the same period (Nitzan e Bichler, 2002: 274).

No contexto da agenda neoliberal, a relação de Israel com os EUA iria adquirir cada vez mais destaque. Houve uma convergência de interesses por trás da construção ideológica neoliberal, que serviu de base para avalancar as indústrias de defesa e de segurança nos dois países. Essa relação estratégica explica-se, entre outros fatores, pelos interesses econômicos e geopolíticos que ambos os países possuem na região do Oriente-Médio, conforme é assinalado por Mearsheimer e Walt:

American taxpayer's money has subsidized Israel's economic development and rescued it during periods of financial crisis. American military assistance has strengthened Israel in wartime and helped preserve its military dominance in the Middle East. Washington has given Israel extensive diplomatic support in war and peace, and has helped insulate it from some of the adverse consequences of its own actions (Mearsheimer e Walt, 2007: 23).

O Estado de Israel foi edificado em 1948 com base em um desenvolvimento econômico impulsionado pelo aparato estatal. A economia israelense encontrava-se bastante fechada até meados da década de 1990, por conta de uma grande intervenção estatal na condução dos assuntos econômicos, conforme é observado por Bouillon:

Until de 1990's, the government had been the single most important actor in the economy. It had not only been the country's biggest employer and its biggest customer; it had also controlled important resources such as land, money, raw materials, and water (Bouillon, 2004b: 26).

É importante ter em conta que foram justamente os processos de neoliberalização da década de 1990 que aprofundaram as contradições econômicas, e conseqüentemente o acirramento do conflito entre Israelense-Palestino. O interesse do setor privado israelense na promoção da paz com os palestinos esteve, na verdade, relacionado à necessidade de expansão da economia israelense e pela busca de novos mercados consumidores para suas exportações no Oriente-Médio, como é observado por Bouillon:

Under the condition of their pre-existing hegemony, Israeli business elites played a leading role in paving the way for the peace process. Toward the end of the 1980s, they started to focus their attention on outward expansion and an end to the Arab boycott and began to exert pressure on the political establishment to engage in peace negotiations (Bouillon, 2004: 244).

O discurso liberal da paz pelo comércio serviria a Israel como uma forma de se chegar a um acordo provisório com a OLP de Yasser Arafat e, assim, criar uma base de estabilidade política e econômica no Oriente-Médio. As negociações em torno da agenda da paz de Oslo não estariam voltadas para soluções concretas e de curto prazo, mas sim para o desenvolvimento de um ambiente adequado para a nova fase globalista em que se encontrava a economia de Israel desde 1985, conforme assinala Selby:

By participating in that discursive construct called ‘the Oslo peace process’ during the early 1990s, Israel managed to transform itself into a dynamic high-tech globalised economy, without having to make final status compromises with the Palestinians (Selby, 2008: 21).

O discurso liberal em torno do processo de paz com os palestinos gerou benefícios econômicos para o Estado de Israel. Ao longo da década de 1990, Israel assinou acordos de livre comércio com a UE e com os EUA, expandindo, portanto, o eixo de suas relações comerciais com as principais potências econômicas mundiais, conforme é assinalado por Bouillon:

Israel was the sole country in the world to have both a European Union and a US free trade agreement (FTA), the latter fully effective from 1995 on. Among its most important markets were the Occupied Territories, to which Israel was connected through a one-sided customs union (Bouillon, 2004b: 27).

Houve, portanto, no período em destaque, uma convergência entre o eixo neoliberal e a elite dirigente israelense, por conta das reformas liberalizantes promovidas em Israel a partir de 1985. Shalev informa que, *“But as the century comes to a close, the guardians of the “Washington consensus” hold Israel up as a model of economic liberalization and successful adaptation to globalization and technological change”* (Shalev, 2000: 129). Desta forma, tanto as reformas neoliberais implementadas a partir de 1985, quanto a agenda liberal dos Acordos de Oslo de 1993, foram fundamentais para o processo de abertura econômica israelense. De acordo com Jones e Murphy, *“The twin processes of trade liberalisation and the post 1993 peace process have served to open up*

the economy to a greater variety of trading partners, as well as to rapidly increase the volume of trade” (Jones e Murphy, 2002: 84). Os Acordos de Oslo de 1993 se enquadraram, portanto, no processo de liberalização econômica israelense em curso desde 1985.

Nessa fase de abertura da economia israelense, os mercados árabes tornar-se-iam extremamente importantes, por conta da necessidade de expansão e de internacionalização da economia israelense. Para que isso acontecesse, seria necessário o reconhecimento por parte de Israel, da OLP como um ator político dotado de legitimidade no processo de paz no Oriente-Médio. Como resultado, Israel esperava o fim do boicote econômico dos países árabes em relação a seu comércio, como demonstram Shafir e Peled:

Israeli moderation toward the Palestinians, the recognition of the PLO, and the decolonization of the Gaza strip and cities of the West Bank, under the Rabin-Peres governments, should be understood as part and parcel of a broader process of liberalization in society which continues to sustain the peace making drive in spite of its many setbacks (Shafir e Peled, 2000: 243).

É importante assinalar a influência que determinados setores empresariais e industriais israelenses e palestinos tiveram no processo de paz de Oslo. Bouillon (2004b) destaca que grandes conglomerados israelenses como a *Koor*, *Histadrut*, *Bank Ha'Poalim* e *Israel Manufacturers Association (IMA)* tiveram influência sobre as posições tomadas por Israel no processo de paz de Oslo. De acordo com Bouillon, “*Already before the conclusion of the Oslo Accords, the Israel Manufacturers Association (IMA) had warned that competition from Palestinians was hurting Israeli industry*” (Bouillon, 2004b: 150). Já no âmbito palestino, Bouillon (2004b) destaca a influência dos conglomerados *The Palestine Development and Investment Company (PADICO)* e *Arab Palestinian Investment Company (APIC)* nas posições tomadas pela ANP no processo de paz de Oslo.

Os movimentos de capitais internacionais para o Oriente-Médio não poderiam ser realizados em um sistema regional repleto de incertezas e de instabilidades políticas. Portanto, o reconhecimento de atores políticos como a OLP, se enquadra nessa perspectiva de geração de estabilidade econômica no processo de paz de Oslo. A paz, na visão do governo israelense, seria implementada não somente com os palestinos, mas com os países árabes, conforme é destacado por Shlaim, “*PLO recognition of Israel was expected to pave the way for wider recognition by the Arab states from North Africa to the Persian Gulf. Rabin expressed this hope when signing the letter to Arafat in which Israel recognised the PLO*” (Shlaim, 2005: 248). O discurso da paz pelo comércio seria utilizado na nova arquitetura das relações econômicas do Oriente-Médio em defesa dos interesses de Israel em sua nova fase econômica globalista, conforme é assinalado por Levine:

Creating such a ‘peace economy’ had become a concern for Israeli, American and international academic and policy-making institutions, with the primary goals being to help end the Arab boycott and open lucrative emerging markets such as China’s and India’s (Levine, 2009: 106).

A estrutura do mercado de trabalho palestino foi modificada no contexto dos Acordos de Oslo de 1993, pois houve um direcionamento do fluxo de mão de obra dos territórios palestinos em direção a Israel.²² Isso se deu por conta da crescente expansão econômica israelense no Oriente-Médio e pelas melhores condições de renda e de emprego ofertadas por empresas israelenses aos trabalhadores palestinos, conforme é destacado por Samara:

Many Palestinians can be expected to be employed in marketing Israeli products in Arab countries; in so doing, they would facilitate the Israeli market’s invasion of the Arab world – an “Integration Through Domination” (ITD) that appears to be welcomed by many Arab regimes (Samara, 2000: 126).

²² Dados sobre o mercado de trabalho palestino podem ser consultados em: Palestinian Central Bureau of Statistics (2010) <http://www.pcbs.gov.ps/Downloads/book1661.pdf>.

Autores como Alan Dershowitz se posicionam de forma contrária ao reconhecimento e legitimação de atores políticos como a OLP no processo de paz de Oslo. Para Dershowitz, *“The Palestinians should be treated as aggressors who lost. They should be treated fairly but without moral claims to equal partnership in the negotiating process”* (Dershowitz, 2003: 108). Dentro dessa lógica, o governo israelense cedeu demais aos palestinos, pois estes estiveram em uma posição de inferioridade no eixo negociador dos Acordos de Oslo e nada poderia ser cedido aos palestinos sem que algo substantivo fosse dado em troca aos israelenses. Portanto, Israel deveria se impor perante os Palestinos nas negociações de Oslo, em uma demonstração de força política.

O processo de paz de Oslo inseriu-se, portanto, em um processo de reformas neoliberais ocorridas em Israel na década de 1980. O reconhecimento israelense da OLP e a aproximação comercial com países árabes ocorreram por conta da pressão que o setor privado passou a exercer sobre o governo israelense a fim de diminuir os custos de mão-de-obra local e pela abertura de mercado às exportações israelenses no Oriente-Médio. A configuração do mercado de trabalho em Israel e nos territórios palestinos seria, portanto, alterada, destacando-se o argumento de Bouillon:

Because of the ongoing liberalization of the Israeli economy and its integration into world markets, Israeli companies confronted increasing competitive pressure to reduce their labor costs. Jordan and the Palestinian Territories, on the other hand, offered cheap labor, and faced severe shortages of employment opportunities. Hence the real potential for regional collaboration emerged in the outsourcing of labor-intensive operations (Bouillon, 2004a: 248).

Dentro desse processo de legitimação de novos atores políticos no processo de paz de Oslo, Shlaim (2005) destaca que três personalidades israelenses foram fundamentais para o reconhecimento da OLP no processo de paz de Oslo: Yitzhak Rabin, Shimon Peres e Yossi Beilin. Para Shlaim, *“Beilin had always belonged to the extreme dovish wing of the*

Labour Party. He was the real architect behind the Israeli recognition of the PLO” (Shlaim, 2005: 244). Jones e Murphy (2002) destacam que o acordo alcançado com a OLP em 1993 criara uma atmosfera positiva para o desenvolvimento de novos negócios no Oriente-Médio, pois empresas multinacionais não teriam mais receios em investir na economia israelense.

É interessante notar que o processo de paz de Oslo esteve ligado às questões internas tanto em Israel quanto nos territórios palestinos. Os Acordos de Oslo foram utilizados para marcar um fortalecimento político do Estado de Israel perante o povo israelense e da ANP perante o povo palestino. Desta forma, a disputa por hegemonia política no plano interno, tanto em Israel quanto nos territórios palestinos, foi, portanto, um elemento de cálculo a ser levado em conta nas negociações diplomáticas de Oslo, conforme é destacado por Barak:

In the Oslo Accord of 1993, in which Israel and the PLO formally recognized one another, the two themes, or models converged: while Israel expected Arafat and his men to quell the Territories and normalize relations with it, PLO leaders called upon Rabin to abide by the peace of the brave and its stipulations. At the same time, the historic breakthrough gave both the PLO and Israel’s Labor Party an edge over their intragroup rivals (Barak, 2005: 722).

Uma parcela da comunidade empresarial palestina se posicionou de forma favorável a uma maior integração econômica com Israel, porém essa iniciativa não representava os anseios e as reais necessidades do povo palestino. Era uma ideia defendida por lideranças políticas interessadas nos possíveis ganhos econômicos que poderiam ser obtidos por meio de uma crescente e forçada integração econômica bilateral, conforme é desmonstrado por Pappé, “Ao abrigo do acordo de Paris, que era a componente econômica de Oslo, assinada em 1994, Israel e Palestina passariam a ser uma unidade econômica, com sistemas alfandegários interligados e uma política fiscal comum” (Pappé, 2007: 301).

O discurso de setores importantes do governo israelense era de que o tempo da paz havia chegado para Israel. Era essa a visão defendida por políticos de relevo do partido trabalhista israelense, como Yitzhak Rabin e Shimon Peres. Entretanto, entedemos que não se tratava de uma onda pacifista e humanitária, mas sim de um pragmatismo político, baseado em um paradgima funcionalista e neoliberal, em que a paz com os palestinos seria utilizada como um meio de resolução dos problemas econômicos israelenses, destacando-se o argumento de Ben-Ami:

Yitzhak Rabin was the major political advocate of this economic drive, for he was eager to lead Israel into a new economic era, to see her overcome her sense of isolation and seize the opportunities offered by the new global economy, by the mass immigration of Soviet Jews with their technological capabilities and by the emerging markets. But all this, he knew, could not be done without peace (Ben-Ami, 2006: 208).

O modelo neoliberal inserido na agenda da paz dos Acordos de Oslo representava para Israel um cenário de maior estabilidade para a expansão e crescimento da sua economia no plano regional. Foi dentro desse contexto que a comunidade empresarial israelense passou a pressionar o estado judaico a fim de expandir seus interesses econômicos em direção aos mercados árabes. Portanto, o governo israelense passou a tomar medidas nesse sentido, visando a uma maior abertura econômica regional, como é demonstrado por Bouillon:

An alternative economic regime was the liberalization of the economy, a process that aimed to attract foreign investors and open up new markets. This, in turn, was only possible if at the same time the Arab boycott was ended and Israel became legitimized as a trading partner in global markets. Thus, a peace process became both possible and necessary (Bouillon, 2004a: 244).

Portanto, é possível afirmar que os Acordos de Oslo representaram para Israel, um mecanismo de concertação político-diplomática utilizado para uma maior inserção econômica israelense no plano internacional. Israel seria visto pela comunidade internacional como um ator de peso no cenário globalizado e não apenas como um parceiro

de importância regional para os EUA, conforme é demonstrado por Nitzan e Bichler, *“Its incorporation into the new process of globalisation, therefore, required a series of fundamental changes, typical to many developing countries at the time. The first of these changes was endorsing neoliberalism”* (Nitzan e Bichler, 2002: 296).

É interessante notar como as questões que envolvem o Oriente-Médio extrapolam a órbita regional. Atores de peso no cenário internacional, como os EUA e a UE contribuíram diretamente para a adoção das principais medidas no processo de paz, revelando os interesses existentes por trás do discurso liberal inserido nos Acordos de Oslo. A diplomacia norte-americana representaria o equilíbrio de poder e o eixo garantidor de compromissos políticos entre israelenses e palestinos, conforme é destacado por Halliday:

Significantly, the final agreement, at which the PLO leader Arafat shook hand with Israeli premier Rabin in September 1993, was signed in Washington. There is, needless to say, many a ‘contested’ IR lesson in this story. Enthusiasts for informal diplomacy, and ‘non-state’ actors, may claim this outcome at their own. Others, intoning the power of large states and noting their intermittent diplomatic attention, may, sadly, disagree (Halliday, 2005: 135).

Dentro de uma lógica realista, o processo de paz de Oslo necessitaria, portanto, de um ator de peso que sustentasse politicamente os compromissos assumidos por israelenses e palestinos nas negociações secretas de Oslo. Caberia, portanto, aos EUA, a tarefa de incumbir as partes negociantes de cumprir o que fora acordado. Por mais que houvesse uma visão institucionalista e liberal como a defendida por Shimon Peres, o processo de paz seria implementado de acordo com um enfoque realista, ou seja, a partir do jogo de forças e do equilíbrio de poder demonstrado pelos EUA no Oriente-Médio. Bishara (2003) destaca, por exemplo, que a abordagem americana para o processo de paz esteve voltada

para a lógica de segurança como garantia da paz e não a paz como garantia de segurança no Oriente-Médio.

O processo de paz de Oslo inseriu-se, portanto, em um contexto de globalização e de integração econômica regional, em que a paz com os palestinos serviu como um instrumento a serviço da expansão econômica israelense no plano internacional. E os resultados econômicos para Israel não demorariam muito para serem alcançados, conforme é destacado por Murphy, “*In the first nine months of 1994 alone, Israeli exports to Asian countries increased by a third, accounting for 12.4 per cent of total Israeli exports (compared to only 8.1 per cent in 1992)*” (Murphy, 2000: 56). Esse processo representou, portanto, uma maior inserção econômica internacional e uma maior legitimidade política de Israel frente à comunidade internacional, e que por sua vez, deve ser entendido como parte do processo de liberalização econômica israelense promovido a partir de 1985.

2.5 A dependência econômica palestina

Ao longo da década de 1990, houve um aumento da dependência econômica palestina em duas direções, primeiramente em relação à economia de Israel, e em um segundo plano, em direção aos recursos oriundos da assistência humanitária internacional. Nesse sentido, a economia palestina tornou-se cada vez mais dependente de atores externos, como Israel e os EUA e de organizações não governamentais (ONGs).²³ O domínio da economia israelense sobre a economia palestina foi mantido e intensificado

²³ Dados referentes à assistência humanitária internacional nos territórios palestinos podem ser consultados na tabela referente ao anexo 5.

após a assinatura dos Acordos de Oslo I e do Protocolo Econômico de Paris, conforme pode ser notado a seguir:

The main problem with Palestinian trade is that Israel is by far its largest trading partner. From 1967 until the signing of the Oslo Accords, 80-85 per cent of Palestinian exports and 80-90 per cent of its imports were to and from Israel. This pattern persisted well after the Oslo Accords and the signing of the Paris Protocol, which reaffirmed Israel's control over Palestinian borders and trade regulations (UNCTAD, 2012: 9).

Houve gradualmente um incremento da dependência palestina em relação à assistência humanitária provida por ONGs financiadas por grandes potências internacionais e que tinham interesses estratégicos no Oriente-Médio. Os recursos do humanitarismo internacional eram repassados para a OLP e que por sua vez os utilizava de acordo com suas necessidades e interesses políticos, conforme é destacado por Halliday:

In the aftermath of the Oslo Accords of 1993, the Palestinian Authority was promised significant economic aid from the European Union and the USA, in the hope that this would stabilise it and allow the Palestinian leadership to continue the peace process. The fact that the PLO had a large offshore investment portfolio, valued in 2001 as high as \$50 billion, did not deter such politically motivated subventions (Halliday, 2005: 285).

Dentro desse contexto de crescente dependência econômica palestina, foi instituída uma política de assistência humanitária internacional e que seria implementada ao longo da década de 1990, no âmbito da agenda pós-Oslo. Os recursos originados por meio dessa agenda humanitarista serviriam para contrabalançar os efeitos negativos da expansão econômica liberal israelense no Oriente-Médio e, sobretudo, por conta da integração econômica forçada promovida por Israel nos territórios palestinos, destacando-se que:

The period of donor involvement in the occupied Palestinian territory coincided with the rise of the Aid for Trade (AFT) agenda. Aft was the response to the failed "aid and trade" liberalization efforts, which aimed at unlocking the potential benefits of both trade and foreign assistance (UNCTAD, 2012: 13).

Os indicadores socioeconômicos deterioraram-se nos territórios palestinos durante a década de 1990. De acordo com a UNCTAD, *“The link between trade, employment and poverty in the Palestinian territories is deeply affected, and even determined, by the forces of conflict”* (UNCTAD, 2012: 17). Já Roy destaca que, *“Between 1995 and early 1997, the number of poor in the West Bank and Gaza Strip doubled, from 20 percent to 40 percent of all Palestinians”* (Roy, 1999: 76). Essa situação negativa agravou ainda mais as dinâmicas do conflito Israelense-Palestino, pois o processo de paz de Oslo foi sendo cada vez mais visto com descrédito por israelenses, e, sobretudo, por palestinos.

Desta forma, os índices relativos à pobreza, estiveram diretamente relacionados à própria dinâmica do conflito, o que gerou novos ciclos de violência. Entretanto, Selby ressalta que, *“For poverty is not a necessary or trans-historical cause of violence, and middle classes and business communities are not inherently pacific in inclination”* (Selby, 2008: 23). O ciclo de violências no conflito Israelense-Palestino, não pode ser explicado apenas como consequência da condição de pobreza existente nos territórios palestinos, mas sim como parte de um contínuo processo de dominação israelense sobre a economia palestina e que foi intensificado após a assinatura dos Acordos de Oslo.

Rodrik destaca que, *“Em uma economia aberta para o comércio e o investimento estrangeiros, a demanda por mão de obra geralmente responderá mais a mudanças no preço da mão de obra, ou será mais elástica”* (Rodrik, 2011: 24). A estrutura de mão de obra palestina se encaixa, portanto, nesse contexto de análise. Por terem uma baixa qualificação técnica e baixa escolaridade, os trabalhadores palestinos foram afetados com o processo de abertura econômica israelense durante a década de 1990. Desta forma, a integração

econômica com Israel foi prejudicial à economia palestina, pois houve um deslocamento de trabalhadores palestinos em direção a Israel e a outros mercados em busca de melhores condições de emprego e renda. Dentro desse contexto, Collins informa que:

Beginning in the mid-1990s, the high point of the Oslo “peace process”, Israel began to cut off access to its internal job market for the Gazans who had long supplied a substantial portion of the cheap Palestinian labor upon which the Israeli economy once relied (Collins, 2011: 90).

Sobre a deterioração socioeconômica nos territórios palestinos, torna-se necessário apresentar alguns dados comprovativos dessa situação. De acordo com a UNCTAD, *“Despite expectations of economic prosperity and generous donor support following the signing of the Oslo Accords, consumption-based poverty rates in the occupied Palestinian territory rose from 14 per cent in 1995 to 24 per cent in 1996”* (UNCTAD, 2012: 14). Nesse sentido, Bishara (2003) destaca que após seis anos, o processo de Oslo levou a uma redução de cerca de 20% da renda média da população palestina. Já Roy assinala que, *“Between 1993 and 1997, for example, real GNP in the Gaza Strip and West Bank fell between 10 percent and 15 percent, primarily due to the loss of employment in Israel and reduced trade flows resulting from closure”* (Roy, 1999: 76). Essa realidade foi acentuada por conta da contínua dependência da força de trabalho palestina em relação à economia israelense, conforme observa Roy, *“The resulting state of dependency of the Palestinian labor market on the economy of Israel renders the former vulnerable to the political, social, and economic exigencies of the latter”* (Roy, 1987: 62).

Bishara informa que, *“A taxa de desemprego na Palestina passou bruscamente de 18,2% em setembro de 1995 para 28,4% em 1996”* (Bishara, 2003: 123). Nota-se que entre 1980 e 1984, 36,1% dos trabalhadores palestinos estavam empregados em Israel, esse índice passando para 37,7% no período entre 1985 e 1989. Já a partir da década de 1990, a

quantidade de trabalhadores palestinos empregados em Israel foi de 30,1% entre 1990 e 1994, 19,2% entre 1995 e 1999, 9,44% entre 2000 e 2004 e 7,75% entre 2005 e 2008.²⁴

Já em relação ao índice de desemprego, nota-se que entre 1980 e 1984, a taxa de desemprego nos territórios palestinos que era de 1,5%, elevou-se para 3,0% entre 1985 e 1989. A partir da década de 1990 o número de desempregados palestinos iria aumentar consideravelmente. Entre 1990 e 1994, o índice de desemprego foi de 5,6%, entre 1995 e 1999 de 20%, entre 2000 e 2004 de 24,9% e entre 2005 e 2008 de 23,65%.²⁵ Firms israelenses diversificaram a política de contratação em suas unidades fabris de forma a alterar a estrutura de mão de obra com o objetivo de reduzir custos, afetando assim o mercado de trabalho palestino. De acordo com Roy, “*Labor became a key export of the Palestinian economy, with nearly half the labor force working in external markets in the early 1990s*” (Roy, 1999: 67).

Por conta da deterioração econômica, os trabalhadores palestinos passaram a depender cada vez mais da oferta de emprego fora dos territórios palestinos. Essa situação foi intensificada ao longo da década de 1990, principalmente, por conta das melhores condições de trabalho ofertadas em Israel, conforme é destacado pela UNCTAD:

In 1992, one third of all employed Palestinians – around 120,000 – worked inside Israel. They were often employed in low-skilled jobs, mainly in construction, agriculture and services, at relatively higher wages than in the occupied Palestinian territory (UNCTAD, 2012: 6).

²⁴ Dados sobre o mercado de trabalho palestino podem ser consultados na tabela do anexo IV.

²⁵ Dados sobre o nível de desemprego nos territórios palestinos podem ser consultados na tabela do anexo IV.

Nota-se que entre 1995 e 2008, houve uma contínua redução do peso do setor industrial na composição do Produto Interno Bruto (PIB) palestino.²⁶ Essa conjuntura negativa indica que houve um processo de desindustrialização na econômica palestina, em que o próprio setor industrial ainda encontrava-se bastante incipiente. De acordo com Roy, “*In the mid-1980’s, the size of the average industrial establishment in the West Bank and Gaza was no larger than the average such establishment in Palestine in 1927 (4.2 persons)*” (Roy, 1999: 67).

Portanto, tendo como base, os dados disponíveis sobre a situação econômica nos territórios palestinos ao longo da década de 1990, pode-se concluir que os Acordos de Oslo resultaram em uma maior dependência econômica palestina em relação a Israel, conforme é destacado por Bouillon, “*The economic dimension of the Oslo process not only failed to cement peace, but also exacerbated regional and domestic inequalities and thus contributed to the overall failure of peace*” (Bouillon, 2004b: 135). No período pós-Oslo, houve um fortalecimento da economia israelense e uma deterioração da economia palestina, como é observado por Hever, “*In the Oslo years, Israel’s per-capita GDP increased by 14.2 percent while Palestinian per-capita GDP fell by 3.8 percent*” (Gordon, 2008 *apud* Hever, 2010: 13).

As reformas neoliberais ocorridas em Israel a partir de 1985 e o paradigma liberal do processo de paz Oslo resultaram em uma deterioração da economia palestina e um fortalecimento da economia israelense durante a década de 1990. Portanto, é possível afirmar que a agenda liberal de Oslo formalizou uma integração econômica bilateral, em

²⁶ Dados sobre o PIB palestino podem ser consultados na tabela do anexo I.

que um estado consolidado como Israel se aproveitou da fragilidade política e econômica palestina para promover uma expansão econômica no Oriente-Médio e em outros mercados de relevo para a economia israelense.

3. O processo de fragmentação na política palestina

Os Acordos de Oslo geraram resultados políticos que beneficiaram o Estado de Israel em detrimento do povo palestino. O período compreendido entre a eclosão da primeira intifada em 1987 e a assinatura dos Acordos de Oslo em 1993 foi marcado por uma crescente fragmentação política nos territórios palestinos. O Fatah passou a reproduzir o discurso da paz liberal e a incorporar os ditames do modelo neoliberal na política palestina.

Por outro lado, o Hamas surgiu como uma força política contrária à agenda da paz liberal e privatista estabelecida pelos Acordos de Oslo de 1993. De acordo com Hroub, “Os centros de poder foram fragmentados, e o Hamas se encontra em forte desacordo com seus rivais, particularmente o movimento Fatah” (Hroub, 2009: 96). Esse processo de fragmentação política tem sido utilizado por Israel não só no plano territorial, mas também no plano político, conforme é destacado por Schanzer, “*A critical view of Palestinian history, particularly over the last two decades, reveals that the Palestinians are a house divided, marked by sharp political differences and sporadic political violence*” (Schanzer, 2008: 2).

O contexto de fragmentação política nos territórios palestinos é destacado também por Brichs e Kemou, “*In the Palestinian Occupied Territories, Fatah’s reticence to accept the Hamas government increased tensions to such an extent that the outcome was the separation between the Gaza Strip and the West Bank*” (Brichs e Kemou, 2012: 14). O processo de fragmentação política entre os grupos políticos Fatah e Hamas foi, portanto,

utilizado pelo Estado de Israel, a fim de bloquear uma tentativa de unidade política entre os palestinos. Posto isso, nota-se que o Fatah e a ANP foram beneficiados com o processo de paz de Oslo, pois além de terem sido reconhecidos como atores legítimos nas conversações de paz, se fortaleceram e impediram a chegada ao poder de novos atores políticos na política palestina, como é assinalado por Gunning:

The Washington peace process had ground to a standstill, further undermining Arafat's authority. Oslo provided a golden opportunity to salvage his dreams of statehood, stay in power, and keep Hamas and other contenders (including Fatah's local cadres) out (Gunning, 2004: 243).

Desta forma, observa-se que os Acordos de Oslo resultaram em um contexto de contínua fragmentação política nos territórios palestinos, conforme é destacado por Shlaim, *“The PLO itself was split, with the radical nationalists accusing Arafat of abandoning principles to grasp power”* (Shlaim, 2005: 249). Esse processo de fragmentação pode ser notado pela emergência de grupos de base islâmica como o Hamas e a Jihad Islâmica, como é assinalado por Shlaim, *“Outside the PLO, the deal aroused the implacable wrath of the militant resistance movements, Hamas and Islamic Jihad, who regarded any compromise with the Jewish state as anathema”* (Shlaim, 2005: 249).

No aspecto econômico, o processo de paz de Oslo intensificou a dependência econômica palestina em relação a Israel, perpetuando uma situação de pobreza e de subdesenvolvimento nos territórios palestinos. Essa realidade negativa gerou um maior acirramento do conflito entre israelenses e palestinos, por meio de inúmeras violências, sejam as praticadas por atores estatais, como Israel, sejam as praticadas por grupos não estatais, como o Hamas. O processo de cisão na política palestina tornou-se mais aparente a partir da assinatura dos Acordos de Oslo em 1993, em que o Fatah passou a reproduzir o discurso da paz liberal e do modelo neoliberal. Por outro lado, o Hamas, um agrupamento

islâmico que resiste à ocupação colonialista israelense por métodos violentos e que se posiciona de forma contrária à paz imposta pelos Acordos de Oslo. Desta forma, Jensen nos informa que:

Hamás' attitude towards the Palestinian Authority and Israel was based on the following logic: notwithstanding Oslo I and the subsequent agreements, Israel is still an occupying power which it is legitimate to combat, and the armed struggle therefore continues (Jensen, 2009: 22).

O Fatah esteve, portanto, associado à agenda privatista da paz no período pós-*Oslo*, por meio de uma coalizão empresarial palestina e israelense, que foi responsável por levar a frente a criação de uma atmosfera de negócios no Oriente-Médio, dentro da perspectiva liberal da paz pelo comércio, conforme é observado por Selby:

Thus the Oslo agreement was driven in part by Israeli business elites' desire for some sort of agreement—its terms were largely irrelevant—that would end the Arab boycott, ease Israel's international legitimacy crisis, and thereby facilitate access to New York financial markets and east Asian investment opportunities (Selby, 2013: 77).

O Fatah, no comando da ANP, passou, portanto, a representar os interesses da elite econômica palestina e também a reproduzir os interesses de parcela da elite econômica israelense nos territórios palestinos. Já o Hamas, por conta da dimensão social que exercera perante os palestinos, passou a ter uma significativa sustentação política nos territórios palestinos. O processo de fragmentação na política palestina pode ser compreendido dentro do contexto da primeira intifada e pela agenda da paz liberal instituída pelos Acordos de Oslo.

3.1 A primeira intifada e o surgimento do Hamas

A década de 1980 foi marcada por uma crescente insatisfação de grande parte do povo palestino, por conta da deterioração social e econômica em que se encontravam. Em

1987, completavam-se 20 anos da ocupação dos territórios palestinos pelas forças israelenses no contexto da Guerra dos Seis Dias de 1967 e a crescente insatisfação palestina foi catalisada por uma revolta popular, a primeira intifada. Hroub destaca que “*Intifada* é a palavra árabe usada para definir uma revolta popular” (Hroub, 2009: 77). A intifada foi uma resposta popular legítima dos palestinos contra a dominação colonialista israelense nos territórios palestinos. Desta forma, torna-se necessário compreender as causas e as consequências da primeira intifada, ao se analisar a questão da pobreza e do subdesenvolvimento econômico nos territórios palestinos e o surgimento de grupos políticos, como o Hamas, que se posicionam de forma contrária ao processo de paz imposto pelos Acordos de Oslo de 1993.

Tendo em conta os dados econômicos sobre os territórios palestinos apresentados no segundo capítulo, é possível estabelecer uma relação entre pobreza e violência. É importante ressaltar que as táticas de violência não foram originadas pelo Hamas em 1987, sendo utilizadas pela OLP na década de 1960, com o intuito de chamar atenção para a causa palestina e de marcar uma posição de força no contexto político palestino. O Fatah representa o movimento nacionalista secular palestino, portanto, as suas ações de violência política não estão associadas ao islã, conforme se pode notar no argumento de Enders e Sandler, “*The Palestinian terrorists were secular until the rise of Hamas and Hezbollah in the 1980s*” (Enders e Sandler, 2006: 47). Já Halliday assinala que, “*Islam, like all religions, provides means both of limiting the impact of violence and of validating violence against opponents*” (Halliday, 2005: 247). Desta forma, é possível desconstruir a visão ocidental de atores políticos de peso no Oriente-Médio, como a UE e os EUA, de que o islã é uma religião violenta e que precisa ser combatido por todos os meios possíveis.

A dependência econômica palestina em relação a Israel é uma realidade que antecede o período abrangido pelos Acordos de Oslo de 1993 e constitui uma das causas da eclosão da primeira intifada em 1987. O processo de paz de Oslo deve ser compreendido no contexto das reformas neoliberais ocorridas em Israel a partir de 1985, o que gerou efeitos negativos na economia palestina. Desta forma, esse processo de reformas econômicas em Israel é o ponto de partida para explicar muitos dos elementos causadores dos levantes populares ocorridos nos territórios palestinos a partir de 1987, destacando-se o argumento de Roy:

The initiation of the Oslo peace process in September 1993 brought with it the hope and expectation among Palestinians and Israelis that a resolution to the conflict was attainable. Yet, in the years between Oslo's inception and its unofficial end in September 2000, when the Al Aqsa uprising began, conditions in the West Bank and Gaza steadily and dramatically deteriorated to a point far worse than during any other period of Israeli occupation, providing the context for the current uprising (Roy, 2002: 12).

Portanto, o descontentamento e as revoltas populares nos territórios palestinos são analisados sob o prisma da economia política, em que os fatores econômicos e políticos são abordados conjuntamente e que estiveram associados à eclosão da primeira intifada em 1987. Nesse sentido, a década de 1980 foi um período de crescente deterioração econômica nos territórios palestinos, com a consequente piora de indicadores sobre renda e emprego, conforme é destacado por Pappé:

A intifada iniciou-se em Dezembro de 1987 nos campos de refugiados de Gaza, que tal como os da Cisjordânia, albergavam 850 000 refugiados do total de 1,5 milhões de habitantes dos territórios ocupados naquela época... Os homens que conseguiam arranjar trabalho ganhavam a vida como trabalhadores indiferenciados, principalmente em Israel. Contudo, nas vésperas da intifada mais de 35% estavam desempregados (Pappé, 2007: 278).

O período que antecede à eclosão da primeira intifada foi marcado por uma piora do nível de vida de grande parte da população palestina, principalmente na Faixa de Gaza. Para Hroub, “A pobreza, combinada com o sentimento de opressão e humilhação,

impregnava a atmosfera palestina com as condições para investir numa revolta contra a ocupação. A *intifada* foi o estopim” (Hroub, 2009: 39). Por serem dependentes da economia israelense, os trabalhadores palestinos, geralmente de pior qualificação técnica, passaram a buscar emprego em Israel. Conforme aponta Kleiman, “Por volta de 1987, mais de um terço dos residentes nos territórios palestinos tinham emprego rentável em Israel, o grosso de seus ganhos contribuindo com quase um quarto do PIB da Cisjordânia e com dois quintos da Faixa de Gaza” (Kleiman, 2002: 134). Em números absolutos, Samara indica que, “*On the eve of the intifada in 1987, the number of such workers in Israel had reached nearly 165,000*” (Samara, 2000: 119).

De acordo com Fischer et al., “*Labour income from Israel would be about \$750 million (assuming 20 working days per month), or about 18% of GDP*” (Fischer et al., 2001: 265). A expansão da economia israelense, portanto, esteve associada à substituição de trabalhadores israelenses por trabalhadores palestinos, a fim de reduzir custos de mão de obra, por conta da baixa qualificação de grande parte dos trabalhadores palestinos e do exército de reserva que eles representavam para as empresas israelenses, sobretudo no setor de construção civil. Desta forma, a construção de assentamentos israelenses nos territórios palestinos foi suprida com mão de obra palestina, conforme é observado por Shalev:

The occupation of the West Bank and Gaza also played an important part in reviving growth along new lines, both by extending the scope of Israel's "domestic" product market, and by providing a source of cheap labor to replace increasingly scarce Israeli manual workers, especially in construction (Shalev, 2000: 132-133).

A intensificação da ocupação israelense sobre os territórios palestinos acentuou a dependência econômica palestina em relação à Israel, e, por serem dependentes da oferta

de trabalho em Israel, trabalhadores palestinos encontravam-se em uma situação de extrema vulnerabilidade.²⁷ Portanto, Israel passou a implementar uma política de contratação de trabalhadores palestinos, conforme é destacado por Shalev:

Following the occupation of the West Bank and Gaza, in an effort to prevent unrest in the territories and meet unmet demand for construction and agricultural labor, the government sanctioned the entry of Palestinian day laborers on a commuter basis. In the late 1980s and early 1990s, when this flow was disrupted by Palestinian strikes, Israeli retaliations and security closures during the *intifada*, the number of Palestinians employed in Israel remained high (around 100,000, down by only 20 percent) (Shalev, 2000: 146).

Os palestinos, principalmente na Faixa de Gaza, dependiam muito da renda obtida por meio dos empregos disponíveis em Israel. Por mais que a ocupação israelense fosse uma realidade cruel para os palestinos, a oferta de trabalho em Israel era uma forma de superar a situação de pobreza e subdesenvolvimento. A sobrevivência de grande parte dos palestinos estava inserida, portanto, dentro do processo de ocupação e de dominação israelense. Ao longo da década de 1990, a piora das condições de vida foram logo associadas pelos palestinos às medidas implementadas no âmbito dos Acordos de Oslo, sendo que o Hamas conseguiu captar esse sentimento de insatisfação do povo palestino, conforme é destacado por Robinson:

That is, Hamas became a political home to those who were disillusioned by Oslo. The failure of Oslo is properly seen as an event external to Hamas that significantly altered and ultimately enhanced Hamas's political opportunities (Robinson, 2004: 126).

Esse sentimento de revolta palestina foi, portanto, sendo alimentado pela contínua piora da situação econômica e pela ocupação israelense dos territórios palestinos em que a opressão física cotidiana era intensificada pela situação de extrema pobreza e de subdesenvolvimento em que se encontrava grande parte do povo palestino. A primeira

²⁷ Dados podem ser consultados nas tabelas referentes ao anexo I e II.

intifada ocorreu, portanto, em um contexto de crescente insatisfação popular palestina, conforme é assinalado por Shlaim:

In origin the *intifada* was not a nationalist revolt. It had its roots in poverty, in the miserable living conditions of the refugee camps, in hatred of the occupation, and, above all, in the humiliation that the Palestinians had to endure over the preceding twenty years. But it developed into a statement of major political import. The aims of the *intifada* were not stated at the outset; they emerged in the course of the struggle (Shlaim, 2001: 451).

Com o declínio dos indicadores econômicos, os palestinos, sobretudo os de Gaza, passaram a se mobilizar durante a década de 1980 em busca de um projeto em torno do islã como forma de resistência à ocupação colonialista israelense. Nesse sentido, um dos principais resultados da primeira intifada de 1987, foi o surgimento na Faixa de Gaza de um movimento político denominado Hamas, como é observado por Shlaim:

Another consequence of the *intifada* was the birth of Hamas. The name is an Arabic word meaning zeal, and also an acronym for the Islamic Resistance Movement. Hamas was founded in Gaza in 1988 by Sheikh Ahmed Yassin, a paralyzed religious teacher, as a wing of the long-established Muslim Brothers in Palestine (Shlaim, 2001: 459).

A primeira intifada trouxe consequências políticas e econômicas para os palestinos. No plano econômico, os territórios palestinos passaram a receber menos investimentos por conta do discurso de Israel e dos EUA contra o terrorismo islâmico e também pelas mudanças ocorridas na economia israelense durante a década de 1980, destacando-se o argumento de Bouillon:

The outbreak of the Intifada in 1987 even worsened the economic situation: GNP decreased by 30-35 per cent between December 1987 and January 1991; per capita GNP fell by 41 per cent. Domestic investment also declined. Israel's own difficulties during the 1980's and the general regional slowdown in economic growth also contributed to the economic crisis, which the Territories experienced (Bouillon, 2004b: 43).

Por conta dessa situação de deterioração econômica, o Hamas e associações islâmicas passaram a prestar serviços sociais nos territórios palestinos, principalmente na

Faixa de Gaza, atendendo a uma população extremamente carente de recursos básicos de sobrevivência, conforme destaca Roy:

Each year, according to local sources, Islamist associations were spending between \$2,772,000 and \$3,960,000 on orphan support. Clothes, basic school supplies, and, when needed, food rations were also provided (Roy, 2011: 80).

É necessário ter em conta que o Hamas, atuando como um ator político, com seus interesses estratégicos, aproveitou-se da insatisfação popular em Gaza para angariar apoio e ampliar sua rede de influência perante os palestinos. De acordo com Robinson, “*While Hamas did not create the Intifada (contrary to its claims), it is the group that benefited the most from its outbreak*” (Robinson, 2004: 125). Portanto, o Hamas, além de representar a luta e a resistência popular contra a ocupação israelense, passou também a simbolizar a figura estatal para grande parte do povo palestino.

O Hamas é um movimento de resistência à dominação colonialista israelense, que luta pela hegemonia na política palestina. O método de violência utilizado pelo Hamas para atingir seus objetivos políticos se dá dentro de uma determinada racionalidade pragmática. Portanto, torna-se necessário desconstruir a tese de que o Hamas é um grupo terrorista e que o islamismo é uma doutrina religiosa que se alimenta da violência, e que, assim, acaba por gerar cada vez mais violência. O Hamas planeja e implementa suas ações de acordo com seus interesses e objetivos, e dentro desse eixo de análise, pode-se estabelecer parâmetros críticos de observação sobre as causas e consequências políticas associadas ao Hamas no contexto do conflito Israelense-Palestino.

Um dos principais métodos políticos do Hamas é o de prestar serviços sociais aos setores mais pobres da população palestina. De acordo com Robinson, “*Indeed, it is*

estimated that 95 percent of Hamas's annual budget of \$70 million went to support these social programs" (Robinson, 2004: 127-128). O Hamas conseguiu ao longo da década de 1990 construir uma imagem positiva perante boa parte do povo palestino, sobretudo na Faixa de Gaza, por conta da dimensão social desempenhada nos territórios palestinos.

Vale ressaltar que o contexto de violência política palestina não surgiu com a primeira intifada em 1987. É um fenômeno que remonta à década de 1960, com a formação da OLP, sob a liderança de Yasser Arafat. O que houve a partir de 1987 foi a intensificação das violências praticadas por novos grupos políticos como o Hamas e que estão associadas às táticas de opressão e de dominação israelense nos territórios palestinos. O que mudou a partir de 1987 foi o contexto em que essas violências ocorreram. Uma geração de jovens insatisfeitos com o rumo da política palestina sob o comando da OLP e dispostos a resistir à dominação colonialista israelense, por meio de uma contínua politização da violência como método de resistência.

A violência política é para o Hamas uma estratégia, uma ação de resistência contra a ocupação colonialista israelense. Para Halliday, "*Violence, like nationalism, is a viscous concept, combining a moral and legal stance with an attempt to analyse a particular kind of political and social behaviour*" (Halliday, 2005: 244). A utilização de táticas de violência pelo Hamas também reflete a necessidade de disputa da hegemonia na política palestina, conforme destacam Mishal e Sela, "*Hamas's turn to violence was a matter of necessity in view of its competition with the nationalist Palestinian groups — including the Islamic Jihad—which had led the armed struggle against Israel*" (Mishal; Sela, 2006: 57).

A questão da violência política, como estratégia de ação do Hamas, merece, portanto, ser analisada com maior cuidado, pois tem sido utilizada pelos sucessivos governos de Israel, principalmente no período pós-Oslo, como uma justificativa para a contínua ocupação dos territórios palestinos e para o fechamento de postos de trabalho aos trabalhadores palestinos em Israel, destacando-se que:

The political economy of Palestinian pacification—whether under conditions of reconciliation and self-rule, or continuing Israeli occupation—requires that the Palestinian proletariat be able to earn a living inside Israel, but the real and perceived threat of terrorism leads policy in the direction of shutting the Palestinians out (Shalev, 2000: 146).

O discurso oficial do Estado de Israel é que a política de fechamento das fronteiras aos territórios palestinos se dá por uma necessidade de prover segurança ao povo israelense. Entretanto, o que há é um contínuo processo de dominação e exploração de Israel sobre trabalhadores palestinos, conforme destaca Levine, “*Specifically, the closures have most often not been about closing out Palestinian workers from work in Israel per se; rather, they are an important tool in the management of the Palestinian labor force*” (Levine, 2009: 122). Essa situação tornou-se mais agravante ao longo do tempo, por conta da enorme dependência dos trabalhadores palestinos por emprego em Israel, devido, entre outros fatores, à realidade assimétrica existente entre as duas economias. De acordo com Fischer et al., “*The most important impact of the intensification of restrictions since 1993 has been the reduction in the number of Palestinians allowed to work in Israel*” (Fischer et al., 2001: 264).

O discurso contra o terrorismo faz parte da agenda liberal inserida nos Acordos de Oslo de 1993. Desta forma, o discurso contra terrorismo é um entrave ao estabelecimento de uma paz estável, e que, portanto, deve ser combatido dentro de uma lógica de paz pela

segurança. Com base nesse discurso, várias medidas de segurança deveriam ser tomadas para combater o Hamas na Faixa de Gaza. No entanto, há uma contradição entre esse discurso e os fatos, conforme é destacado abaixo:

One might think that the shared threat from international terrorism provided rationale for United-States-Israel cooperation in the immediate aftermath of the Cold War, but this is not the case. The Oslo peace process was under way during most of the 1990s, and Palestinian terrorist attacks against Israel were declining, from 67 killed and 167 injured in 1994 to only 1 dead and only 12 injured in 2000 (Mearsheimer; Walt, 2007: 59).

A violência política, como forma de resistência, também pode ser verificada em outros contextos, desconstruindo-se assim uma visão equivocada de que o Oriente-Médio é uma região associada ao terrorismo e de que o islã é uma religião violenta, conforme destaca Halliday, “*The incidence of terrorist activities in modern politics is by no means specific to the Middle East, let alone to Muslims: terrorism has been carried out in the politics of Russia, Japan, Ireland, America to name but some*” (Halliday, 2005: 247).

É oportuno ressaltar que o nacionalismo palestino não surgiu no contexto da primeira intifada, mas foi solidificado por conta da crescente insatisfação popular nos territórios palestinos contra a dominação colonialista israelense. Fortaleceu-se, assim, uma consciência nacional, segundo a qual, somente por meio de uma unidade política e por meio de uma ação conjunta, o povo palestino poderia resistir à ocupação, conforme é destacado por Hourani:

Esse movimento, a *intifada*, continuou por todo 1988, mudando as relações dos palestinos uns com os outros e com o mundo externo aos territórios ocupados. Revelou a existência de um povo palestino unido, e restabeleceu a divisão entre territórios sob ocupação israelense e o próprio Estado de Israel (Hourani, 2006: 563).

Portanto, o processo de liberalização econômica israelense de 1985 foi uma das causas para o processo de paz estabelecido pelos Acordos de Oslo em 1993. O modelo da

paz liberal acabou por gerar uma deterioração socioeconômica nos territórios palestinos, resultado de um aumento da dependência econômica palestina em relação à Israel. A situação de pobreza nos territórios palestinos está associada à eclosão da primeira intifada em 1987 e ao surgimento do Hamas no ano seguinte. Nesse sentido, a paz liberal imposta em Oslo deve ser analisada dentro de um contexto de proliferação de inúmeras violências, sejam as praticadas pelo Hamas, sejam as praticadas por Israel.

3.2 O contexto da segunda intifada

A segunda intifada, revolta popular palestina iniciada em setembro de 2000, é analisada neste capítulo sob o viés da economia política, ou seja, a partir de uma análise conjunta entre fatores políticos e econômicos. Nota-se que, a crescente insatisfação dos palestinos com a política implementada pela ANP nos territórios palestinos anos 1990 foi um dos fatores que estiveram diretamente relacionados à eclosão da segunda intifada, conforme é destacado por Bouillon:

The second Intifada in the Occupied Territories has generally been explained with reference to the unsuccessful Camp David negotiations and Ariel Sharon's controversial visit to the Haram al-Sharif (Temple Mount) in Jerusalem. In fact, the Intifada was a direct consequence of the neo-patrimonial order emerging under the PA and political and economic deprivation (Bouillon, 2004b: 146).

O período pós-Oslo foi marcado por uma contínua deterioração econômica nos territórios palestinos, principalmente na Faixa de Gaza, em um contexto de extrema pobreza. O discurso em torno de uma paz liberal e democrática inserido na agenda dos Acordos de Oslo não foi benéfico para grande parte do povo palestino, conforme argumenta Selby, “*Oslo, in short, effected an ‘outsourcing of occupation’—not the ‘introduction’ of ‘the liberal peace framework’ into the Middle East*” (Selby, 2013: 75).

O discurso da paz liberal de Oslo não esteve voltado especificamente para promoção da democracia no Oriente-Médio, conforme destaca Turner, “*The logic of Oslo had been peace now, democracy later*” (Turner, 2006: 746). O objetivo do processo de paz de Oslo era em primeiro lugar, alcançar uma paz estável que servisse à expansão do comércio regional israelense, e em segundo lugar, a promoção de um modelo democrático que servisse aos interesses políticos e econômicos de EUA e de Israel no Oriente-Médio.

O projeto liberal de Oslo foi implementado de acordo com interesses dos governos norte-americano e israelense, representados respectivamente na época, pelo presidente democrata Bill Clinton e pelo primeiro-ministro trabalhista Shimon Peres. O Oriente-Médio, portanto, deveria estar alinhado com os interesses dos EUA e da elite econômica regional representada nos fóruns econômicos realizados no Oriente-Médio durante a década de 1990. O modelo da paz de Oslo passou ao largo do âmbito democrático, voltado para os interesses de determinados setores empresariais israelenses, que defendiam o estabelecimento de uma paz imposta, em torno de um discurso liberal de pacificação. A paz de Oslo foi uma paz imposta, uma paz delineada pelo setor privado e para o setor privado, e não para grande parte do povo israelense e palestino.

Desta forma, o conflito Israelense-Palestino foi intensificado por conta dos resultados negativos obtidos pelo processo de paz de Oslo. A intensificação da dominação israelense nos territórios palestinos ao longo da década de 1990 gerou uma grande revolta popular entre os palestinos, que foi utilizada como força política pelo movimento de resistência islâmico Hamas. Segundo Pressman, “*The continuing Israeli occupation, even*

after the Oslo agreements, was the underlying cause of the second intifada” (Pressman, 2003: 118).

A dominação colonialista israelense nos territórios palestinos, remonta ao movimento sionista do final do século XIX, que foi incorporado ao projeto de criação do Estado de Israel em 1948. A realidade para o povo palestino, a partir da colonização sionista, foi de opressão e de constante marginalização, que foi intensificada com o processo de paz de Oslo. Por conta das medidas restritivas impostas por Israel durante a década de 1990, a agenda diplomática de Oslo foi vista com pessimismo nos territórios palestinos, como é demonstrado por Pressman:

Stringent security measures, frequent closures that brought daily life to a standstill, expropriation of land, and other anti-democratic tendencies created and strengthened deep-seated animosity toward Israel and Israelis that then, in part, fueled militant movements and skepticism of the diplomatic route (Pressman, 2003: 121-122).

Desta forma, o processo da paz de Oslo está associado ao surgimento da segunda intifada em 2000. A agenda da paz liberal foi desacreditada ao longo da década de 1990, perdendo o entusiasmo inicial de 1993, tornando-se cada vez mais aparentes as contradições do processo de paz, por conta de um discurso liberal e privatista que não encontrou um meio efetivo para o fim do conflito Israelense-Palestino. O eixo diplomático de Oslo, simbolizado também pelos acordos de *Camp David II* em 2000, demonstrou como os EUA tinham um projeto em torno de uma estabilização econômica no Oriente-Médio baseada na ideia da paz pelo comércio. E pode-se notar que essa projeção dos EUA no Oriente-Médio e essa aliança estratégica com Israel remontam aos acordos de *Camp David I*, como é observado por Selby, “*Oslo was determined by the long-established military-*

political embrace between the US and Israel, it being this which explains why the agreement replicated so much of the 1978 Camp David Accords” (Selby, 2013: 76).

A segunda intifada foi uma resposta genuinamente popular e legítima do povo palestino à paz imposta pelos Acordos de Oslo. Uma resposta que esteve direcionada à política implementada pela ANP nos territórios palestinos e que foi um dos resultados gerados pelo modelo neoliberal inserido na paz de Oslo, conforme é destacado por Turner:

The everyday lives of Palestinians and their resistance strategies have been conditioned by the shifting geography and political economy of Israel’s control and by the global neoliberal developmental consensus into which the PA emerged – regulated through the Oslo framework (Turner, 2012: 10).

A elite política e econômica palestina, capitaneada pela ANP e pelo partido político Fatah, absorveu o modelo neoliberal dos Acordos de Oslo. A liberalização econômica implementada por Israel desde 1985 condicionou esse processo ao impulsionar o discurso neoliberal no processo de paz de Oslo. Desta forma, o neoliberalismo foi reproduzido nos territórios palestinos como se resultasse de um processo natural de desenvolvimento econômico e de pacificação regional, como pode ser verificado no argumento de Turner:

The Oslo Accords and the framework of quasi-autonomy entangled the PA in a web of control and created incentives for certain sections of the Palestinian elite to increasingly embrace neoliberal policies, which have accelerated inequality and poverty in the West Bank and increased the oPt’s economic dependency on Israel (Turner, 2012: 10).

Portanto, é fundamental ter em conta que os processos de globalização econômica e de reformas neoliberais tiveram impacto sobre a economia israelense e também sobre a economia palestina. De acordo com Hever, *“Israel was one of the most prominent countries in the world in taking advantage of globalization. Israeli companies extended their foreign holdings and also attracted foreign investments”* (Hever, 2010: 79). A

economia palestina seria integrada aos principais mercados e ao fluxo do comércio internacional, sem que essa nova geometria econômica liberalizante gerasse resultados positivos para grande parte do povo palestino. A seguir, são destacados alguns acordos comerciais que foram realizados pela OLP no contexto da paz liberal de Oslo:

The Palestine Liberation Organization (PLO) signed several trade agreements with new partners for the benefit of the PA. These agreements provide most of Palestinian industrial exports with duty-free access to a number of countries, including the United States of America, the European Union (EU), the European Free Trade Association (EFTA) and the Arab Free Trade Area (AFTA) (UNCTAD, 2006: 18).

Houve no período compreendido entre a assinatura dos Acordos de Oslo em 1993 e a erupção da segunda intifada em 2000, uma crise de representação política palestina, por conta dos casos de corrupção envolvendo o partido Fatah e o círculo político mais próximo a Yasser Arafat. Com isso, o descontentamento da população palestina tornou-se cada vez mais aparente e outros grupos políticos aproveitaram o vazio de legitimidade política no âmbito da ANP, conforme é assinalado por Hever:

Many Palestinians saw these accusations of corruption as proof that the Palestinian Authority does not truly represent them, and that it is not the right institution to carry the Palestinians to independence. Indeed the issue of corruption was one of the main reasons for the victory of the Hamas party in the 2006 elections (Hever, 2010: 16).

A situação econômica palestina havia se deteriorado por conta de um amplo conjunto de restrições impostas por Israel. As revoltas populares ocorridas nos territórios palestinos foram alimentadas pela política de fechamento de fronteiras de Israel aos territórios palestinos e pela situação econômica negativa palestina intensificada pela agenda liberal de Oslo. De acordo com Turner, “*The US and Israel maintain that the second Intifada was the result of corruption and authoritarianism in the PA, not Israeli actions or the deteriorating socio-economic situation in the WBG*” (Turner, 2006: 746).

Foram realizadas pesquisas nos territórios palestinos a fim de se medir a popularidade da ANP perante a população palestina. Um dos temas de maior destaque foi a corrupção, conforme é destacado por Turner, “*In 1996, less than 50 per cent of Palestinians believed the PA to be corrupt; by 1999 this figure had risen to just under 70 per cent*” (Turner, 2006: 745-746). Portanto, a ANP, comandada pelo Fatah, perdeu o apoio de grande parte dos palestinos ao longo da década de 1990, o que acabou por beneficiar politicamente outros grupos políticos, como o Hamas.

A deterioração da economia palestina no período pós-Oslo foi causada, entre outros fatores, por restrições impostas por Israel nos territórios palestinos. A explicação para essa segregação residia no discurso do combate ao terrorismo islâmico promovido pelo Hamas. No entanto, o resultado dessa política de isolamento acabou por fortalecer ainda mais o Hamas, que passara a ter maior influência perante a população palestina. Portanto, as ações de violência política do Hamas estiveram associadas às restrições e violências perpetradas por Israel nos territórios palestinos, conforme é destacado por Wilkinson:

Far from experiencing a significant improvement in their socio-economic conditions, the majority of the inhabitants of West Bank and Gaza found themselves worse off as a result of the Israeli government’s policy of closing the frontiers with Israel in the aftermath of successive Palestinian terrorist attacks. This prevented Palestinians employed in Israeli enterprises from earning the wages so vital to their economy (Wilkinson, 2014: 69).

As consequências geradas pela segunda intifada tiveram efeitos negativos de grande impacto sobre a economia palestina. Conforme destaca Knudsen, “*The second intifada badly hurt the Palestinian economy and caused a massive loss of jobs, especially among the almost 150 000 Palestinians working in Israel and those in other parts of the private sector*” (Knudsen, 2005: 1384). Torna-se necessário, portanto, analisar o contexto

da política palestina no período compreendido entre os Acordos de Oslo de 1993 e a eclosão da segunda intifada em 2000. A paz de Oslo foi imposta ao povo palestino por uma elite econômica palestina e, sobretudo israelense, interessada na obtenção de ganhos econômicos por meio de um discurso liberal no Oriente-Médio. A crescente insatisfação dos palestinos com a forma pela qual a ANP estava sendo conduzida politicamente, foi um dos fatores que levaram à eclosão da segunda intifada em 2000, conforme é destacado por Bouillon:

Like the 1996 elections in Israel, the 2000 Intifada was as much as backlash against the peace process pursued by a corrupt leadership, as it was triggered by the failure of this peace process to deliver the anticipated Palestinian statehood (Bouillon, 2004b: 146).

A revolta palestina estava direcionada tanto para o plano interno quanto para o plano externo. No plano interno, a insatisfação popular voltava-se contra a corrupção e a falta de legitimidade do Fatah e da ANP no contexto da política palestina. Pelo lado externo, o descontentamento voltara-se contra a ocupação e a dominação colonialista israelense, conforme é destacado por Bouillon:

The Intifada, therefore, was a struggle against both the domestic and regional quasi-hegemonial systems of domination. It was directed both against the Palestinian leadership and the Israeli occupation and exploitation, although the PA quickly re-emerged by riding the wave of popular opinion and adopted the Intifada as a means of resistance against Israel and its policies (Bouillon, 2004b: 160).

Uma das principais reivindicações do povo palestino em torno do processo de paz de Oslo era a questão dos assentamentos israelenses nos territórios palestinos. O fim da ocupação colonialista era uma necessidade de primeira ordem para o povo palestino e muitas expectativas foram geradas em torno desse contexto. No entanto, o período pós-
Oslo foi marcado por uma contínua ocupação dos territórios palestinos pelo Estado de Israel, conforme é destacado por Pressman:

Israeli settlement building in the West Bank and East Jerusalem was not explicitly forbidden by the Oslo agreements, and the construction of new settlements and the expansion of old ones continued. From 1993 to 2000, the number of Israeli settlers increased by at least 117 percent in Gaza and at least 46 percent in the West Bank (not including East Jerusalem) (Pressman, 2003: 120).

No contexto da segunda intifada, houve um aumento significativo da popularidade do Hamas nos territórios palestinos. Desta forma, o partido político palestino Fatah passara a ter um concorrente de peso na política palestina, o que mudou o panorama político nos territórios palestinos, sobretudo na Faixa de Gaza, conforme é destacado por Khan:

According to some reliable surveys Hamas increased its popularity by as much as 60 percent in the first three years of the intifada, and emerged as a power equal to Fatah in parts of the West Bank and far out polling it in Gaza (Khan, 2006: 92).

As principais reivindicações do povo palestino não foram atendidas pelos líderes da ANP e foram transformadas pelo Hamas em ações de violência política contra a ocupação israelense.²⁸ De acordo com Pressman, *“Whatever the source of “heightened political awareness” that leads to greater political demands, people will turn to violence if they lack avenues through which to channel those demands”* (Pressman, 2003: 119). Portanto, esse descontentamento gerou um novo ciclo de violências, capitalizado por um movimento político, Hamas, voltado para atender as reais demandas e necessidades do povo palestino.

O objetivo central da política palestina gira em torno da criação de um Estado Palestino. O que deve ser levado em conta é que tipo de estado pode ser instituído por meio de forças políticas, como a ANP, que tem promovido políticas contrárias aos anseios e necessidades do povo palestino. Bouillon argumenta que, *“The Intifada was the ultimate*

²⁸ Dados sobre as ações de violência do Hamas durante a segunda intifada podem ser consultados em: Palestinian Central Bureau of Statistics (2010) Palestine in Figures 2009. Ramallah: Palestine. <http://www.pcbs.gov.ps/Downloads/book1661.pdf>.

manifestation of the elite's failure to consolidate a regional hegemony” (Bouillon, 2004b: 160). De acordo com a UNCTAD, a ANP tem promovido reformas institucionais de uma forma equivocada:

The PA continues to *reform* public institutions intended for a transitional, self-government phase, instead of responding to the imperative of forming the *appropriate* institutions to govern the future Palestinian State (UNCTAD, 2006: 27).

Portanto, as medidas tomadas no contexto da paz liberal de Oslo foram elementos causadores de inúmeras violências no conflito entre Israelense-Palestino, na esfera econômica, política e social. Inicialmente, foram grandes as expectativas geradas em torno do processo de paz, tanto para os israelenses quanto para os palestinos. Imensas também foram as decepções obtidas com a paz de Oslo e que foram traduzidas em uma intensa insatisfação popular palestina, por meio de uma série de levantes, culminando na eclosão da segunda intifada em 28 de setembro 2000.

A primeira e a segunda intifada foram revoltas populares que estiveram associadas ao um contexto de fragmentação política nos territórios palestinos. Em 1987, a revolta dos palestinos esteve relacionada à deterioração econômica provocada pelo processo de liberalização econômica israelense posto em marcha a partir de 1985. Já em 2000, a revolta dos palestinos voltara-se contra a paz imposta pelos Acordos de Oslo e contra a política elitista e corrupta estabelecida pela ANP nos territórios palestinos.

3.3 O Hamas como um ator socio-político

O Hamas surgiu em 1988, no contexto da primeira intifada de 1987, e trata-se de um movimento palestino de resistência à ocupação colonialista israelense e que se

posiciona de forma contrária ao processo de paz de Oslo. Muslih assinala que, “*The word hamas is an acronym for harakat al-muqawama al-islamiyya (the Islamic Resistance movement). Hamas was established in Gaza in the fall of 1987*” (Muslih, 1999: 3).

O Hamas possui uma grande popularidade entre os palestinos por conta da função social que exerce, principalmente na Faixa de Gaza. Para Robinson, “*Hamas is a social movement with thousands of activists and hundreds of thousands (perhaps millions) of Palestinian sympathizers, and it engages in extensive political and social activities far removed from suicide bombers*” (Robinson, 2004: 112). Já Hroub assinala que, “Trata-se de uma organização política, cultural e social calcada em bases populares que possui uma ala militar especializando-se na resistência armada contra a ocupação israelense” (Hroub, 2009: 45). O perfil islâmico do Hamas tem como origem a Irmandade Muçulmana, conforme é destacado por Mishal:

Hamas’s origins are rooted in the Muslim Brothers movement, and more specifically in its main institutional embodiment since the late 1970s, the Islamic Center (*al-mujamma’ al-islami*) in the Gaza Strip (Mishal, 2003: 575).

A estrutura do Hamas é organizada em torno de conselhos temáticos que são responsáveis pela agenda política e por decisões burocráticas voltadas para o curto prazo. Esses conselhos são eleitos entre os integrantes do Hamas, dentro de um processo interno regular e democrático, onde são emitidas as decisões de maior alcance político, conforme é desmonstrado por Gunning:

Hamas’s policies are decided by a consultative body, the *shura* council. Circumstances permitting, internal elections are held regularly for regional *shura* councils, which elect representatives to the national *shura* council out of which a political bureau is chosen. Everyday decisions are made by the political bureau, ‘constitutional’ decisions by the *shura* council (Gunning, 2004: 244).

Há um processo em curso, desde a década de 1990, de unificação de várias ramificações do Hamas em torno de uma agenda política conjunta, conforme destaca Knudsen, “*Originally Hamas was administratively divided into three different wings: the political wing, the intelligence branch and, from 1992, a military wing, the al-Qassam Brigades. After some time the latter two amalgamated into one*” (Knudsen, 2005: 1378). Desta maneira, as ações do Hamas devem ser compreendidas de uma forma conjunta, que são derivadas de uma estrutura organizacional com funções hierárquicas bem definidas.

O Hamas se opõe à ocupação israelense nos territórios palestinos e ao processo da paz liberal de Oslo. Desta forma, o Hamas foi posto à margem das negociações diplomáticas e das decisões políticas no processo de paz entre israelenses e palestinos a partir dos anos 1990. Conforme afirma Rubin, “*The great divide in Palestinian politics for the past few years has revolved around whether or not to accept the peace process*” (Rubin, 2000: 88). A posição contrária do Hamas ao processo de paz de Oslo também é destacado por Gunning, “*From Hamas’s point of view – a view shared by many Palestinians – the peace that is on offer is not a genuine peace but an attempt at consolidating Israeli control of the territories by other means*” (Gunning, 2004: 243).

Durante a década de 1990, houve um crescimento significativo da participação do Hamas nas eleições realizadas nos territórios palestinos. O discurso contra o processo de paz de Oslo obteve grande apoio entre os palestinos, que demonstraram pela via democrática, a insatisfação contra a dominação colonialista israelense. A voz dos indignados palestinos foi transformada em participação democrática, via realização de eleições, conforme destaca Knudsen, “*In the post-Oslo Accords elections after 1993,*

Hamas continued its strong electoral showing, beating Fateh in the al-Najah student elections in 1996 (46.7%) and again in 1997 (49.5%)” (Knudsen, 2005: 1380). Portanto, o Hamas passou a ter uma agenda política efetiva, por meio da participação política nos territórios palestinos. Pela via democrática, um Estado Palestino poderia finalmente vir a existir, com apoio popular às instituições e aos partidos políticos. Desta forma, Knudsen assinala que:

Hamas’s growing confidence in its electoral clout could be one reason why the late Sheikh Yasin on many occasions reiterated that Hamas would respect the will of the people as expressed in free-and-fair elections (Knudsen, 2005: 1381).

O aspecto pragmático do Hamas se dá, entre outros fatores, por conta da disputa política com o Fatah. Embora haja essa busca pela hegemonia na política palestina, há, entretanto, uma conjunção de interesses que levaram os dois grupos políticos a uma relação de convivência e de tomada de posições conjuntas em determinadas situações. De acordo com os discursos proferidos por líderes do Hamas, a ANP é uma fabricação dos Acordos de Oslo, estabelecendo, portanto, uma distinção com o Fatah, conforme é demonstrado por Knudsen:

On a more general level Hamas has always taken pains to separate its formal dialogue with Fateh, which Hamas considers a legitimate organisation, from the PA itself, which is seen as an outgrowth of the Oslo Accords and therefore as lacking in popular legitimacy (Knudsen, 2005: 1382).

A ascensão do Hamas na política palestina levantou questionamentos das potências ocidentais sobre a validade e utilidade do Hamas para o processo de paz de Oslo. O Hamas é considerado um grupo terrorista por atores internacionais de peso, como os EUA e a UE. Além do mais, o Hamas não reconhece a existência do Estado de Israel, sendo assim constantemente marginalizado nos discursos de paz para o Oriente-Médio, como é observado por Wilkinson:

The victory of Hamas in the Palestinian elections of 2006 made the prospect of a peace process seem still more remote: Hamas does not recognize Israel's right to exist and Israel's government is unwilling to negotiate with Hamas on the grounds that it is a terrorist organisation. After Hamas gained control of Gaza in 2007 the prospects of a revival in the Middle East peace process faded rapidly (Wilkinson, 2014: 69-70).

O Hamas ganhou força na política palestina pela via democrática, ao vencer as eleições palestinas em 2006, causando uma grande apreensão entre os governos israelense e norte-americano. Os palestinos poderiam ser representados democraticamente por um grupo político, que apesar de suas táticas de violência, tinha grande representatividade política por conta da função social que desempenhara nos territórios palestinos. A vitória do Hamas nas eleições palestinas é destacada por Turner:

The victory of Hamas, an Islamist party listed as a terrorist organization by the US, the EU, and many other Western governments, in the 25 January 2006 Palestinian parliamentary elections was met with dismay and disbelief. Hamas had just secured 42.9 per cent of the vote and 74 of the 132 seats in the Palestinian Legislative Council (PLC) (Turner, 2006: 740).

Desta forma, a revolta popular, a segunda intifada, que eclodiu nos territórios palestinos em 2000, é o resultado de uma série de políticas que minaram a confiança de grande parte dos palestinos no processo de paz e que deu espaço à emergência de novos atores no cenário político palestino. A deterioração econômica e a crise política instalada dentro da ANP foram elementos que explicam em muito o levante palestino, destacando-se que:

There is no doubt that Hamas's electoral success is the result of a wider disenchantment within Palestinian society with the lack of a peace process, a corrupt PA, and a disintegrating economy, all of which have fuelled an intensification of violence, on both sides, since the second *Intifada* began in October 2000 (Turner, 2006: 751).

O Hamas tem adotado uma postura cada vez mais pragmática e realista em relação à sua política interna e externa. O vácuo social e político deixado pelo Fatah, principalmente na Faixa de Gaza, foi traduzido em ganhos políticos pelo Hamas, como os

ocorridos nas eleições palestinas realizadas em 2006. Esses ganhos políticos só poderiam ser mantidos e distribuídos por meio de uma união política palestina contra a dominação colonialista israelense, o que não ocorreu por conta da intensa disputa política entre o Hamas e o Fatah.

Um grupo extremamente popular como o Hamas, com o crescente suporte político recebido pelo povo palestino, tem demonstrado uma maior legitimidade e representatividade em relação ao partido político tradicional Fatah. De acordo com Gunning, “*Hamas is particularly popular among those students and professionals who come from outside the political and social elites*” (Gunning, 2004: 244). Uma geração de jovens palestinos que não tiveram oportunidades de trabalho e acesso aos bens e recursos de um mundo globalizado, encontrou um meio de expressar seu descontentamento com o fortalecimento político do Hamas.

É importante abordar a influência de Ahmed Ismail Hassan Yassin sobre o Hamas e que esteve relacionada a um aspecto realista e pragmático, a partir de uma junção entre ativismo social e necessidades políticas e estratégicas. Nesse sentido, Hroub destaca um pequeno trecho sobre o pragmatismo de Ahmed Yassin, “O que você consegue de alguém, ou a uma mesa de negociações, deveria condizer com sua força em determinado contexto” (Hroub, 2009: 80). Essa dimensão pragmática do Hamas é, portanto, destacada por Mishal:

A close examination of Hamas’s decision-making processes shows that they have been markedly balanced, combining realistic considerations with traditional beliefs and arguments, emphasizing visionary goals but also immediate needs (Mishal, 2003: 576).

A função social exercida pelo Hamas nos territórios palestinos remonta à organização islâmica da qual se originou, a Irmandade Muçulmana. A partir do aspecto

religioso, baseado no islã e no ativismo social, Yassin passou a desempenhar uma função de liderança entre os palestinos, conforme é destacado por Schanzer, “*This was the foundation for his center’s network, which would in turn become the infrastructure of Hamas by 1988*” (Schanzer, 2008: 21).

Por mais que as práticas de violência política do Hamas sejam tipificadas por EUA e UE como parte de um projeto fundamentalista islâmico, as motivações políticas do Hamas seguem uma linha de ação pragmática e realista com objetivos bem definidos. O discurso centrado no fundamentalismo religioso pode ser desconstruído ao analisarem-se as ações políticas do Hamas após chegar ao poder em 2006, conforme é destacado por Hroub, “O próprio Hamas indicou um cristão para seu gabinete como ministro do turismo” (Hroub, 2009: 98).

Nota-se, portanto, que o crescente apoio popular recebido pelo Hamas está diretamente ligado à função social que exerce nos territórios palestinos, principalmente em uma área de reduzida extensão territorial como a Faixa de Gaza. De acordo com Roy, “*The Gaza Strip is an artificial entity about 28 miles long and 5 miles wide, encompassing an area that is 140 square miles or one-fifteenth the size of the West Bank (2,126 square miles)*” (Roy, 1987: 58).

A ausência de um estado com instituições públicas formais e, portanto, de uma infraestrutura básica que sirva as reais necessidades da população palestina, deram ao

Hamas um protagonismo de primeira ordem entre os palestinos. Essa dimensão social está presente na carta de fundação do Hamas, como é destacado por Knudsen:²⁹

Hamas allocates almost all its revenues (95%) to its social services. The organisation's commitment to social service delivery is no coincidence: it is inscribed in the Hamas Charter (Articles 20, 21), emphasising the importance of social solidarity: 'Part of social welfare consists of helping all who are in need of material, spiritual, or collective co-operation. It is incumbent on members of the Islamic Resistance Movement to look after the needs of the people as they would their own needs' (Knudsen, 2005: 1384).

A politização do Hamas, portanto, está associada ao aspecto social que possui entre os palestinos. O suporte popular do Hamas se dá de forma legítima e com grande representatividade, por representar um movimento de massa e que foi gerado em condições de extrema pobreza. Essa função social exercida pelo Hamas foi cada vez mais deixada de lado pela ANP, ficando a cargo também de outras organizações islâmicas, conforme é demonstrado por Hever:

In 2001 only 17 percent of Palestinian households received assistance from the Palestinian Authority, compared to 18 percent from religious organizations, 45 percent from the UN Relief and Works Agency (UNRWA), and 20 percent from other sources (JMCC, 2001 *apud* Hever 2010: 15).

A oposição de grande parte dos palestinos ao processo de paz de Oslo não significou uma rejeição à ideia de paz com Israel, mas sim uma resposta política à agenda da paz liberal dos Acordos de Oslo de 1993. Do ponto de vista externo, o Hamas poderia ser incluído nas negociações de paz como um ator dotado de legitimidade política nos territórios palestinos. Do ponto de vista interno, o Hamas passou a preencher determinadas funções públicas que deveriam ser exercidas por um Estado Palestino, em que o Hamas passou a representar a figura estatal para grande parcela do povo palestino. A proteção social fornecida pelo Hamas tem sido fundamental para a sobrevivência de grande parte do povo palestino e esse aspecto social não é estranho à ideologia islâmica. O Hamas é um

²⁹ The Covenant of the Islamic Resistance Movement (1988) http://avalon.law.yale.edu/20th_century/hamas.asp.

ator político que fortalece o nacionalismo palestino, não só em torno do islã, mas por meio da sua legitimidade política.

O objetivo do Hamas é a criação de um Estado Palestino autônomo e independente, e não a criação de um estado Islâmico. De acordo com Muslih, “*The movement, although aspiring on the ideological level to Islamic principles, derives its force from the specific context of Palestinian nationalism. On the practical level, there is no ambition to establish a global Islamic umma*” (Muslih, 1999: 44). A agenda política do Hamas é estrategicamente delineada e conta com objetivos bem definidos, por meio da ideia de criação de um estado palestino e que possa contar com ampla participação política.

Modelos impostos, como a paz liberal dos Acordos de Oslo, foram prejudiciais ao povo palestino, por conta da deterioração econômica nos territórios palestinos. De acordo com Turner, “*Structural adjustment packages imposed throughout the 1980s and 1990s had a highly negative impact in the region resulting in a decline in state provision of social welfare, and increasingly poverty and inequality*” (Turner, 2006: 742).

Do ponto de vista econômico, o Hamas pode ser enquadrado dentro do campo capitalista, conforme é destacado por Hroub, “Ele apóia a ampla crença dentro dos círculos islâmicos de que o Islã incentiva a livre iniciativa e cultua o direito de manter a propriedade privada” (Hroub, 2009: 100). Vale também ressaltar como o Hamas obtém recursos para manter-se ativo na política palestina. Schanzer assinala que, “*Deep-pocket donors in oil-rich Saudi Arabia and other Gulf countries recognized the zeal of Hamas and sought to reward it*” (Schanzer, 2008: 27).

Roy destaca que, “*According to local sources at the time, from 1990 to 1993 Kuwait and Saudi Arabia contributed \$30 million and Iran—a new donor—\$13 million*” (Roy, 2011: 30). Portanto, o contexto regional deve ser levado em conta, por conta desses aportes econômicos recebidos pelo Hamas. É interessante também avaliar o posicionamento econômico adotado pelo Hamas durante as eleições palestinas em 2006. Nota-se que o Hamas tem uma visão econômica que se assemelha à de vários partidos políticos ocidentais, conforme é destacado por Hroub:

O Hamas prometia que: iria erguer as instituições econômicas do país sobre bases que irão atrair investidores, aumentar as taxas de crescimento, evitar o monopólio e a exploração, proteger os trabalhadores, incentivar a manufatura, aumentar as exportações, desenvolver o comércio com países árabes e o mundo em geral, e de forma a servir aos nossos interesses palestinos e fortalecer nossas próprias capacidades, promulgando leis que serão apropriadas a tudo isso (Hroub, 2009: 101-102).

O Hamas pode ser considerado, portanto, como uma das consequências políticas do processo de paz de Oslo. O modelo da paz liberal e o neoliberalismo inseridos pela agenda de Oslo nos territórios palestinos geraram uma situação de pobreza e de consequente insatisfação palestina contra a intensificação da dominação israelense. O Hamas passou, portanto, a ocupar o espaço político do Fatah e da ANP nos territórios palestinos, ao unir táticas de violência política contra Israel e um forte ativismo social perante grande parcela do povo palestino.

3.4 O Hamas no âmbito do islã político

É importante destacar o contexto do islã político em que o Hamas está inserido, tendo em conta que os grupos islâmicos com atuação nos territórios palestinos foram originados da Irmandade Muçulmana. A Irmandade Muçulmana surgiu no Egito na década de 1920, como é destacado por Hroub, “Como o maior movimento islâmico, a Irmandade

Muçulmana poderia ser compreendida como “a mãe de todos os movimentos que abrangem a política islâmica” no Oriente Médio (com exceção do Irã)” (Hroub, 2009: 31-32).

No âmbito dos grupos islâmicos que atuam nos territórios palestinos, a Jihad Islâmica merece um breve destaque. A Jihad Islâmica foi criada na década de 1970, e assim como o Hamas, tem sua base de operações situada na Faixa de Gaza. Conforme Schanzer, “*PIJ was founded by two Gaza Strip-based Islamists, Sheikh Abd al-Aziz Awda and Fathi Shiqaqi, who sought to leverage the momentum of Ayatollah Ruhollah Khomeini’s Iranian revolution of that year*” (Schanzer, 2008: 21). Já Hroub assinala que, “[...] a ideia da Jihad Islamica era construir uma ponte entre o Islã e a Palestina, que estavam representados separadamente, de um lado, pela Irmandade Muçulmana e, do outro, pelo campo nacionalista (OLP)” (Hroub, 2009: 36). Sobre a Jihad Islâmica, Schanzer informa que, “*The new Palestinian group advocated immediate confrontation with Israel as part of its commitment to changing the existing world order and replacing it with one dominated by Islam*” (Schanzer, 2008: 21). Portanto, o islã foi utilizado pela Jihad Islâmica com o intuito de unir os palestinos em torno de uma causa comum, ou seja, de resistir contra a ocupação israelense.

Portanto, nota-se que o surgimento da Jihad Islâmica ocorreu de uma forma objetiva e pragmática: estabelecer meios pelos quais os muçulmanos de distintas orientações políticas pudessem se unir contra a ocupação colonialista israelense. Jensen informa que, “*According to Islamic Jihad, the solution to the problem lies in an Islamic war of liberation aimed at establishing an Islamic Palestine*” (Jensen, 2009: 17). Nesse

contexto, Hroub (2009) destaca que a Jihad Islâmica passou a angariar novos adeptos para a sua causa e a apresentar uma séria ameaça à Irmandade Muçulmana.

Outro grupo islâmico que também merece ser destacado, é o Hizb al-Tahrir, intitulado como Partido da Libertação. Fundado na década de 1950, este grupo defende a instituição de um grande califado islâmico como forma de organização política em torno do islã, conforme é destacado por Hroub:

Com relação à questão da Palestina e ao confronto devido à ocupação israelense, o Hizb al-Tahrir mantém uma abordagem passiva que o fez perder a popularidade e a influencia entre os palestinos. O partido se opõe a todas as formas de participação política, tais como eleições, e na ausência do califa opõe-se ao uso da violência contra governos nacionais ou contra Israel (Hroub, 2009: 38).

O Hamas passou a participar ativamente das eleições palestinas durante anos 1990, principalmente após o estabelecimento da ANP em 1994. De acordo com Roy, “*The birth of this organization represented the Palestinian embodiment of political Islam in the Middle East*” (Roy, 2011: 19). O Hamas, a partir de uma visão pragmática sobre a política palestina, decidira usar a via democrática para alcançar seus objetivos políticos e traduzir o imenso apoio recebido pelo povo palestino em medidas concretas. Dentro de uma perspectiva centrada no conceito de hegemonia de Gramsci, nota-se que a estratégia de ação dos grupos palestinos com ramificações no islã, com algumas exceções, não foi violenta até a eclosão da primeira intifada em 1987.

Para a Irmandade Muçulmana a hegemonia na sociedade palestina deveria ser alcançada por meio de um processo de educação da sociedade em torno do islã. A confrontação direta por meio da violência política não era vista pelo menos até 1987 como um meio eficaz de se combater a ocupação israelense. A estratégia de resistência e de

enfrentamento à dominação colonialista de Israel por meio da violência política seria gradualmente utilizada com o surgimento do Hamas. A tese defendida pela Irmandade Muçulmana era de que o jogo de forças deveria ser alterado de forma pacífica e pela contínua preparação da população palestina em torno da educação islâmica, conforme demonstra Hroub:

Os Irmãos Muçulmanos palestinos tinham uma profunda convicção nesse princípio e o usavam consistentemente para justificar sua política de não-confrontação contra a ocupação israelense durante as décadas de 1950, 1960, 1970 e até 1987 (Hroub, 2009: 40-41).

Desta forma, é necessário destacar a perspectiva de Fanon a cerca dos processos de descolonização, “*National liberation, national reawakening, restoration of the nation to the people or Commonwealth, whatever the name used, whatever the latest expression, decolonization is always a violent event*” (Fanon, 2004: 1). Portanto, o Hamas deve ser analisado como um grupo político que luta pela descolonização dos territórios Palestinos por meios violentos. A violência empregada pelo Estado de Israel contra os palestinos faz parte de uma dominação colonialista e é dentro desse contexto que se dá a estratégia de ação política do Hamas.

A participação na política palestina tem dado resultados positivos ao Hamas. Isso foi comprovado pelas eleições realizadas nos territórios palestinos em 2006 e que foram ganhas pelo Hamas. Hroub (2009) destaca que, em 1993, o Hamas emitira um memorando, em que a via de participação política já era ressaltada como meio de resistência à dominação colonialista israelense:

Sob nossa percepção, a atividade política é uma das formas de guerra santa contra os inimigos sionistas e almeja fortalecer a luta e a estabilidade de nosso povo e mobilizar suas energias e as de nossa nação árabe islâmica a fim de garantir a vitória da nossa causa (Hroub, 2009: 49-50).

Desta forma, desconstrói-se a visão, segundo a qual, o Hamas é um grupo terrorista baseado em uma violência que é inerente ao islamismo. O Hamas é um ator político que tem utilizado diversas táticas com o objetivo de se opor e resistir à ocupação colonialista israelense e, assim, ter condições de disputar com o Fatah a hegemonia na política palestina. Mishal e Sela (2006) argumentam que o islã é uma ferramenta utilizada pelo Hamas para atingir seus objetivos políticos, em que a resistência à ocupação israelense também se faz por meio da educação religiosa nos centros islâmicos. O islã é um meio de ação e não um fim em si mesmo, e esse aspecto torna-se relevante quando se analisa as ações estratégicas do Hamas no contexto do islã político.

3.5 O Fatah, a OLP e a ANP

O Fatah é um partido político que surgiu em 1958 no contexto do nacionalismo árabe e que também tem como origem a Irmandade Muçulmana. De acordo com Schanzer, *“Fatah, for its part, was founded in the late 1950s by a number of practicing Muslims, some with ties to the Muslim Brotherhood”* (Schanzer, 2008: 10). A base de apoio e de ação política do Fatah situa-se na Cisjordânia e em outros pontos dispersos dos territórios palestinos.

A OLP surgiu na década de 1960, no âmbito de uma organização regional de concertação política e de baixa institucionalização, a Liga Árabe. Segundo Turner, *“The PLO, founded by the Arab League in 1964, is a political and paralimitary umbrella organization made up of different factions, the largest of which is Fatah”* (Turner, 2006: 743). Já Shlaim informa que, *“The PLO was set up as a political organization under the*

auspices of the Arab League, with Egypt playing the dominant part in directing its activities” (Shlaim, 2001: 230). Portanto, a OLP foi criada a partir de um âmbito regional e não circunscrito somente ao contexto palestino.

De acordo com Halliday (2005), a criação da OLP em 1964 pela Liga Árabe ocorreu por conta da necessidade de dar maior autonomia a este agrupamento regional. Nota-se que o Fatah, existente desde 1958, não estava à frente da OLP no momento em que ela fora criada. Após um período de dez anos tentando obter um papel de destaque na política palestina, Arafat e seu grupo político conseguiram estabelecer uma posição hegemônica no comando da OLP, como é observado por Schanzer:

In 1968, Arafat was given control of the Palestine Liberation Organization (PLO), a hitherto ineffectual organization created by the Arab League in 1964 that paid only lip service to “liberating” the lands that Palestinians coveted. (Schanzer, 2008:16)

A partir da década de 1960, o Fatah passou a utilizar a violência como estratégia de enfrentamento contra Israel e também com o objetivo de aumentar sua popularidade perante os palestinos. Schanzer destaca que, “*On January 3, 1965, Fatah launched its first military operation when commandos placed a small explosive in the water system in Israel’s Galilee region*” (Schanzer, 2008: 17). E o mais importante para o Fatah foi a emergência da OLP como um ator legítimo na defesa da causa palestina. Conforme Schanzer, “*By 1974, the PLO was recognized as the unquestioned leader of the Palestinian people at an Arab summit*” (Schanzer, 2008: 19). A política palestina passou a ser comandada por uma organização com alguma base institucional e que utilizaria táticas de violência política contra o Estado de Israel.

A OLP não possuía, portanto, uma base ideológica definida e utilizaria de meios, violentos ou não, para resistir à dominação israelense, conforme argumenta Schanzer, “*We do not have an ideology,*” *Arafat stated in 1969. “Our goal is the liberation of our fatherland by any means necessary”* (Schanzer, 2008: 19). A intenção do Fatah, e da OLP, era mobilizar os países árabes em torno da causa palestina e envolvê-los na luta de resistência contra o Estado de Israel, conforme é destacado por Shlaim, “*Fatah’s general strategy was to drag the Arab states into war with Israel by stoking up the fire along the borders*” (Shlaim, 2001: 232).

Halliday informa que, “*Yet, while it had an independent financial base, throughout its tortuous history the PLO never broke free of the political constraints of the Arab interstate system*” (Halliday, 2005: 237). Nota-se que a dimensão do Fatah e também da OLP, estivera muito mais voltada para o plano regional e não apenas para o contexto palestino. A causa palestina deveria ser, portanto, uma causa árabe.

A ANP foi criada em 1994 no contexto dos Acordos de Oslo para servir de base institucional para o possível estabelecimento de um Estado Palestino. O objetivo dos EUA e de Israel era criar um organismo político que servisse aos seus interesses econômicos e políticos no Oriente-Médio. Desta forma, destaca-se o argumento de Turner a cerca dos Acordos de Oslo e da ANP:

The Oslo Accords, heralded as a great example of what peacemaking could achieve, created the conditions for the setting up of the PA in the WBG in 1994 as an interim administration in preparation for full sovereignty after final status negotiations (Turner, 2006: 743).

A ANP é um ator político que fora criado, portanto, de acordo com os interesses dos EUA e de Israel no Oriente-Médio, dentro das condições impostas pelos Acordos de

Oslo de 1993. Turner argumenta que, *“First of all, it is important to emphasize that the PA is a unique institution: it is a form of self-rule but in the context of continue occupation”* (Turner, 2006: 744). Já Samara destaca que, *“In essence, the PA is collecting “political rent” for its role in supporting agreements that pave the way for world capital to achieve its policy of class reordering in the region”* (Samara, 2000: 122). A ANP seria utilizada para integrar a região do Oriente-Médio ao processo de globalização econômica e de incorporação do modelo neoliberal ao longo da década de 1990.

No âmbito dos Acordos de Oslo de 1993, criou-se em torno da ANP uma aliança nos territórios palestinos entre o setor público e o setor privado, que influenciara a posição tomada pelos negociadores palestinos no processo de paz de Oslo. Bouillon, destaca que, *“Under the PA, the large expatriate conglomerates and PA officials formed a coherent elite stratum, which marginalized most ordinary Palestinians, including small-scale entrepreneurs”* (Bouillon, 2004b: 127). É necessário destacar que essa aliança em torno da ANP seria associada durante a década de 1990 a um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino.

A década de 1990 foi marcada por uma unipolaridade no sistema internacional e que foi representada pelos EUA. Nesse sentido, o modelo neoliberal passou a ser disseminado por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) em cenários conflituosos, como é observado por Samara, *“Unlike other formerly colonized countries, the PA’s economy may be alone in having been designed from its very beginning by the policies and prescriptions of globalizing institutions”* (Samara, 2000: 117).

A ANP passou a reproduzir durante a década de 1990, o discurso do modelo neoliberal como uma estratégia de desenvolvimento econômico e de pacificação nos territórios palestinos. Desta forma, a ANP foi, portanto, um ator político estabelecido pelos Acordos de Oslo com o objetivo de defender o paradigma neoliberal e os interesses econômicos norte-americanos no Oriente-Médio, como é destacado por Khalidi e Samour:

The PA's neoliberal turn thus has to be understood in the context of long-standing efforts to reconfigure Middle Eastern states, their economies, and the region as a whole. It comes in response to the U.S.- sponsored attempt to prop up a "moderate," more pliable, Palestinian leadership, integrate Israel in the wider region, and manage (not resolve) the conflict (Khalidi; Samour, 2011: 12).

A ANP seguiu as recomendações do FMI, como programas de ajuste fiscal e de desregulamentação econômica, sendo que os obstáculos políticos ao modelo neoliberal deveriam ser eliminados. Desta forma, o discurso neoliberal e privatista ganhou ímpeto dentro da ANP, que acabou por implementar um pacote de reformas econômicas liberais nos territórios palestinos durante a década de 1990. De acordo com Khalidi e Sobhi, *"Assuming sustained donor support for the economy, the idea is that the private sector—assured by the PA's reforms for creating investment-friendly institutions—would become an engine of economic growth"* (Khalidi; Samour, 2011: 14).

Em relação à política econômica implementada pela ANP, Samara destaca que foi estabelecida uma espécie de "economia cassino" nos territórios palestinos, *"The new buildings, supermarkets, and luxury restaurants in Ramallah and other West Bank towns, far from constituting development, merely prepare the ground for the "casino economy" that is the end result"* (Samara, 2000: 121). É necessário observar que essa política de elitização da economia palestina foi estabelecida em detrimento das reais necessidades da maioria do povo palestino.

Os casos de corrupção e de falta de legitimidade política da ANP acabaram por gerar um descontentamento do povo palestino. É importante ressaltar que a suposta legitimidade política da ANP em 1994, resultou, na verdade, de uma conjuntura política formada pelos interesses econômicos dos EUA e de Israel no Oriente-Médio. Essa situação agravou-se durante a década de 1990, sendo um dos elementos detonadores da segunda intifada em 2000, como pode ser notado no argumento de Bouillon:

Due to the increasing dissatisfaction with the PA's financial mismanagement, corruption, and repression, as well as the failure to bring about the anticipated Palestinian state over seven years of negotiations, both the PA and the peace process lost credibility. The Intifada, which broke out in September 2000, was merely a natural consequence (Bouillon, 2004b: 148).

O Fatah é o partido político que detém a hegemonia na política palestina desde que passou a comandar as ações da OLP e foi o representante palestino nas negociações secretas dos Acordos de Oslo em 1993. A partir de 1994, os representantes do Fatah e da ANP estabeleceram relações de interesses mútuos com setores empresariais palestinos e israelenses, que passaram a defender uma agenda neoliberal e privatista da paz no Oriente-Médio, conforme é destacado por Levine:

A new class of entrepreneurs and businessmen began to emerge with various companies operating 'at a national level, often as near or total government-approved monopolies, such as Padico (Palestine Development and Investment Limited) and Paltel, the telephone company (Levine, 2009: 113).

Os Acordos de Oslo deram, portanto, a posição hegemônica aos atores políticos interessados na reprodução do discurso da paz liberal, do neoliberalismo e da privatização da paz no Oriente-Médio. Os resultados obtidos com o processo de paz de Oslo foram benéficos para uma elite empresarial regional que estivera interessada em obter ganhos econômicos por meio do discurso da paz pelo comércio no conflito Israelense-Palestino.

O processo de fragmentação política entre o Fatah e o Hamas exacerbou ainda mais a instabilidade nos territórios palestinos. E não há a intenção de Israel nem dos EUA de promover uma unidade política entre os palestinos, já que o Hamas é enquadrado por esses atores como um grupo terrorista islâmico que não deve ser levado em conta no processo de paz de Oslo. Portanto, o discurso contra o terrorismo islâmico tem sido utilizado por Israel para dar continuidade ao processo de fragmentação política entre o Fatah e o Hamas, em que grupos políticos palestinos contrários à agenda da paz liberal e ao modelo neoliberal de Oslo são marginalizados no contexto do conflito Israelense-Palestino.

4. A PRIVATIZAÇÃO DA PAZ NO CONFLITO ISRAELENSE-PALESTINO

No período pós-Oslo, houve um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino, por meio da realização de conferências e encontros empresariais no Oriente-Médio. Uma classe de empresários em Israel era favorável a uma maior aproximação econômica com os palestinos e com os países árabes por conta da contínua abertura comercial israelense durante a década de 1990.

No âmbito palestino, houve uma reconfiguração do jogo de forças em torno da ANP no período pós-Oslo. De acordo com Bouillon, “*A new economic and political order emerged in the Territories, under which the PA came to establish itself as the dominant player in the economy*” (Bouillon, 2004b: 144). Essa elite representada politicamente pela ANP uniu esforços junto à comunidade empresarial israelense a fim de se avançar com o processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino.

Ao longo da década de 1990, houve uma expansão da economia israelense em direção a novos mercados e foi dentro desse contexto que o *lobby* empresarial israelense passou a defender a ideia da paz pelo comércio como um meio de resolução do conflito Israelense-Palestino. A comunidade empresarial israelense passou a desempenhar funções importantes junto ao estado judaico e também a exercer influência sobre o processo de paz com os palestinos, formando uma coalizão empresarial em defesa de um discurso de pacificação no Oriente-Médio, conforme é demonstrado por Shafir e Peled:

The public campaign of the Israeli business community on behalf of peacemaking was unprecedented: This was the first time that its leaders came out in support of a political issue, indeed, the most contentious one in the country (Shafir; Peled, 2004: 247).

A ideia de uma maior atuação do setor privado israelense no processo de paz de Oslo inseriu-se em uma lógica neoliberal. Uma série de iniciativas de setores empresariais foi delineada na condução do processo de paz de Oslo e esses atores buscaram uma agenda privatista para o fim do conflito Israelense-Palestino por meio de uma visão economicista e funcionalista, como já havia sido defendido por Shimon Peres em 1993. O Fórum Econômico Mundial (FEM) e o Banco Mundial, com apoio dos EUA, patrocinaram uma série de conferências econômicas e encontros empresariais voltados para a promoção de negócios no Oriente-Médio nos anos 1990, dentro de um processo de privatização da paz, conforme é destacado por Paris:

With the support of the United States government, international institutions like the World Bank and prestigious non-profit organizations like the Council on Foreign Relations of New York and the Davos-based World Economic Forum, worked to transform the incipient bilateral peace accords into broader regional cooperation and development (Paris, 2000: 266).

É importante ressaltar que, apesar dessa dissertação abordar as conferências MENA e a coalizão BTI, como casos comprovativos do processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino, nota-se que outras iniciativas comuns podem ter surgido no período pós-Oslo. Portanto, o processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino não é tratado nessa dissertação de forma taxativa, pois outras propostas podem ter surgido em torno de uma agenda privatista da paz entre israelenses e palestinos após a assinatura dos Acordos de Oslo.

4.1 As conferências econômicas MENA

No âmbito do FEM surgiu uma série de iniciativas voltadas para um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino. De acordo com Shafir e Peled (2000),

em 1989 um conjunto de acadêmicos da Universidade de Harvard elaborou projetos de pacificação para o Oriente-Médio baseado na ideia de livre comércio. Essa agenda privatista era de interesse estratégico para Israel, pois a economia israelense estava em um processo de contínua abertura econômica, o que gerava a necessidade de um ambiente estável para a continuidade dessa dinâmica liberal, como é destacado por Paris:

By creating at Casablanca a large public private sector arena for business and economic policy discourse, the architects of the MENA Summits, namely the U.S. government with prodding from then Israeli Foreign Minister, Shimon Peres, hoped to achieve the integration of Israel into the region—an Israel *in* the Middle East, not merely *of the* Middle East (Paris, 2000: 267).

Nesse contexto, é importante destacar a realização, durante a década de 1990, das conferências organizadas pelo FEM na região do Oriente-Médio e África do Norte (MENA).³⁰ Foi no âmbito das conferências MENA que encontros empresariais foram organizados a fim de se encontrar soluções econômicas para a instabilidade política no Oriente-Médio.³¹ De acordo com Paris, “*The MENA Summit was designed to reinforce the peace process and Israel’s normalization of relations with its Arab neighbors by building a kind of economic scaffolding*” (Paris, 2000: 267).

O discurso da paz pelo comércio foi utilizado para o estabelecimento de uma atmosfera voltada para a criação de negócios e para atração de investimentos internacionais no Oriente-Médio. Segundo Paris (2000), durante a década de 1990, vários encontros empresariais foram organizados em importantes cidades do Oriente Médio e África do Norte: Casablanca (1994), Amman (1995), Cairo (1996) e Doha (1997).

³⁰ A sigla MENA tem sido comumente utilizada para designar a região da África do Norte e Oriente-Médio de acordo com parâmetros econômicos, políticos, militares, etc.

³¹ Dados sobre a região MENA podem ser consultados em: Arab World Competitiveness Report (2012) <http://www.oecd.org/mena/49036903.pdf>.

A diplomacia empresarial delineada pelos encontros MENA tinha o foco voltado para atração de investimentos internacionais para a região do Oriente-Médio, conforme é destacado por Paris, “*The MENA summits were designed to expose private sector investors to opportunities in the region*” (Paris, 2000: 271). Já Bishara assinala que, “Conferências econômicas em Casablanca, Amã ou Doha foram igualmente realizadas para favorecer as medidas de liberalização, as privatizações e a abertura dos mercados” (Bishara, 2003: 78). Desta forma, as conferências MENA estiveram condicionadas por uma agenda privatista da paz e pelo modelo neoliberal.

As ideias propostas por Shimon Peres sobre o processo de paz de Oslo em 1993 foram incorporadas ao âmbito das conferências MENA durante a década de 1990. O discurso de Peres era de que o Oriente-Médio teria uma área de integração econômica baseada no funcionalismo da integração europeia da década de 1950 e que a paz seria alcançada por meio de uma cooperação institucionalista entre israelenses e palestinos, como é assinalado por Murphy:

At Casablanca the Israelis produced a confident glossy brochure outlining their vision for future economic cooperation. It stated that Israeli’s goal would be “the creation of a regional community of nations, with a common market and elected centralized bodies, modelled on the European Community (Murphy, 2000: 51).

Desta forma, foi sendo defendida ao longo dos anos 1990, uma posição privatista no âmbito dos encontros MENA. Os empresários deveriam desempenhar funções diplomáticas, havendo, portanto, uma maior integração entre os setores empresariais israelenses e palestinos, a fim de se criar um ambiente estável e pacífico para a promoção de negócios na região do Oriente-Médio. Pelo lado palestino, muitas expectativas foram criadas com o discurso da paz pelo comércio inserido nos encontros empresariais MENA. Entretanto, a realização das conferências MENA não foi positiva para os palestinos,

conforme observa Paris, “*The Palestinians have not benefited from the MENA summits even though it was their agreement with Israel at Oslo in 1993 that made the summits possible*” (Paris, 2000: 271).

É importante notar que houve uma contradição entre o discurso privatista da paz e o que realmente foi posto em prática ao longo da década de 1990 no Oriente-Médio. De acordo com Paris, “*Political instability, especially Israeli border closures caused by terrorist bombings, have hindered investors*” (Paris, 2000: 271). O discurso da paz pelo comércio tão aclamado em Oslo não se adequou à realidade política e econômica do Oriente-Médio e não ofereceu soluções viáveis de resolução do conflito Israelense-Palestino.

A instabilidade política foi considerada como umas das causas para o enfraquecimento político dos encontros MENA, porém essa instabilidade teve origem na violenta dominação israelense nos territórios palestinos. Mesmo com essa contradição presente no âmbito das conferências MENA, a agenda da privatização da paz foi retomada posteriormente como uma nova forma de resolução do conflito Israelense-Palestino. Em 2012, surgiu o movimento empresarial BTI, que retomou a agenda privatista da paz, apoiada na ideia da paz pelo comércio como um meio de resolução do conflito Israelense-Palestino.

4.2 A coalizão empresarial *Breaking the Impasse*

A partir do histórico recente a cerca do processo de privatização da paz no Oriente-Médio, há um ressurgimento de iniciativas de setores empresariais interessados em lucrar com o discurso da paz pelo comércio no âmbito do conflito Israelense-Palestino. Em 2012, a agenda de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino foi, portanto, retomada sob a coalizão empresarial *Breaking the Impasse*:³²

BTI (Breaking the Impasse) is a group of prominent Palestinian and Israeli businesspeople and civil society leaders who believe in the urgency of reaching a peaceful resolution of the Israeli-Palestinian conflict along a "two States for two peoples" solution (Breaking the Impasse).

Assim como as conferências MENA, o BTI foi lançado no âmbito do Fórum Econômico Mundial para o Oriente Médio e África do Norte e engloba um conjunto de destacados empresários israelenses, palestinos e de outras nacionalidades do Oriente-Médio. O BTI foi criado em 2012 por dois destacados homens de negócios no Oriente-Médio, o israelense Yossi Vardi e o palestino Munib Masri.³³ Sobre o BTI, Horovitz nos informa que, “*It represents some 200 leading Israeli and Palestinian businessmen and some from other Arab states including, for example, the head of the Hikma pharmaceutical firm in Jordan*” (Horovitz, 2013).³⁴

³² Informações sobre o *Breaking the Impasse* podem ser consultadas em: <http://www.breakingtheimpasse.org/en/about-bti>.

³³ Munib Masri é um dos fundadores da *The Palestine Development and Investment Company* (PADICO) e é intitulado de *Godfather* nos territórios palestinos por conta da sua força política e econômica. Masri foi um dos empresários palestinos mais próximos ao círculo político de Yasser Arafat.

³⁴ Horovitz (2013) Times of Israel. <http://www.timesofisrael.com/israeli-and-palestinian-business-leaders-to-unveil-new-peace-bid/>.

Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial e um dos principais idealizadores da coalizão BTI, destaca que:³⁵

The Breaking the Impasse (BTI) initiative, nurtured and supported by the World Economic Forum, is not a political movement. It is the manifestation of a sincere yearning for a durable two-state solution from the business leaders of Israel and the Palestinian territories (Schwab, 2013).

De acordo com Niv Elis do *Jerusalem Post*, o BTI defende um discurso “apolítico” sobre a resolução do conflito Israelense-Palestino:³⁶

On the one hand, the group was always intended to be “apolitical” in that it did not endorse a specific political party or approach to ending the conflict, simply urging a two-state solution by any peaceful means necessary (Elis, 2014).

De acordo com a lógica defendida pelos BTI, há a necessidade de se criar um ambiente propício para atração de investimentos internacionais no Oriente-Médio a partir de uma cooperação no âmbito empresarial, em que a perspectiva da paz pelo comércio é, portanto, retomada como um meio de resolução do conflito Israelense-Palestino. Ben Sales do *Times of Israel* destaca que a agenda do BTI não envolve questões fundamentais para a resolução do conflito Israelense-Palestino:³⁷

BTI members say that while they support a peace agreement that leads to two states, they won't delve into the thorny details of major issues such as Palestinian refugees, the future of Jerusalem or final borders. Such questions, they say, should be left to the negotiators (Sales, 2014).

É interessante notar que esse discurso de despolitização serve aos interesses do BTI, pois dessa forma, o setor privado tanto em Israel quanto nos territórios palestinos, passa a ter cada vez mais influência nas principais questões que envolvem o conflito Israelense-Palestino. Essa tentativa por parte do BTI de despolitização de temas

³⁵ Schwab, Klaus (2013) The Huffington Post. http://www.huffingtonpost.com/klaus-schwab/breaking-the-impasse_b_3344033.html.

³⁶ Niv, Elis. Jerusalem Post de 14 de maio de 2014, <http://www.jpost.com/Business/Business-Features/Breaking-the-Impasse-at-an-impasse-352207>.

³⁷ Horovitz, David. Times of Israel de 7 de março de 2014, <http://www.timesofisrael.com/israeli-palestinian-business-coalition-urges-peace/>.

importantes como os dos refugiados palestinos insere-se, na verdade, em um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino.

É interessante notar que, seguindo os mesmos parâmetros dos Acordos de Oslo de 1993, as conversações de destacados empresários do Oriente-Médio a cerca dos projetos em torno do BTI ocorrem de forma secreta, conforme é observado por John Reed do *Financial Times*:³⁸

Participants in the talks have been sworn to secrecy because of the sensitivities on both sides. Many CEOs and family owners in Tel Aviv's business elite are left-leaning and favour peace with the Palestinians, but most have steered clear of taking public political stances (Reed, 2013).

Os EUA apoiaram a criação do BTI, pois o Oriente-Médio é uma região de grande interesse estratégico para os norte-americanos. Neste sentido, é importante assinalar um trecho do discurso proferido por John Kerry em uma conferência do FEM para o Médio-Oriente e África do Norte realizada na Jordânia em 2013:

But the burden, I want you to know, does not just lie within palaces and parliaments. There is a huge role for business to play here and a huge opportunity for you to share in the success. No one here should underestimate the degree to which the private sector can promote change and force political choices, as well as impact the actions of government. The fact is that good governance, peace, and economic development necessarily go hand-in-hand (U.S Embassy, 2013: 4).

Portanto, tendo como base as conferências MENA e a coalizão BTI, nota-se que, desde os Acordos de Oslo de 1993, há um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino. E essas coalizões privatistas têm se utilizado de um discurso sobre a paz pelo comércio para obter lucros no Oriente-Médio. Porém, esse discurso torna-se contraditório, por conta dos resultados negativos obtidos desde os Acordos de Oslo de

³⁸ Reed, John (2013) The Financial Times. <http://www.ft.com/cms/s/0/6be56356-c389-11e2-8c30-00144feab7de.html#axzz3gyFkP8tv>.

1993, que estiveram inseridos dentro de uma lógica neoliberal, com um modelo de paz voltado para o mercado e não para as pessoas, sejam elas israelenses ou palestinas.

A agenda privatista da paz foi o reflexo, na verdade, dos interesses de uma coalizão empresarial regional interessada em lucrar com o discurso da paz pelo comércio no Oriente-Médio. O discurso israelense era de que a paz era fundamental para o funcionamento da economia no plano regional, sendo que esse processo de privatização da paz esteve alinhado ao modelo da paz liberal dos Acordos de Oslo de 1993 e às reformas neoliberais ocorridas em Israel a partir de 1985.

CONCLUSÃO

O conflito Israelense-Palestino é um dos temas que tem recebido imenso destaque em várias esferas do conhecimento, como no campo das relações internacionais. Um cenário conflituoso de amplitude internacional associado ao movimento de colonização sionista da Palestina do fim do século XIX. Trata-se de um conflito que envolve, do ponto de vista histórico e atual, atores de peso no plano internacional e regional. Desta forma, a análise do conflito Israelense-Palestino se dá em um plano internacional e não circunscrito apenas às questões referentes ao Oriente-Médio.

Uma abordagem crítica e histórica dos estudos da paz e dos conflitos é uma ferramenta teórica necessária para se analisar o conflito Israelense-Palestino em um contexto mais amplo. Dentro do enfoque da economia política, entende-se que o processo de paz instaurado pelos Acordos de Oslo de 1993 foi o resultado de uma nova agenda política e econômica estabelecida em Israel a partir de 1985. Desta forma, o discurso da paz pelo comércio foi utilizado por Israel, sobretudo, pelo setor privado, com o objetivo de lucrar com projetos de pacificação para o Oriente-Médio. Os palestinos seriam parceiros comerciais importantes nesse processo de reconfiguração econômica de Israel, principalmente pela necessidade de por fim ao boicote árabe à economia israelense.

Essa dimensão liberal tem uma base histórica associada ao movimento sionista, no qual, líderes, como *Theodor Herzl*, propagavam a ideia de que um futuro estado judaico deveria se assentar em fundamentos liberais. A ideia de missão civilizatória europeia seria utilizada pelos colonizadores sionistas para ocupar a Palestina. Os palestinos, dentro desse

discurso colonialista, seriam constantemente marginalizados, porém, beneficiados por uma era de modernidade e de prosperidade econômica que seria estabelecida na terra santa por meio do movimento sionista.

A compreensão do contexto político e econômico institucionalizado pelos Acordos de Oslo é uma tarefa necessária a fim de se analisar o modelo da paz liberal no conflito Israelense-Palestino. A nova fase instaurada pelos Acordos de Oslo de 1993 se insere no movimento de globalização e de integração regional em curso na década de 1980 e foi dentro desse processo que o paradigma da paz liberal foi estabelecido como um discurso de pacificação no Oriente Médio, por meio da atuação de políticos de relevância como Shimon Peres.

Um *lobby* privatista pela paz com os palestinos foi formado em Israel com o apoio dos EUA. Essa agenda de privatização da paz foi levada adiante por setores empresariais do Oriente Médio interessados em lucrar com uma estabilização das relações econômicas entre israelenses e palestinos. Esse processo pode ser exemplificado pela realização, nos anos 1990, das conferências econômicas MENA no Oriente Médio e da África do Norte com apoio do FEM.

O modelo da paz liberal de Oslo gerou resultados negativos para grande parte do povo palestino, tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político. A dependência econômica palestina em relação a Israel foi intensificada ao longo da década de 1990, devido ao processo de liberalização da economia israelense iniciado em 1985. Empresas israelenses, com o objetivo de reduzir custos de mão de obra, passaram a substituir os

trabalhadores palestinos por trabalhadores de outras nacionalidades. E, assim, o nível de desemprego nos territórios palestinos elevou-se no período pós-Oslo, gerando tensões sociais para uma população que já se encontrava em condições de extrema pobreza e de subdesenvolvimento.

No plano político, os Acordos de Oslo resultaram em um processo de fragmentação nos territórios palestinos. A ANP foi criada em 1994 como o embrião de um futuro Estado Palestino, moldado de acordo com os interesses israelenses e norte-americanos no Oriente-Médio. A aproximação do setor privado palestino com o núcleo político de Yasser Arafat se deu, portanto, em um processo de convergência entre atores políticos dispostos a reproduzir o discurso neoliberal como um modelo de desenvolvimento econômico no Oriente-Médio. A ANP, sob o comando do Fatah, implementou uma política elitista e corrupta nos territórios palestinos, perdendo assim uma suposta legitimidade política associada ao estabelecimento da ANP em 1994.

Após décadas de ocupação e opressão israelense sobre os palestinos, surgiu em 1988, um movimento de resistência contra a dominação israelense, o Hamas. A estratégia de ação do Hamas foi de resistir à dominação colonialista israelense por meio da violência política, classificada por analistas conservadores como Alan Dershowitz como ações terroristas integrantes de um projeto fundamentalista islâmico. O Hamas passou a exercer funções fundamentais perante os palestinos, provendo-os de recursos básicos, como alimentação, vestuário e educação.

Um acontecimento de extrema importância alterou o cenário político palestino com a vitória do Hamas nas eleições palestinas em 2006. Uma coalizão formada pela ANP,

Israel e EUA tentou impedir a formação de um governo palestino pelo Hamas com base em um discurso contra o terrorismo. O Hamas enfrentou diversos obstáculos para formar um governo independente, com o intuito de executar uma política que correspondesse às reais necessidades do povo palestino. Esse processo de fragmentação política interessa a Israel, pois a unidade política palestina é um elemento fundamental para a criação de um futuro Estado Palestino.

Por meio de uma análise crítica sobre o processo de paz de Oslo, é possível concluir, que há um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino e esse processo remonta ao ano de 1985, quando foi implementado um amplo programa de reformas neoliberais em Israel. Desta forma, a paz com os palestinos foi fundamental para dar uma maior legitimidade política ao processo de abertura econômica israelense em curso desde a segunda metade dos anos 1980.

A retomada da privatização da paz pela coalizão empresarial BTI em 2012 é um sintoma de que a agenda liberal de Oslo ainda se faz presente. Tendo como base o cenário negativo gerado para grande parte do povo palestino no período pós-Oslo, torna-se necessário destacar o seguinte questionamento: por que essa agenda privatista da paz está sendo retomada como um meio de resolução do conflito Israelense-Palestino? Esse processo de privatização da paz atende aos interesses de uma coalizão empresarial que visa lucrar com um discurso de pacificação no Oriente Médio. O objetivo desta dissertação foi destacar, no âmbito da economia política, quais foram as causas e as consequências do processo de paz de Oslo.

Os resultados políticos e econômicos dos Acordos de Oslo foram favoráveis, a Israel e aos Estados Unidos. A ANP foi estabelecida, portanto, como um ator político em defesa dos interesses desses atores que objetivavam lucrar com um discurso liberal de pacificação no Oriente-Médio. Desta forma, o contributo desta dissertação é demonstrar a paz de Oslo foi uma paz imposta, exemplificada por um contexto de crescente deterioração econômica e de fragmentação política nos territórios palestinos. O conflito Israelense-Palestino foi intensificado por meio de inúmeras violências políticas e econômicas ao longo dos anos 1990, que acabaram por contradizer na prática, o discurso da paz liberal de Oslo.

Conclui-se, portanto, que no plano econômico, o processo de paz de Oslo teve como consequências a intensificação da dependência econômica palestina em relação a Israel e a deterioração econômica nos territórios palestinos durante a década de 1990. No plano político palestino, houve um processo de fragmentação entre o Fatah e o Hamas, iniciado com a eclosão da primeira intifada em 1987. Por último, pode-se afirmar que há um processo de privatização da paz no conflito Israelense-Palestino, tendo como base a realização das conferências econômicas MENA durante a década de 1990 e o surgimento da coalizão empresarial BTI em 2012. A paz liberal de Oslo foi benéfica para a elite do setor privado palestino, e, sobretudo, do setor privado israelense, que utilizaram o discurso da paz pelo comércio para defender seus interesses e obter ganhos econômicos no Oriente-Médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barak, Oren (2005) “The failure of the Israeli–Palestinian peace process, 1993–2000” *Journal of Peace Research*. 42(6), 719-736, [http://www.pages.pomona.edu/~vis04747/h124/readings/Barak failure of peace process.pdf](http://www.pages.pomona.edu/~vis04747/h124/readings/Barak%20failure%20of%20peace%20process.pdf) [13 de julho de 2015]
- Barbieri, Katherine; Schneider, Gerald (1999) “Globalization and peace: Assessing new directions in the study of trade and conflict” *Journal of Peace Research*. 36(4), 387-404, <http://kops.uni-konstanz.de/bitstream/handle/123456789/4294/barbierischneiderjpr1999.pdf?sequence=1> [13 de julho de 2015]
- Barbieri, Katherine (2002) *The liberal illusion: does trade promote peace?* Michigan: University of Michigan Press.
- Beinart, Peter (2012) *The crisis of Zionism*. Macmillan.
- Bellamy, Alex J. (2004) “The ‘next stage’ in peace operations theory?” *International Peacekeeping*. 11(1), 17-38.
- Ben-Ami, Shlomo (2006) *Scars of War, Wounds of Peace: The Israeli-Arab Tragedy*. Oxford University Press.
- Bishara, Marwan (2003) *Palestina/Israel: a paz ou o apartheid*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bouillon Markus E. (2004a) "Gramsci, political economy, and the decline of the peace process" *Critique: Critical Middle Eastern Studies* 13.3 (2004): 239-264, [https://www.academia.edu/3537745/Gramsci Political Economy and the Decline of the Peace Process](https://www.academia.edu/3537745/Gramsci_Political_Economy_and_the_Decline_of_the_Peace_Process) [9 de outubro de 2014]
- Bouillon, Markus E. (2004b) “The peace business: Money and power in the Palestine-Israel conflict” *IB Tauris*. 37.
- Breaking the Impasse (2012) <http://www.breakingtheimpasse.org/en/about-bti> [10 de outubro de 2014]
- Brichs, Ferran I.; Kemou, Athina L. (2012) “Sociology of power in today’s Arab world” *Political Regimes in the Arab World*. Londres y Nueva York: Routledge.
- Cardoso, Fernando H.; Faletto, Enzo (2004) “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cerny, Philip G. (2008) “Embedding neoliberalism: the evolution of a hegemonic paradigm” *The Journal of International Trade and Diplomacy*. 2(1), 1-46.

Chandler, David (2010) "The uncritical critique of 'liberal peace'" *Review of international studies*. 36(S1), 137-155, <http://www.davidchandler.org/wp-content/uploads/2014/10/RIS-Critiques-of-Liberal-Peace.pdf> [13 de julho de 2015]

Collins, John (2011) "Global Palestine" *Hurst Publishers*.

Cox, Robert W. (1981) "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory" *Millennium: Journal of International Studies*. 10(2), 126.

Cox, Robert W. (1983) "Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method" *Millennium: Journal of International Studies*. 12(2), 162-175.

Declaration of Principles of Interim Self-Government Arrangements (1993) <http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/declaration%20of%20principles.aspx> [13 de julho de 2015]

Dershowitz, Alan (2003) *The case for Israel*. John Wiley & Sons.

Dos Santos, Theotonio (1970) "The Structure of Dependence" *The American Economic Review*. 60(2), 231-236. Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association, http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic925740.files/Week%202/Dos%20Santos_Structure.pdf [29 de Novembro de 2013]

Doyle, Michael W. (1983) "Kant, liberal legacies, and foreign affairs" *Philosophy & Public Affairs*. 205-235, http://www.politics.ubc.ca/fileadmin/user_upload/poli_sci/Faculty/price/Debating_the_Democratic_Peace_Doyle.pdf [14 de julho de 2015]

Duffield, Mark R. (2001) "Global governance and the new wars: the merging of development and security" London: Zed books. 87.

Elis, Niv (2014) "Breaking the Impasse, at an impasse?" *The Jerusalem Post*, <http://www.jpost.com/Business/Business-Features/Breaking-the-Impasse-at-an-impasse-352207> [13 de junho de 2015]

Embassy, U. S. (2013) "Kerry on Peace" *Economic Development in Middle East. World*, <http://london.usembassy.gov/midest317.html> [8 de outubro de 2014]

Enders, Walter; Sandler, Todd (2006) "The Political Economy of Terrorism" Cambridge: Cambridge University Press.

Fanon, Frantz (2004) "The wretched of the earth" *Translated by Richard Philcox*. New York: Grove.

Farsakh, Leila (2005) "Independence, cantons, or bantustans: Whither the palestinian state?" *The Middle East Journal*. 230-245,

http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1014&context=leila_farsakh [14 de julho de 2015]

Fischer, Stanley; Alonso-Gamo, Patricia; Von Allmen, Ulric E. (2001) "Economic developments in the West Bank and Gaza since Oslo" *The Economic Journal*. 111(472), 254-275.

Foucault, Michel (1997) "The politics of truth" New York: Semiotext (e).

Friedmann, Harriet; Wayne, Jack (1977) Dependency theory: a critique. *Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie*, 399-416.

Fromkin, David (2008) "Paz e guerra no Oriente Médio: a queda do império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno" *Contraponto*.

Gilpin, Robert (1987) "The political economy of international relations" Princeton: Princeton University Press. 8.

Gordon, Neve (2008) "Israel's occupation" California: University of California Press.

Gunning, Jeroen (2004) "Peace with Hamas? The transforming potential of political participation" *International Affairs*. 80(2), 233-255.

Halliday, Fred (2005) "The Middle East in international relations: power, politics and ideology" Cambridge: Cambridge University Press. 4.

Hamas Covenant (1988) "The Covenant of the Islamic Resistance Movement" http://avalon.law.yale.edu/20th_century/hamas.asp [14 de julho de 2015]

Harvey, David (2007) "Neoliberalism as creative destruction" *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 610(1), 21-44, <http://blog.lib.umn.edu/arras004/socialtyologies/HarveyNeolibCreatDestruc.pdf> [3 de abril de 2015]

Haufler, Virginia (2004) "International diplomacy and the privatization of conflict prevention" *International Studies Perspectives*. 5(2), 158-163, <https://webvpn.uc.pt/http/0/onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1528-3577.2004.00166.x/pdf> [4 de outubro de 2014]

Heathershaw, John (2008) "Unpacking the liberal peace: The dividing and merging of peacebuilding discourses" *Millennium-Journal of International Studies*. 36(3), 597-621, <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/developpement/shared/developpement/343/Heathershaw2008MilleniumLiberalPeace.pdf> [10 de outubro de 2014]

Hellinger, Moshe; Londin, Yossi (2012) "The socio-economic ideology of religious Zionism in Israel: 1995–2007" *Journal of Political Ideologies*. 17(1), 87-106.

Hever, Shir (2010) "The Political Economy of Israel's Occupation" London: Pluto Press.

Hever, Shir (2012) “Exploitation of Palestinian Labour in Contemporary Zionist Colonialism” *Settler Colonial Studies*. 2(1), 124-132, <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/2201473X.2012.10648829> [10 de outubro de 2014]

Horovitz, David (2013) “Israeli and Palestinian business leaders to unveil new peace bid” *Times of Israel*, <http://www.timesofisrael.com/israeli-and-palestinian-business-leaders-to-unveil-new-peace-bid/> [13 de junho de 2015]

Hourani, Albert (2006) “Uma história dos povos árabes” São Paulo: Companhia das Letras.

Hroub, Khaled (2009) “Hamás: um guia para iniciantes” Rio de Janeiro: Difel.

Jensen, Michael Irving (2009) “The political ideology of Hamas: a grassroots perspective” *IB Tauris*. 64.

Jones, Clive; Murphy, Emma C. (2002) “Israel: Challenges to Identity, Democracy and the State” London: Routledge.

Kant, Immanuel (1795) “A Paz perpétua e outros opúsculos” Lisboa: 70.

Khalidi, Raja; Samour, Sobhi (2011) “Neoliberalism as liberation: The statehood program and the remaking of the Palestinian national movement” *Journal of Palestine Studies*. 40(2), 6-25, http://mpra.ub.uni-muenchen.de/29642/1/MPRA_paper_29642.pdf [15 de abril de 2015]

Khan, Zacharia (2006) “Electing Hamas” *Journal of Middle Eastern Geopolitics*. 2(3), <http://bib03.caspar.it/ojspadis/index.php/JMEG/article/download/3117/3101> [22 de abril de 2015]

Kleiman, Ephraim (2002) “O futuro das relações econômicas Israel-Palestina” in Dupas, Gilberto; Vigevani Tullo (organizadores) *Israel – Palestina: A Construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora UNESP.

Knudsen, Are (2005) “Crescent and sword: the Hamas enigma” *Third World Quarterly*. 26(8), 1373-1388, http://www.artsrn.ualberta.ca/amcdouga/MEAS200/readings_topic3_2006/Hamas.pdf [14 de julho de 2015]

Levine, Mark (2009) “Impossible Peace: Israel/Palestine Since 1989” London and New York: Zed Books.

Lewis, Bernard (1996) “O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje” *Zahar*.

Mantega, Guido (1997) “Teoria da dependência revisitada - um balanço crítico” São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3003/P00187_1.pdf?sequence=1 [15 de Novembro de 2013]

Marini, Ruy Mauro (1973) *Dialéctica de la dependencia. México: Era, Serie Popular/22.*

Mearsheimer, John J.; Walt, Stephen (2007) "The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy" New York: Farrar, Straus and Giroux.

Mishal, Shaul (2003) "The pragmatic dimension of the Palestinian Hamas: A network perspective" *Armed Forces & Society*. 29(4), 569-589, http://www.researchgate.net/profile/Shaul_Mishal/publication/228748214_The_pragmatic_dimension_of_the_Palestinian_Hamas_A_network_perspective/links/0c960517c1b7246b3e000000.pdf [14 de julho de 2015]

Mishal, Shaul; Sela, Avraham (2006) "The Palestinian Hamas: vision, violence, and coexistence" Columbia: Columbia University Press.

Morris, Benny (2014) "Um estado, dois estados: soluções para o conflito Israel-Palestina" São Paulo: Editora Sefer.

Murphy, Emma C. (2000) "The Arab-Israeli peace process: can the region benefit from the economics of globalization?" *Economic and political impediments to Middle East peace*. 46-69.

Muslih, Muhammad Y. (1999) "The Foreign Policy of Hamas" *Council on Foreign Relations*.

Nitzan, Jonathan; Bichler, Shimshon (2002) "The Global Political Economy of Israel: From War Profits to Peace Dividends" *Pluto Press*.

Nogueira, João P.; Messari, Nizar (2005) "Teoria das relações internacionais. Elsevier" in O'Sullivan, Anthony, Rey, Marie-Estelle., & Mendez, Jorge Galvez (ed. 2011-2012) *Opportunities and Challenges in the MENA Region. Arab World Competitiveness Report*. 42-67.

Palestinian Central Bureau of Statistics (2009) "Labour Force Survey" Annual Report 2008, ed. April. Ramallah: Palestine.

Palestinian Central Bureau of Statistics (2010) "Palestine in Figures 2009" Ramallah: Palestine. <http://www.pcbs.gov.ps/Downloads/book1661.pdf> [2 de maio de 2015]

Pappe, Ilan (2007) "História da Palestina moderna: uma terra, dois povos." *Editorial Caminho*.

Pappe, Ilan (2008) "Zionism as colonialism: A comparative view of diluted colonialism in Asia and Africa" *South Atlantic Quarterly*. 107(4), 611-633.

Paris, Jonathan (2000) “Regional cooperation and the MENA economic summits” *The New Israel. Peacemaking and Liberalization. Boulder/Oxford*. 265-278.

Peres, Shimon & Naor, Arye (1993) “The New Middle East” Shaftesbury, UK: Element.

Polanyi, Karl (2012) “A grande transformação – As origens políticas e económicas do nosso tempo” 70.

Prebisch, Raúl (2000) "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais" *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record 2. 69-136, <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf> [15 de Novembro de 2013]

Pressman, Jeremy (2003) “The Second Intifada: Background and Causes of the Israeli-Palestinian Conflict” *The Journal of Conflict Studies*. 22(2), 114-141, <http://journals.hil.unb.ca/index.php/JCS/article/viewArticle/220/378> [08 de abril de 2015]

Protocol on Economic Relations between the Government of Israel and the PLO (1994) <http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/gaza-jericho%20agreement%20annex%20iv%20-%20economic%20protoco.aspx> [13 de julho de 2015]

Pugh, Michael (2005) “The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective” *International journal of peace studies*. 10(2), 23, http://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol10_2/wPugh10n2IJPS.pdf [2 de outubro de 2014]

Pugh, Michael; Cooper, Neil; Turner, Mandy (2008) “Whose peace? Critical perspectives on the political economy of peacebuilding” *Palgrave Macmillan*.

Pureza, José Manuel (2011) “O desafio crítico dos estudos para a paz.” *Relações Internacionais (R: I)*. (32), 5-22, <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n32/n32a01.pdf> [5 de outubro de 2014]

Reed, John (2013) “Israeli and Palestinian executives in Middle East peace initiative” *The Financial Times*. Jerusalem. <http://www.ft.com/cms/s/0/6be56356-c389-11e2-8c30-00144feab7de.html#axzz3gyFkP8tv> [5 de outubro de 2014]

Richmond, Oliver P. (2006) “The problem of peace: understanding the ‘liberal peace’” *Conflict, Security & Development*. 6(3), 291-314, <https://webvpn.uc.pt/http/0/www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14678800600933480> [2 de outubro de 2014]

Richmond, Oliver (2008) “Peace in international relations” Routledge.

Robinson, Glenn E. (2004) “ Hamas as social movement” *Islamic activism: a social movement theory approach*. 112-139,

<http://wiki.zirve.edu.tr/sandbox/groups/economicsandadministrativesciences/wiki/e2959/attachments/ef3a4/Hamas%20as%20Social%20Movement.pdf> [14 de julho de 2015]

Rodrik, Dani (2011) “A globalização foi longe demais?” São Paulo: Editora UNESP.

Roy, Sara (1987) “The Gaza Strip: A case of economic de-development” *Journal of Palestine Studies*. 56-88, <http://www.palestine-studies.org/sites/default/files/jps-articles/1069.pdf> [14 de julho de 2015]

Roy, Sara (1999) “De-development revisited: Palestinian economy and society since Oslo” *Journal of Palestine Studies*. 64-82, <http://duncankennedy.net/documents/Is-Pal/Second-Syllabus/Sara%20Roy,%20De-Development%20Revisited.pdf> [14 de julho de 2015]

Roy, Sara (2002) “Why peace failed: An Oslo autopsy” *Current History-New York Then Philadelphia*-. 101, 8-16, http://w02.kclmoodle.wf.ulcc.ac.uk/pluginfile.php/895598/mod_resource/content/2/SaraRoyPeaceProcess.pdf [14 de julho de 2015]

Roy, Sara (2011) “Hamis and civil society in Gaza: engaging the Islamist social sector” Princeton: Princeton University Press.

Rubin, Barry (2000) “The Future of Palestinian Politics: Factions, Frictions, and Functions” *Middle East Review of International Affairs*. 4(3), <http://www.rubincenter.org/meria/2000/09/rubin.pdf> [22 de março de 2015]

Said, Edward (2012) “A questão da Palestina” São Paulo: Editora UNESP.

Sales, Ben (2014) “Israeli-Palestinian business coalition urges peace” *Times of Israel*. <http://www.timesofisrael.com/israeli-palestinian-business-coalition-urges-peace/> [22 de março de 2015]

Samara, Adel (2000) “Globalization, the Palestinian economy, and the ‘peace process’” *Social Justice*. http://www.socialjusticejournal.org/archive/82_27_4/82_11Samara.pdf [2 de maio de 2015]

Sand, Shlomo (2014) “A invenção da Terra de Israel: de Terra Santa a terra pátria” São Paulo: Benvirá.

Schanzer, Jonathan (2008) “Hamis vs. Fatah: the struggle for Palestine” *Macmillan*.

Selby, Jan (2008) *The Political Economy of Peace Processes in: Michael Pugh; Neil Cooper; Mandy Turner (eds.) Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding: Palgrave Macmillan*, p. 11-29.

Selby, Jan (2013) “The myth of liberal peace-building” *Conflict, Security & Development*. 13(1), 57-86,

<https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=jan-selby---the-myth-of-liberal-peace-building.pdf&site=320> [14 de julho de 2015]

Senor, Dan; Singer, Saul (2011) “Start-up nation: The story of Israel's economic miracle” *Random House LLC*.

Shafir, Gershon; Peled, Yoav (2000) “Peace and profits: The globalization of Israeli business and the peace process” *The new Israel: peacemaking and liberalization*. Westview Press. 243-264.

Shalev, Michael (2000) “Liberalization and the Transformation of the Political Economy” *The new Israel: peacemaking and liberalization*. 129-159.

Shlaim, Avi (2001) “The iron wall: Israel and the Arab world” WW Norton & Company.

Shlaim, Avi (2005) “The rise and fall of the Oslo Peace process” *International relations of the Middle East*. 241-261, <http://users.ox.ac.uk/~ssfc0005/The%20Rise%20and%20Fall%20of%20the%20Oslo%20Peace%20Process.pdf> [25 de abril de 2015]

Strange, Susan (1996) “The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy” New York: Cambridge University Press.

Swab, Klaus (2013) “Breaking the Impasse in the Middle East” *The Huffington Post*, http://www.huffingtonpost.com/klaus-schwab/breaking-the-impasse_b_3344033.html [22 de março de 2015]

Taylor, Ian (2010) “Liberal peace, liberal imperialism: a gramscian critique” *Palgrave Advances in Peacebuilding: Critical Developments and Approaches*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

The Balfour Declaration (1917) <http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20balfour%20declaration.aspx> [15 de março de 2015]

The Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip. (1995) <http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20israeli-palestinian%20interim%20agreement.aspx> [13 de junho de 2015]

Tripathi, Salil (2008) “Corporate Social Responsibility” *Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding*. 85.

Turner, Mandy (2006) “Building democracy in Palestine: liberal peace theory and the election of Hamas” *Democratization*. 13(5), 739-755, http://homepage.univie.ac.at/herbert.preiss/files/Turner_Building_Democracy_in_Palestine_Liberal_Peace_Theory_Hamas.pdf [22 de março de 2015]

Turner, Mandy (2012) “Completing the circle: peacebuilding as colonial practice in the occupied Palestinian territory” *International Peacekeeping*. 19(4), 492-507, http://www.lb.aub.edu.lb/ifi/international_affairs/unaw/Documents/events/Mandy_Turner_I_PK_Vol19_No5_November2012.pdf [15 de março de 2015]

UNCTAD (2006) “The Palestinian war-torn economy: aid, development and state formation” New York; Geneva: United Nations. http://unctad.org/en/docs/gdsapp20061_en.pdf [15 de março de 2015]

UNCTAD (2010) Report on UNCTAD assistance to the Palestinian people: Developments in the economy of the occupied Palestinian territory. TD/B/57/4. Geneva. 13 July. http://unctad.org/en/Docs/tdb57d4_en.pdf [10 de abril de 2014]

UNCTAD (2012) “The Palestinian economy: Macroeconomic and trade policymaking under occupation” New York; Geneva: United Nations. http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/gdsapp2011d1_en.pdf [10 de abril de 2014]

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (2011) West Bank: Area C Map. http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_area_c_map_2011_02_22.pdf [15 de março de 2015]

Weffort, Francisco C. (1971) “Nota sobre a Teoria da Dependência: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional” *Estudos CEBRAP*. 1, http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/nota_sobre_a_teor_da_dependencia.pdf [15 de Novembro de 2013]

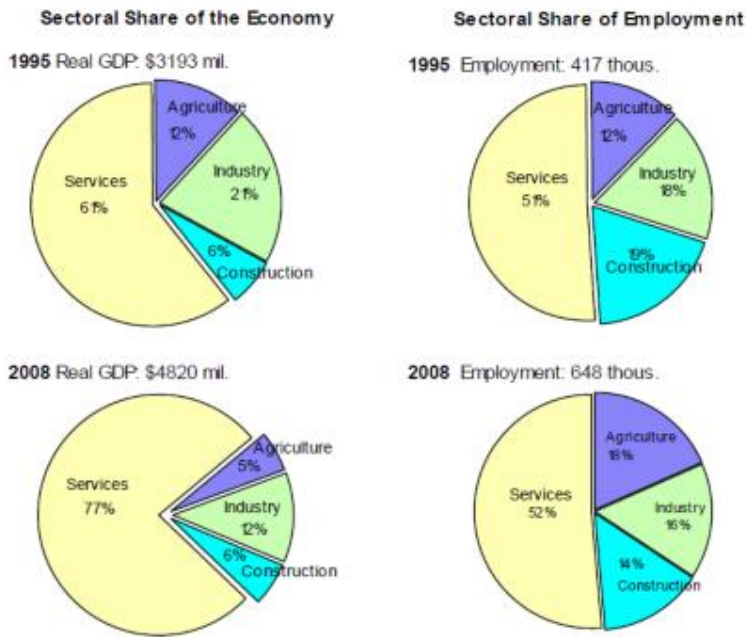
Wilkinson, Paul (2014) “Terrorism versus democracy: The liberal state response” *Taylor & Francis*.

Willett, Susan (2008) “Trading with Security: Trade Liberalisation and Conflict” *Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding*. 67-84.

Wolf, Martin (2004) “Why globalization works” Yale: Yale University Press. 3.

World Bank (2013) “West Bank and Gaza – Area C and the Future of the Palestinian Economy” <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/16686/AUS29220REPLAC0EVISION0January02014.pdf?sequence=1> [15 de março de 2015]

Anexo 1. Mudanças estruturais na economia Palestina nos anos de 1995 e 2008



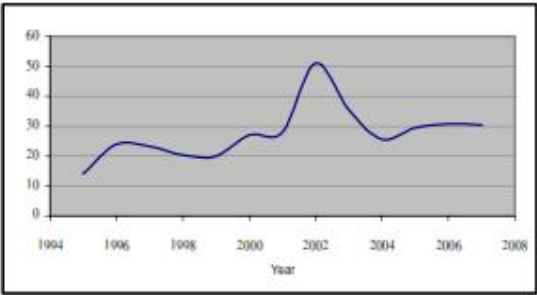
Fonte: UNCTAD (2010)

Anexo 2. Percentual do número de pessoas empregadas por atividade econômica nos territórios palestinos entre 1995 e 2008

<i>Sectors</i>	<i>1995</i>	<i>1999</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>
Agriculture, hunting and fishing	12.7	12.6	14.9	15.7	15.9	14.6	16.1	15.6	13.4
Mining, quarrying and manufacturing	18.0	15.5	12.9	12.5	12.7	13.0	12.4	12.5	12.1
Construction	19.2	22.1	10.9	13.1	11.7	12.9	11.1	11.0	10.9
Commerce, hotels and restaurants	19.6	17.0	20.0	20.1	19.4	19.4	19.2	19.5	20.2
Transport, storage and communication	4.9	4.7	5.6	5.8	5.4	5.7	5.7	5.6	5.0
Services and other	25.6	28.1	35.7	32.8	34.9	34.4	35.5	35.8	38.4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics (2009)

Anexo 3. Percentual do nível de pobreza nos territórios palestinos ocupados entre 1995 e 2007



Fonte: UNCTAD (2012)

Anexo 4. Percentagem dos níveis de renda, comércio, emprego e produtividade nos territórios palestinos ocupados

	<i>1980-84</i>	<i>1985-89</i>	<i>1990-94</i>	<i>1995-99</i>	<i>2000-04</i>	<i>2005-08</i>
Workers in Israel (percentage of total employment)	36.1	37.7	30.1	19.2	9.44	7.75
(X+M/GDP)	78	62.7	69.9	89.8	92.9	66.0
Productivity change	-4.5	5.6	6.8	5	-1.8	0.7
Unemployment rate	1.50	3.00	5.60	20.00	24.90	23.65
Change in number of unemployed	33.5	13.2	35.5	1.7	20.4	2.45
Change in number of employees	0.75	0.62	1.96	1.38	0.26	3.0
Imports (M)	0.56	-0.04	NA	2	-0.8	1.85
Exports (X)	-0.5	-1.4	3.9	2.2	-1.2	9.71
GDP growth rate	-0.45	1.8	0.2	1.7	-0.2	3.65

Fonte: UNCTAD (2012)

Nota: Valores apresentados por meio de média anual.

Anexo 5. Total da ajuda externa aos territórios palestinos ocupados.

	<i>Before 2002</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>Total</i>
Commitment	1,689	946	813	837	1353	1958	1599	3253	1,151	13,600
Disbursement	983	862	768	839	1,087	1,241	1,639	3,052	1,193	11,664
Budget support	5	410	151	242	224	309	554	1,684	944	4,524
Humanitarian	255	276	219	257	368	466	477	670	160	3,149
Other	2,658	176	398	340	495	465	607	698	89	5,926

Fonte: UNCTAD (2012)

